



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO ACADÊMICO EM SERVIÇO SOCIAL**

LEONARDO MOREIRA DOS SANTOS

**LUDWIG VON MISES COMO ARMA POLÍTICA DA EXTREMA-DIREITA
BRASILEIRA**

NATAL/RN

2018

LEONARDO MOREIRA DOS SANTOS

LUDWIG VON MISES COMO ARMA POLÍTICA DA EXTREMA-DIREITA
BRASILEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção de Mestrado Acadêmico.

Linha de Pesquisa: Estado, sociedade, políticas sociais e direitos.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Silvana Mara de Moraes dos Santos

NATAL/RN

2018

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Santos, Leonardo Moreira Dos.

Ludwig Von Mises como arma política da extrema-direita brasileira / Leonardo Moreira Dos Santos. - 2018.
133f.: il.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Natal, RN, 2018.

Orientador: Prof^a Dr^a Silvana Mara de Moraes dos Santos.

1. Ludwig von Mises - Dissertação. 2. Neoliberalismo - Dissertação. 3. Extrema-direita - Dissertação. I. Santos, Silvana Mara de Moraes dos. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/Biblioteca do CCSA

CDU 330.831.8

Leonardo Moreira dos Santos

**“LUDWIG VON MISES COMO ARMA POLÍTICA DA EXTREMA-DIREITA
BRASILEIRA”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção de Mestrado Acadêmico.

Aprovado em 30/07/2018

Banca Examinadora

Profª Drª Silvana Mara de Moraes dos Santos
(Orientadora - UFRN)

Profª Drª Andréa Lima da Silva
(Examinadora Interna – UFRN)

Profª Drª Erlenias Sobral do Vale
(Examinadora externa à Instituição – UECE)

Profª Drª Daniela Neves de Sousa
(Suplente – UFRN)

À minha mãe, Geila,
que antes de Che já me ensinara,
por seu exemplo de vida,
a endurecer sem jamais perder a ternura.

À Isis e Mary (em memória),
que consigo levaram um tanto de mim
e deixaram comigo um tanto delas.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, novamente, porque tudo o que eu possa dizer ou fazer jamais chegará perto de expressar meu amor e minha admiração.

Aos meus irmãos, João Victor e Rodrigo, pelo amor, amizade e pelos momentos de leveza.

Aos meus avós, Zuleide e Manu, pelo exemplo de vida, pelo amor e cuidado que têm comigo.

Aos meus tios, Eudes, Marileide, Marleide, Erleide e Kaká. Por serem bem mais que simples tios e cada qual, à sua maneira, terem sido tão presentes e marcantes na minha formação. Amo vocês.

Aos meus primos, Samille, Artur, Willian, Rian e Bia. Que são primos, amigos, um tanto irmãos mais novos e muito, muito amados e importantes.

Ao Flávio, Mourão e Estênio. Pela presença e apoio ao longo de tantos anos.

À Salete, Izabel, Henrique e Davi. Pelo carinho e presença constante em minha vida.

À Raquel, pelo amor, amizade, camaradagem e pela ajuda fundamental para esse trabalho. “É belo vês o amor sem anestesia /Dói de bom, arde de doce/ Queima, acalma Mata, cria/ Chega tem vez que a pessoa que enamora/ Se pega e chora do que ontem mesmo ria/ Chega tem hora que ri de dentro pra fora/ Não fica nem vai embora/ É o estado de poesia” (Estado de Poesia; Chico César).

Aos meus amigos: Dani, Sambara, Natan, Rani e Wesley, pelas longas conversas que vão de besteiras cotidianas a comentários sobre os trabalhos acadêmicos. Pela amizade de anos que se sustenta apesar da distância e da minha displicência. “Nos subúrbios de Havana, chamam o amigo de minha terra ou meu sangue. Em Caracas, o amigo é minha pada ou minha chave: pada, por causa de padaria, a fonte do bom pão para as fomes da alma; e chave por causa de... — Chave, por causa de chave — me conta Mario Benedetti. E me conta que quando morava em Buenos Aires, nos tempos do horror, ele usava cinco chaves alheias em seu chaveiro: cinco chaves, de cinco casas, de cinco amigos: as chaves que o salvaram” (Eduardo Galeano).

Aos meus colegas de mestrado, Ada, Ana Ketsya, Ana Lígia, Caio, Elisangela, Erika, Flor, Karina, Marcia, Monally, Oziléia, Sheine, por me proporcionar um clima acadêmico de amizade e solidariedade, desafiando, assim, o clima de disputa reinante na academia.

Aos colegas, professores e estudantes que constroem o GEPTED e o QTEMOSS, pelas ótimas experiências acadêmicas e pelo clima de pluralidade e solidariedade que tive o prazer de compartilhar.

Aos camaradas do PCB-RN. Por todo o aprendizado, pelo apoio, camaradagem e amizade.

Aos camaradas do PCB-CE por tudo isso e ainda pela paciência com minhas ausências no último período.

Ao Partido Comunista Brasileiro e todos e todas que o constroem, pois “Você me deu a fraternidade com aquilo que não conheço. Você me agregou à força de todos os que vivem. Você me deu novamente a pátria, como em um nascimento. Você me deu a liberdade que o solitário não tem. Você me ensinou a acender, como fogo, a bondade. Você me deu a retidão de que precisa a árvore. Você me ensinou a ver a unidade e a diferença entre os homens. Você me mostrou como a dor de um ser morreu na vitória de todos. Você me ensinou a dormir nas camas duras de meus irmãos. Você me fez construir sobre a realidade como sobre uma rocha. Você me fez adversário do mau e muro do frenético. Você me fez ver a claridade do mundo e a possibilidade da alegria. Você me fez indestrutível porque contigo não termino em mim (Ao meu Partido; Pablo Neruda)

Ao Iury e a Dalyla, pela amizade e pelos bons momentos que aliviam o cansaço e o estresse do cotidiano profissional.

À Régia, Robertinha, Ruth, Leni e Irene. Por serem porto seguro de amizade e afeto, além de referências de atuação profissional e política.

A todas as trabalhadoras do CRAS, Val, Mari, Karla, Hallyne e D. Fátima, pelo companheirismo do dia a dia e pelo suporte sem o qual o meu exercício profissional não seria possível, assim como essa pesquisa teria sido muito mais desgastante.

Ao camarada, professor e amigo Henrique, pela ajuda com o meu estudo, pelas observações na qualificação e por todas as conversas sempre muito enriquecedoras.

Às amigas, professoras e companheiras Andrea e Erlenias pela ajuda importantíssima que cada uma deu em momentos distintos dessa pesquisa e por aceitar compor a banca de defesa desta dissertação.

A minha orientadora, amiga, companheira e professora sem igual Silvana, pela paciência, pelas orientações esclarecedoras em momentos em que eu perdia o norte dessa pesquisa.

Aos quatro, é importante dizer o quanto são referência teórica, profissional e militante para mim. E o quanto os admiro.

A todos e todas com quem convivo, que de alguma forma contribuem para dias mais felizes e de esperança na construção de um mundo novo e mais fraterno.

[...] Embora a construção do futuro e a sua consolidação definitiva não seja assunto nosso, tanto mais líquido e certo é o que atualmente temos que realizar, refiro-me à *crítica inescrupulosas da realidade dada*; inescrupulosas tanto no sentido de que a crítica não pode temer os seus próprios resultados quanto no sentido de que não pode temer os conflitos com os poderes estabelecidos.

*Karl Marx, 1843.
Carta a Arnold Ruge*

RESUMO

O presente trabalho objetiva investigar a influência do autor Ludwig Von Mises, da Escola Austríaca de Economia, na atuação de grupos de extrema-direita no Brasil contemporâneo. Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa se fundamenta numa análise crítica e de totalidade do objeto de estudo. A estratégia de investigação utilizada foi a análise documental das propostas do I Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre e de autores centrais do sítio do Instituto Von Mises Brasil na internet, desvendando qual a função sociopolítica da divulgação da obra de Ludwig Von Mises na realidade brasileira. A análise recai sobre a atuação política de tais grupos, considerando o seu caráter militante e as suas pautas profundamente neoliberais para um Estado que há mais de vinte anos dedica-se à implementação desse receituário, mesmo que com variações conjunturais ao logo dessas décadas. A pesquisa aborda as características centrais do pensamento desse autor e a forma como estas se inserem na herança do liberalismo clássico do século XIX, bem como sua aproximação com o pensamento conservador. Em sequência, busca-se apreender a formação da dominação burguesa no Brasil e seu papel nas transformações capitalistas, que se iniciam com a industrialização brasileira das primeiras décadas do século XX. Analisa-se os efeitos dessas características da formação sócio-histórica brasileira com a implementação do neoliberalismo no país, que inicia nos anos de 1980 e se consolida na década seguinte. Trata-se, ainda, de analisar as mudanças e continuidades do receituário neoliberal nos governos do Partido dos Trabalhadores, iniciados em 2002, e a crise política, inaugurada pela crise de governabilidade petista em relação intrínseca com a nova crise econômica mundial. Evidencia-se a importância e visibilidade social que tem alcançado as organizações neoliberais voltadas ao desenvolvimento de pesquisa, à difusão ideológica e militante, os chamados *Think Tanks*, como centro aglutinador de uma extrema-direita, ganhando espaço na estratégia das classes dominantes para o seu novo ciclo político.

Palavras-chave: Ludwig von Mises; Neoliberalismo; Extrema-direita

ABSTRACT

The present work aims to investigate the influence of the author Ludwig von Mises of the Austrian School of Economics on the work of extreme right-wing groups in contemporary Brazil. From the theoretical-methodological point of view, the research is based on a critical analysis and the totality of the object of study. The research strategy used was the documentary analysis of the proposals of the 1st National Congress of the Free Brazil Movement and central authors of the Von Mises Institute website on the internet, revealing the sociopolitical function of the dissemination of Ludwig von Mises' work in the Brazilian reality. The analysis is based on the political activity of such groups, considering their militant character and their deeply neo-liberal guidelines for a State that for more than twenty years has dedicated itself to the implementation of this prescription, even with conjunctural variations at the time of those decades. The research deals with the central features of this author's thinking and how they fit into the legacy of nineteenth-century classical liberalism, as well as its approach to conservative thinking. In sequence, the aim is to learn the formation of bourgeois domination in Brazil and its role in capitalist transformations, which began with the Brazilian industrialization of the first decades of the twentieth century. The effects of these characteristics of the Brazilian socio-historical formation are analyzed with the implementation of neoliberalism in the country, which began in the 1980s and consolidated in the following decade. It is also a question of analyzing the changes and continuities of the neoliberal formula in the governments of the Labor Party initiated in 2002, and the political crisis, inaugurated by the crisis of governability in relation to the new world economic crisis. The importance and social visibility of neo-liberal organizations geared to the development of research, to ideological and militant diffusion, the so-called Think Tanks, as an agglutinating center of an extreme right, are gaining ground in the strategy of the dominant classes for their new political cycle.

Keywords: Ludwig von Mises; Neoliberalism; Extreme right

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Propostas do MBL para a educação	106
Quadro 2 -	Propostas do MBL para a saúde	109
Quadro 3 -	Propostas do MBL para a economia (parte 1)	110
Quadro 4 -	Propostas do MBL para a economia (parte 2)	112
Quadro 5 -	Propostas do MBL para Reforma Política	118
Quadro 6 -	Propostas do MBL para Justiça	120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CALSS	Centro Acadêmico Livre de Serviço Social
CETROS	Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social
FIFA	Federação Internacional de Futebol
GEPTED	Grupo de Estudos Trabalho, Ética e Direitos
IL	Instituto Liberal
IMB	Instituto von Mises Brasil
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MBL	Movimento Brasil Livre
PEPSS	Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PT	Partido dos Trabalhadores
QTEMOSS	Grupo de Estudos e Pesquisa Questão Socioambiental e Rural, Movimentos Sociais e Serviço Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	AS HERANÇAS E O PENSAMENTO DE LUDWIG VON MISES	32
2.1	Liberalismo clássico e decadência ideológica da burguesia.....	32
2.2	As ideias de Ludwig von Mises	46
3	DOMINAÇÃO BURGUESA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	69
3.1	Revolução burguesa no Brasil	69
3.2	Neoliberalismo no mundo e no Brasil	76
3.3	Os governos PT e o fortalecimento da extrema-direita	87
4	AS IDEIAS DE VON MISES NA ATUAÇÃO POLÍTICA DA EXTREMA-DIREITA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	99
4.1	Von Mises como arma política.....	99
4.2	A regressão de direitos como carro-chefe das pautas de extrema-direita	105
4.3	O ataque aberto à democracia e à participação popular na política e o eterno retorno ao anticomunismo	116
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
	REFERÊNCIAS	128

1 INTRODUÇÃO

Tinham as mãos amarradas, ou algemadas, e ainda assim os dedos dançavam, voavam, desenhavam palavras. Os presos estavam encapuzados; mas inclinando-se conseguiam ver alguma coisa, alguma coisinha, por baixo. E embora fosse proibido falar, eles conversavam com as mãos. Pinio Ungerfeld me ensinou o alfabeto dos dedos, que aprendeu na prisão sem professor: — Alguns tinham caligrafia ruim — me disse —. Outros tinham letra de artista. A ditadura uruguaia queria que cada um fosse apenas um, que cada um fosse ninguém: nas cadeias e quartéis, e no país inteiro, a comunicação era delito. Alguns presos passaram mais de dez anos enterrados em calabouços solitários do tamanho de um ataúde, sem escutar outras vozes além do ruído das grades ou dos passos das botas pelos corredores. Fernández Huidobro e Maurício Rosencof, condenados a essa solidão, salvaram-se porque conseguiram conversar, com batidinhas na parede. Assim contavam sonhos e lembranças, amores e desamores; discutiam, se abraçavam, brigavam; compartilhavam certezas e belezas e também dúvidas e culpas e perguntas que não têm resposta. Quando é verdadeira, quando nasce da necessidade de dizer, a voz humana não encontra quem a detenha. Se lhe negam a boca, ela fala pelas mãos, ou pelos olhos, ou pelos poros, ou por onde for. Porque todos, todos, temos algo a dizer aos outros, alguma coisa, alguma palavra que merece ser celebrada ou perdoada (Celebração da voz humana/2, Eduardo Galeano).

O caminho que culminou na escolha do objeto do estudo apresentado nesse texto iniciou-se na graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE), no rápido envolvimento com o movimento estudantil e com os assuntos que perpassam a militância nesse espaço (sobretudo a conjuntura brasileira e a função da universidade pública). Junto a isso, iniciei a minha aproximação e interesse pela tradição marxista por meio do movimento estudantil, de algumas disciplinas do curso de graduação e da minha inserção no Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (CETROS).

Todos os estudos que realizei a partir daí foram derivados, de alguma forma, desses espaços que escolhi priorizar ao longo da trajetória na universidade, inclusive o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), defendido em setembro de 2012, intitulado “A copa do Mundo de 2014 da FIFA e a construção de cidades-mercadorias: apontamentos sobre Fortaleza”, sob orientação da Profa. Dra. Laura Maria Cunha. A aproximação com o objeto do TCC se deu a partir do momento em que comecei a representar o Centro Acadêmico Livre de Serviço Social (CALSS) no Comitê Popular da Copa de Fortaleza - CE¹.

As medidas antipopulares, denunciadas desde o seu início pelos Comitês Populares e outras entidades, eclodiram em uma imensa “onda” de insatisfação e de manifestações de rua

¹ Os comitês populares da Copa se instituíram – com graus bem diversos de organicidade e composição – nas doze cidades sedes da Copa do Mundo de 2014. Reuniram movimentos sociais, organizações não governamentais, partidos políticos e ativistas em torno de lutas contra as violações de direitos por conta da realização de megaeventos esportivos e, sobretudo, das grandiosas obras realizadas com o pretexto de garantir a infraestrutura desses megaeventos. Para mais informações, ver os dossiês elaborados por esses comitês.

em junho de 2013, as quais tomaram uma dimensão gigantesca, de modo que os principais meios de comunicação e demais intelectuais orgânicos das classes dominantes brasileiras não conseguiram mais criminalizá-las, visto que a grande maioria dos brasileiros concordava com os protestos, ou pelo menos com as questões que levaram a estes. Os monopólios da mídia brasileira passaram então a disputar a sua direção política².

Logo os aparelhos privados de hegemonia da classe dominante brasileira mostraram sua força e conseguiram aumentar a massificação nas manifestações, mas incluindo dessa feita pautas abstratas e conservadoras, diminuindo de forma impressionante a capacidade de crítica e de reivindicação, com direção social de esquerda, das manifestações.

Em resumo, o interesse sociopolítico e teórico pelas “Jornadas de junho” se deu tanto por conta da militância como por um desdobramento direto do estudo do TCC, no qual defendi que as transformações nas cidades por conta da Copa do Mundo tinham uma razão de fundo bem mais importante do que o megaevento em si. Buscavam uma forma rápida e sem grande resistência de transformar as cidades para torná-las mais competitivas no mercado mundial, de forma a adequá-las à melhor circulação de capital, ao passo que as tornavam ainda mais hostis para a maioria da população local, que, conseqüentemente, teria mais dificuldades para acessar os seus direitos básicos. Essa linha de raciocínio não só permanece, como tem sido comprovada pelos acontecimentos dos últimos anos.

Entretanto, depois de junho de 2013, mudei o foco dos meus estudos. Se o estudo da monografia focava na função social das grandes obras para a realização da Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (FIFA), depois de junho de 2013 passei a acompanhar com interesse as disputas ideológicas que se acirravam no interior da sociedade brasileira. As manifestações com milhares de pessoas nas ruas cessaram, ou melhor, dividiram-se em diversos movimentos: pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff³; em defesa desta; em diversas greves e lutas de movimentos sindicais e sociais etc. Contudo, a insatisfação da maioria da população não arrefeceu e tem entrado em erupção, geralmente por pautas específicas, sejam

² Para uma visão lúcida das origens daquelas manifestações e das disputas pela direção daquele movimento, ver artigo de Roberto Leher publicado no auge dos acontecimentos, disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8543:submanchete270613&catid=72:imagens-rolantes>. Para conferir visões no âmbito da esquerda, mas bastante plurais e analisando aspectos diferentes desse processo, conferir MARICATO (Org.) (2013). Para análises mais profundas, todas no âmbito da tradição marxista, conferir SAMPAIO JUNIOR. (Org.) (2014).

³ Dilma Rousseff foi eleita presidente do Brasil por duas vezes pelo PT, seu primeiro mandato foi durante 2011-2014 e o segundo em 2015-2016, quando foi votado e aprovado o processo do seu Impeachment pelo Congresso Nacional e referendado pelo STF.

elas vinculadas aos interesses históricos dos trabalhadores e das massas populares, sejam pautas conservadoras, reacionárias ou mesmo fascizantes.

O fortalecimento de um ideário liberal com discurso “radical” me chamou a atenção. Não pelas propostas ou tom do discurso, que no geral não apresenta elementos novos para o debate do liberalismo, mas sim pelo crescimento da influência das suas ideias e pela visibilidade social que conquistou.

Não afirmo que apenas a partir de 2013 há o surgimento de grupos de propagação de ideias liberais, trata-se de apontar que estes, nos últimos anos, têm ganhado maior visibilidade e, logo, maior adesão e crescimento das instituições que os promovem. Vale destacar um trecho da apresentação do Instituto Liberal (IL), em seu sítio na internet, que exemplifica o fato:

A partir de 2007, a semente plantada pelo trabalho de décadas do IL gerou formidáveis frutos, com a criação de diversos outros institutos autônomos em defesa da liberdade, como o Instituto Mises Brasil, os Institutos de Formação de Líderes, o Instituto Millenium, o Instituto Liberal do Nordeste, o Instituto Ordem Livre e o Estudantes pela Liberdade, todos parceiros institucionais do IL (INSTITUTO LIBERAL).

Vários grupos de estudos têm sido criados nas Instituições de Ensino Superior em todo o país em busca de estudos sobre a Escola Econômica Austríaca⁴:

Um fenômeno interessante é que estes estudantes organizam por conta própria palestras sobre a Escola Austríaca em suas faculdades, e o Mises Brasil já está tendo dificuldades em atender a todos os pedidos que recebe para enviar membros e acadêmicos ligados ao Instituto para palestrar. Embora o conteúdo disponível seja o suficiente para uma sólida formação autodidata — agora complementada pelos cursos on-line —, há uma carência por uma forma sistemática de estudo (INSTITUTO LUDWIG VON MISES BRASIL).

Tais ideias têm influenciado de modo direto os embates políticos no país. A questão central das disputas no âmbito político foram as eleições de 2014 e, logo após, a investida conservadora com o objetivo de implementar medidas antipopulares de forma ainda mais intensa por meio do Estado. Isso passou a culpabilizar o Partido dos Trabalhadores (PT) por todos os problemas oriundos dos efeitos da crise econômica atual e, por fim, por consolidar o *impeachment* da presidente eleita.

O impedimento de Dilma Rousseff teve como base social manifestações com forte participação da classe média insatisfeita e é a maior expressão da influência do crescimento das ideias liberais difundidas por esses organismos. Movimentos como o Movimento Brasil Livre (MBL), surgido no final de 2014, com influência de autores e do discurso liberal – além da

⁴ A Escola austríaca não é a única escola econômica a desenvolver as ideias que serviram de base para o neoliberalismo, mas com certeza é uma das mais conhecidas e teve protagonismo nessa produção teórico-ideológica. Para exemplificar, Von Mises e Hayek foram vinculados a essa escola.

influência direta dos institutos liberais existentes no país⁵ – tiveram forte protagonismo nas mobilizações que levaram ao impedimento da presidente, com argumentos frágeis e pouco comprováveis juridicamente.⁶

Outra expressão da visibilidade e força desses grupos liberais pode ser atestada na campanha “mais Mises, menos Marx” amplamente difundida nas universidades, inclusive com passagens em salas, panfletos, adesivos, dentre outras expressões.⁷ Mas quem é Ludwig Von Mises, que tem um instituto próprio e que ganha tanta visibilidade nos institutos liberais e nas manifestações de direita?

Mises (1881-1973) foi um economista austríaco ligado à Escola Austríaca (fundadora no âmbito teórico do pensamento econômico que posteriormente ficaria conhecido como neoliberalismo). Sua produção teórica teve início em torno da primeira década do século XX e influenciou outros economistas da época, como o seu discípulo Friedrich Hayek, o autor mais conhecido da escola austríaca e principal referência quando se trata dos pressupostos teóricos do neoliberalismo. Mises, Hayek, dentre outros, foram fundadores da Sociedade Mont Pèlerin, grupo de “notáveis intelectuais” defensores do liberalismo⁸.

Neste trabalho, parto do pressuposto de que o fortalecimento das ideias de von Mises está inscrito no avanço do conservadorismo⁹ no Brasil. O momento de recessão econômica e de crise política abre margem para o ideário desse liberalismo “puro”, militante, como contraponto à política petista da primeira década do século XXI. Ou seja, do fortalecimento do

⁵ O trecho de uma reportagem do jornal El País Brasil, sobre o MBL, expõe essa relação entre o movimento de direita e os institutos liberais. “Nesse esforço de doutrinação, independentemente da estética, os garotos não estão sozinhos. Um leque de instituições, algumas financiadas por empresas, como o Instituto Ludwig von Mises Brasil, proclama seus mesmos ideais e patrocinam a *evangelização* da opinião pública a respeito do livre mercado e da liberdade individual.”. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/12/politica/1418403638_389650.html>. Acesso em: 07 out. 2016.

⁶ Conferir quanto a isso o posicionamento do Ministério Público a respeito da acusação feita no processo de *impeachment*. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,para-mp-pedaladas-do-governo-dilma-nao-sao-crime,10000062862>>. Acesso em: 07 out. 2016.

⁷ No artigo do Instituto Ludwig Von Mises Brasil (2016) “Menos Marx, Mais Mises - tudo o que você precisa saber sobre a teoria econômica do socialismo” tem-se um dos panfletos da campanha, além do anúncio em uma das manifestações de direita contra o Governo PT, o Instituto Von Mises, nessa manifestação, lançaria cem mil balões com a frase “Menos Marx, Mais Mises”. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2348>>. Acesso em: 07 out. 2016.

⁸ Na época esses autores não usavam, a não ser esporadicamente, o termo neoliberalismo, ou eram reconhecidos pelo termo, que surge posteriormente, já na “implementação prática” de suas ideias, que tem como marco inicial o governo de Pinochet, no Chile, em 1973.

⁹ O pensamento conservador surge com o declínio do feudalismo na Europa Ocidental, buscando, naquele período, manter vivas as ideias, as regras e os costumes feudais. Com a burguesia assumindo a função de classe dominante, sua produção cultural passa a mistificar a realidade, passa a ser conservadora. O conservadorismo deixa de ser a luta do Antigo Regime com a burguesia revolucionária e passa a ser a mistificação da realidade para justificar a exploração dos trabalhadores (ESCORSIM NETTO, 2011).

pensamento conservador, como forma de preparar ideologicamente a população para um processo mais intenso e explícito de retirada de direitos e arrocho salarial.

Bianchi (2015) refere-se à formação de um pensamento conservador-liberal no Brasil atual:

As últimas décadas presenciaram um estranho fenômeno no qual conservadorismo e liberalismo implodiram e de seus escombros nasceu um monstruoso híbrido. Uma nova linhagem do pensamento parece estar tomando forma. Seus protagonistas partilham o diagnóstico dos conservadores e desconfiam da democracia, a qual consideram uma fonte de corrupção, mas não veem no Estado a força ativa capaz de promover uma nação virtuosa. Denunciam como os antigos liberais o poder do Estado e seus arroubos autoritários, mas não acreditam que o ativismo da sociedade civil e a livre competição parlamentar sejam capazes de produzir uma vida política saudável.

Apesar de considerar que conservadorismo e liberalismo tem sua fusão não apenas no âmbito nacional, mas sim mundial e desde o processo inicial de decadência ideológica da burguesia (tema que será abordado posteriormente), o autor apresenta reflexão importante para a compreensão do processo, no qual a particularidade brasileira ocasiona a união ainda mais completa e eclética dos pensamentos liberais e tradicionalistas, que por muito tempo disputaram espaço entre si, mesmo nunca tendo sido antagônicos.

Surpreendentemente é no terreno da moral e da cultura que essa nova linhagem híbrida de pensamento apresenta suas formas mais acabadas. Tal linhagem articula-se em torno de uma visão de mundo contraditória, na qual as mesmas pessoas que protestam contra a corrupção praticam compulsivamente a sonegação fiscal; denunciam a intromissão do Estado na vida das pessoas e defendem a criminalização de usuários de maconha; exigem que a família seja deixada em paz pelos poderes públicos e propõem uma regulamentação legislativa sobre o conceito de família; protestam contra o totalitarismo e advogam um controle policial sobre os corpos das mulheres; pedem o fim da “doutrinação de gênero” e reivindicam a obrigatoriedade do ensino religioso. (*Ibid.*)

Além do já mencionado processo de *impeachment*, outras pautas desse conservadorismo são: pedidos de intervenção militar na política institucional; declarações de ódio a comunistas, que aqui são sinônimos de repúdio a qualquer organização minimamente identificada com o pensamento de esquerda e de repúdio ao reconhecimento de direitos dos movimentos sociais, tais como da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), do movimento feminista, de negros e de negras, de índios, dentre outros.

É importante observar, no entanto, que simultâneo a esse processo há o crescimento de manifestações em defesa dos direitos da classe trabalhadora, como as lutas por mobilidade urbana, dos povos indígenas, dos trabalhadores sem-teto, de estudantes, de servidores federais, estaduais e municipais, assim como várias outras movimentações. Ressalta-se, como demonstração dessa afirmação, o crescimento do número de greves no país: “[...] 446 greves

em 2010, saltou-se para mais de 900, em 2013, e ainda para 1900, em 2014” (PINASSI, 2015, p. 3).

As lutas elencadas anteriormente não são ainda articuladas entre si e muitas vezes não têm objetivos claros e esquematizados, são ainda bastante dispersas “para dar resposta à altura” dos ataques aos direitos trabalhistas e sociais que vêm sendo exigidos pelo capital imperialista, que foi em alguma medida posto em prática pelo governo Dilma e tem sido colocado na ordem do dia à toque de caixa pelo governo ilegítimo (e, portanto, sem nenhuma preocupação em responder a qualquer base eleitoral) de Temer. Mesmo assim é um crescimento importante de lutas, mas que deixa em aberto o grande problema de um déficit organizacional da esquerda brasileira (NETTO, 2009), que, sem dúvidas, faz parte de um momento de desorganização da esquerda em esfera mundial.

É impossível falar de estratégia política ou programa de governo de esquerda sem fazer uma avaliação do PT no Governo Federal. Com a crise política inaugurada em 2013 no Brasil, com diretos vínculos à crise econômica mundial iniciada em 2008-2009, esgotou-se a capacidade do governo petista de escamotear os efeitos nefastos da crise estrutural do capital¹⁰, assim como tem se esgotado a capacidade de contenção da barbárie capitalista em todo o mundo.

Têm-se, mundialmente, exemplos importantes tanto de avanço de uma direita ultraconservadora, algumas vezes fascista, como o caso Ucrânia¹¹, mas também exemplos de resistências ao avanço da barbárie: as revoltas populares ocorridas em vários países do sul europeu, como Portugal, Espanha e especialmente a Grécia, que tem visto os direitos sociais conquistados ao longo do século XX sendo esfacelados. Outro exemplo é a resistência do governo venezuelano às investidas imperialistas comandadas pelo governo estadunidense.

Segundo Braz (2012), outras características do atual momento conjuntural, em nível global, são:

a) 80% da população mundial que vive no hemisfério sul vive com menos de 20% da riqueza mundial;

b) os países de alta renda, onde vive 16% da população, concentram 55% da produção mundial;

¹⁰ “Vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital. Como tal, esta crise afeta — pela primeira vez em toda a história — o conjunto da humanidade” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1). Contudo, faz-se importante ainda destacar que “Isto não significa que uma espécie qualquer de colapso lhe seja iminente, mas significa que sua manutenção e evoluir estão implicando progressivos ônus sócio-humanos” (NETTO, 2012, p. 47).

¹¹ Para uma apreciação sumária do crescimento da direita na Europa, conferir Lowy (2015).

- c) a renda per capita dos mais pobres corresponde a apenas 5% da dos mais ricos;
- d) a renda per capita dos Estados Unidos é 4,2 vezes maior do que a renda média mundial e 21 vezes maior do que a renda média da África Subsaariana;
- e) 1/6 da humanidade passa fome, 852 milhões sofrem fome crônica, sendo que a produção de alimentos atual é capaz de alimentar 11 bilhões de pessoas, quase duas vezes a população mundial;
- f) morrem cerca de 9 milhões de pessoas por ano devido a complicações relacionadas à fome, dado que representa aproximadamente 25 mil mortes por dia;
- g) menos da metade dos grãos produzidos no mundo hoje é destinada à alimentação, enquanto a maior parte serve para fabricar rações animais, biocombustíveis e outros produtos industriais;
- h) praticamente a metade da população vive abaixo da faixa de pobreza e 1 bilhão de pessoas vivem com menos de um dólar diário;
- i) o nível de pobreza chegou a 14,3% da população nos Estados Unidos e 17% na Europa no ano de 2011;
- j) 30% da população vivencia problemas crônicos com o consumo da água, e a ONU admite que até 2050 cerca de 60% terão graves dificuldades de acesso à água, uma criança de um país rico consome de 30 a 50 vezes mais água do que uma criança de um país pobre;
- l) na América Latina, 168 milhões vivem abaixo da faixa de pobreza, e cerca de 85 milhões vivem na pobreza extrema;
- m) 5 mil famílias brasileiras (aproximadamente 0,01% da população) têm a conformação de um volume patrimonial equivalente a 42% de todo o PIB brasileiro.

No Brasil governado pelo PT, a partir de 2003, a tímida melhoria do salário mínimo, os programas de transferência de renda direta e a política de incentivo ao consumo, sobretudo via endividamento da população, deram às camadas mais pobres uma capacidade de consumo talvez inédita e combateram os históricos índices de fome existentes no país.

Contudo, a estratégia “democrática e popular” do PT, que derivou numa política social-liberal desse partido no Governo Federal, levou-o a adotar um “pacto social”, mistificando os interesses de classes existentes no país e mantendo o essencial do neoliberalismo. Assim, tornou-se mais eficiente que seus antecessores por dois fatores diferenciais: 1) seu êxito no processo de cooptação das mais expressivas organizações e entidades, que encabeçaram as lutas da classe trabalhadora brasileira nas décadas anteriores, e de apassivar a classe trabalhadora (IASI, 2012); 2) sua política socioeconômica: aumento de

empregos (com redução da média salarial geral), aumento real do poder de compra do salário mínimo, abertura de crédito, endividamento exacerbado da população e sua concepção de políticas sociais “focalistas”, voltadas à contenção dos agravos da pauperização das camadas mais baixas da classe trabalhadora, ou, como o Governo Federal prefere nomear, aqueles abaixo da linha da extrema pobreza (MOTA, AMARAL e PERUZZO, 2012).

O PT e sua estratégia encontram, a partir de 2013, uma barreira intransponível: as condições objetivas que permitiram seu diferencial e a possibilidade de crescimento econômico, com bons resultados inclusive no período da crise econômica mundial de 2008-2009, não foram mais viáveis, porque:

A inflexão da conjuntura internacional, caracterizada pela forte elevação dos preços das commodities no mercado internacional e pelo grande afluxo de capitais internacionais, desarticulou as premissas do padrão de acumulação de capital responsável pela relativa prosperidade da era Lula¹². O agravamento da crise econômica mundial, sobretudo a contração da economia chinesa, e a perspectiva de aumento dos juros norte-americanos deixaram a economia brasileira à deriva. Exposta à fúria da concorrência global e aos vendavais da especulação internacional, o sistema industrial e os centros internos de decisão desarticularam-se num processo nefasto de reversão neocolonial (SAMPAIO JUNIOR, 2015, p. 1).

Ou seja, os diferenciais do PT “caíram por terra”, tanto sua capacidade de amortização dos conflitos sociais quanto sua política socioeconômica, calcada nas possibilidades abertas pelo alto preço de commodities no mercado mundial e pelas orientações do Banco Mundial para as políticas sociais em “países emergentes”.

Seguindo essa perspectiva de análise, que nos permite apontar os principais aspectos da atual crise brasileira, percebemos que não se trata apenas de uma crise política, mas sim de rebatimentos profundos da crise estrutural no Brasil e de ações políticas com finalidade de garantia de maior lucratividade do capital.

A estagnação da economia em 2012, a escalada dos conflitos sociais a partir de junho de 2013, o acirramento da guerra fratricida entre as diferentes facções do partido da ordem nas eleições de 2014, o fim da impostura do PT como representante dos interesses da classe trabalhadora, e a absoluta desmoralização de Dilma como liderança política em 2015 são sintomas inequívocos de que a sociedade brasileira vive uma crise de grande envergadura. A digestão das contradições acumuladas pelo ciclo de modernização impulsionado pela inserção subalterna da economia brasileira no circuito especulativo da economia global e as dificuldades para recompor o padrão de acumulação e dominação fazem vislumbrar um longo período de forte instabilidade econômica, crescente conflito social e grande turbulência política (SAMPAIO JUNIOR, *op. cit.*, p.4).

¹² Luiz Inácio Lula da Silva foi presidente do Brasil pelo PT por dois mandatos, 2003-2006 e 2007-2010.

O PT se portou no Governo Federal como um gestor do Estado capitalista e não se apresentou como inimigo da classe dominante, então por que o crescimento do conservadorismo teve como uma de suas grandes pautas o *impeachment* de Dilma? Com o fim da capacidade do PT de ser um amortecedor dos conflitos sociais ocasionados pelo descontentamento da classe trabalhadora, gerou-se uma nova crise de hegemonia da burguesia no país. Esta encontrou, como meio de resolvê-la, a tática de apontar o PT como único responsável pela crise econômica que se aprofunda no país.

No mais, a saída do capital imperialista para a atual expressão de sua crise estrutural no mundo inteiro tem sido o arrocho salarial, a retirada de direitos e a expropriação das riquezas dos países periféricos. O PT, pela necessidade de fornecer respostas à sua base social, tinha dificuldades de implementar as reformas necessárias com a rapidez exigida pela classe dominante, que, por essa e outras razões, prefere um governo ilegítimo, sem necessidade de responder a qualquer segmento da classe trabalhadora. O próprio Temer deixou isso nítido em declaração feita para empresários¹³.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a “onda conservadora” não se configura como um “raio em céu azul”, um repentino moralismo que surge surpreendentemente no seio da sociedade, mas é expressão inequívoca de um momento da luta de classes no mundo em geral e no Brasil em particular, onde os trabalhadores e seus mais expressivos meios coletivos de organização – como os partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais – “perderam de vista” o seu reconhecimento enquanto classe ao passo que atravessam um momento de forte instabilidade socioeconômica, em que todas as medidas tomadas são extremamente onerosas à maioria do povo.

Contra esta ofensiva da direita, que era inevitável, seria necessária agora uma classe trabalhadora que constituída enquanto classe e portadora de valores e uma visão de mundo revolucionária, que visse na ameaça fascista a necessidade de sua maior unidade. Na ausência desta consciência de classe, na desarticulação da visão de mundo de esquerda que poderia ordenar o senso comum numa direção diferente, os membros das classes trabalhadoras são devolvidos à serialidade e viram presas do discurso conservador (IASI, 2015).

¹³ “A fala se deu em Nova York, nos Estados Unidos, durante discurso de Temer após almoço com empresários e investidores na sede da American Society / Council of the Americas. ‘Há muitíssimos meses atrás, nós lançamos um documento chamado *Ponte para o Futuro* porque verificávamos que seria impossível o governo continuar naquele rumo e até sugerimos ao governo que adotasse as teses que nós apontávamos naquele documento’, afirmou Temer. ‘Como isso não deu certo, não houve a adoção, instaurou-se um processo que culminou, agora, com a minha efetivação como presidente da República’, concluiu.” Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/temer-impeachment-ocorreu-porque-dilma-recusou-ponte-para-o-futuro>>. Acesso em: 07 out. 2016.

A resistência à esquerda e ao PT existiu durante toda a sua experiência no Governo Federal (como apontado acerca da conformação dos Comitês Populares da Copa, por exemplo), contudo, muito pequena, com pouca capacidade de mobilização, de organização e muito fragmentada.

O acirramento das lutas de classes no país teve como razão o aumento das dificuldades nas condições objetivas de vida das massas populares. O “caldo transbordou” por conta da percepção da grande contradição entre as grandes obras da Copa do Mundo e o sucateamento concomitante dos equipamentos e políticas públicas.

Se esta premissa está correta, e acredita-se que esteja, as contrarreformas de Temer não podem resolver essa questão, pelo contrário, elas alimentam ainda mais essa contradição e levam as massas populares e a classe trabalhadora do país às condições de vida piores do que as enfrentadas no auge da implementação do neoliberalismo brasileiro, com Fernando Henrique Cardoso¹⁴. Ou seja, novos conflitos sociais, novas revoltas e até mesmo possíveis novas “Jornadas” de lutas estão por vir!

Ora, é nesse ambiente atual da luta de classes no Brasil que se inclui o quadro de fortalecimento do pensamento de Ludwig Von Mises. Para sermos mais precisos, foi inicialmente nas universidades que suas ideias começaram a ganhar mais visibilidade (não é uma questão aleatória o fato de ganharem algum terreno nesse espaço, afinal, foram os setores médios que compraram a proposta de *impeachment* e foram massivamente às ruas).

O ideário neoliberal e o pós-moderno conservador já imperam nas universidades e na intelectualidade brasileira há décadas¹⁵. Nessa complementaridade entre pensamento neoliberal e pós-moderno, o debate “macroestrutural” fica restrito à “área da economia”, onde está consolidado o pensamento único neoliberal, com poucas tentativas de resistência no âmbito intelectual. Isso abre margens, em um momento de forte tensão social como a atual conjuntura, para o fortalecimento vertiginoso das ideias de Von Mises.

Ou seja, consolidada a hegemonia neoliberal e com o acirramento da precarização da vida e do trabalho da massa maior da população, aumenta-se o espaço para o fortalecimento

¹⁴ Fernando Henrique Cardoso foi presidente do Brasil por dois mandatos, 1995-1998 e 1999-2002.

¹⁵ As teorias inseridas no escopo da pós-modernidade por vezes têm ressaltado a necessidade de análise de temas importantes – essas temáticas foram em diversos momentos escamoteadas por um marxismo economicista, vulgarizado – contudo, é essencial destacar os efeitos deletérios que essas teorias causam ao negar a visão totalizante da realidade social, hipervalorizando a fragmentação, a dispersão e a irracionalidade no âmbito da sociedade (CARCANHOLO; BARUCO, 2008).

de ideias conservadoras, elas podem cumprir o papel ideológico de influenciar a aceitação popular dos ataques iminentes¹⁶ aos direitos históricos da classe trabalhadora.

A análise do movimento efetuado por essas teorias de extrema-direita se torna pertinente e mesmo essencial num contexto travejado pelo aprofundamento de um conservadorismo cada vez mais reacionário e violento. Os intelectuais das classes dominantes vêm produzindo teses e se organizando para disputar uma concepção de Estado, sociedade e de *questão social*¹⁷. Como diz Netto (2012, p. 34),

Em termos de futuro imediato, para a resolução dos problemas atuais, parece-me que as respostas produtivas da tradição marxista implicam a recuperação do *estilo de trabalho de Marx*: de uma parte, uma constante e crítica *interlocução* com as tradições e vertentes não marxistas e antimarxistas; de outra, uma viva *interação* com os movimentos e forças sociais que operam factualmente contra a ordem burguesa.

Nesse sentido, o estudo desse fenômeno de crescimento de ideias neoliberais, suas propostas e sua força política nas disputas no âmbito do Estado e da sociedade, se faz bastante relevante para a produção de conhecimento crítico da atualidade. Vale ainda mencionar a pertinência desse estudo inserido na produção de conhecimento do serviço social brasileiro. Até meados de 1960, a profissão tinha como preocupação central a integração dos indivíduos e a normalização e moralização de suas condutas, não pautando a relação entre políticas públicas, questão social e Estado capitalista.

Essa visão mais ampliada se inicia com o fortalecimento da perspectiva intenção de ruptura (NETTO, 2011b), no processo de renovação da profissão. Os programas de pós-graduação na área do Serviço Social, fundados a partir da década de 1970, favoreceram as pesquisas e as produções nessa direção teórica.

Desde o final da década de 1970, vem-se fortalecendo uma direção para o Serviço Social, conhecida como Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro (PEPSS) (NETTO, 2001; BRAZ, 2000), que preza pela articulação teórico-prática da profissão com um projeto societário a partir das demandas do conjunto da classe trabalhadora, atentando-

¹⁶ Pensamos aqui nos efeitos dos Projetos de Lei - PL 241 e 257 na vida da população, assim como no desmonte da seguridade social, já iniciados pelo governo PT e intensificado sobremaneira por Temer.

¹⁷ Nas palavras de Yamamoto, a “questão social” é “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada” (1999, p. 27). Nesse sentido a *questão social* não pode ser igualada ao termo desigualdade social, pois as desigualdades existem no mundo há mais tempo que o modo de produção capitalista e a sociedade formada por este. A singularidade está no fato de que, “Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. [...] Se, nas formas de sociedade precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez [...] agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez” (NETTO, 2007, p. 153-154).

se para a riqueza e a diversidade que formam este projeto societário. Essa revisão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que se expressa no chamado Projeto Ético-Político proporcionou um redirecionamento tanto na formação quanto na intervenção do Serviço Social, o que vem se refletindo na forma como a profissão entende os processos históricos, a sociedade e o Estado.

Assim, o desvendamento dos fundamentos da obra de Von Mises e de sua incidência no Brasil atual ajuda a compreender o projeto das classes dominantes de mudanças na sua forma de exploração e de expropriação. A saída que se aponta, com a recuperação do pensamento de Von Mises, é para a desestruturação de políticas públicas, de direitos sociais e de conquistas civilizatórias.

Destaca-se, ainda, que a influência da Escola Austríaca já surge entre estudantes de Serviço Social no Brasil, apesar de poucos e localizados, autointitulados Serviço Social Libertário. Até então o PEPSS ainda é hegemônico no interior da profissão que se apresenta como tal, organizado e com defesa clara dos seus princípios e da sua direção ética e política.

Porém, não se pode afirmar que seja o único projeto existente, mas até então as contestações dos princípios do PEPSS eram feitas de forma tímida e velada, por meio de contrapontos e/ou de pautas específicas, sem sujeitos políticos expressivos que se apresentassem abertamente contra a direção política da profissão. Com a influência desses grupos liberais, começa a existir, pelo menos embrionariamente, um conjunto de estudantes e profissionais que contestam todos os princípios em que se funda o Serviço Social brasileiro na contemporaneidade – e não mais apenas alguns aspectos dessa direção¹⁸.

Ainda não se trata de uma movimentação de grande relevo, mas com os rumos que a luta ideológica tem tomado no Brasil, não se deve descartar a possibilidade desse grupo ganhar mais peso no interior da profissão. Além disso, refletir sobre a presença das novas formas de expressão do conservadorismo em diferentes aspectos é de crucial importância, inclusive na afirmação da direção teórica crítica do Serviço Social.

Foi com essa ideia que ingressei no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O direcionamento do objeto e do objetivo do trabalho se deu ao longo do Mestrado, nas orientações e no acúmulo

¹⁸ Destacamos o documento intitulado “23 teses pela reforma do Serviço Social brasileiro”, lançado recentemente pelo Professor Dr. Edson Marques Oliveira, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), amparado num grande ecletismo teórico que se funda principalmente da linha teórica pragmática do serviço social tradicional. Disponível em: < <file:///C:/Users/leona/Downloads/NOTA%20DE%20REP%C3%9ADIO%20-%20SS.pdf>> Acesso em: 18 out. 2017. Este documento tem sido divulgado pelo Serviço Social Libertário. Conferir em: < <https://www.facebook.com/servicosociallibertario/>>. Acesso em: 18 out. 2017.

que as disciplinas e a inserção no Grupo de Estudos Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED) e no Grupo de Estudos e Pesquisa Questão Socioambiental e Rural, Movimentos Sociais e Serviço Social (QTEMOSS) proporcionou.

O objetivo geral desse trabalho é compreender as propostas políticas dos representantes da burguesia para o Brasil contemporâneo e sua relação com o ideário de Mises. Ademais, tem-se como objetivos específicos:

- a) entender os determinantes econômicos e sociopolíticos da conjuntura brasileira que possibilitam, por parte do conservadorismo, uma retomada das ideias de Von Mises;
- b) caracterizar e analisar o Movimento Brasil Livre – MBL e o Instituto Von Mises Brasil - IMB como novas expressões da nova direita no Brasil;
- c) Analisar a influência do pensamento de Von Mises no MBL e no IMB.

É também essencial evidenciar o método que se pretende utilizar nesta pesquisa, que está umbilicalmente ligado ao próprio objeto pesquisado. A partir dos objetivos elencados acima, é importante registrar o conceito de crítica dessa pesquisa. Nas palavras de Netto (2011a, p. 18):

Em Marx, a crítica do pensamento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus *fundamentos*, os seus *condicionamentos*, e os seus *limites* – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais.

Ou seja, podemos descartar aqui uma visão sobre a categoria de crítica como sendo uma recusa *a priori* do material que será analisado. O papel da crítica ao longo da produção marxiana é de destaque, sendo preciso lembrar que o subtítulo de sua obra máxima, O Capital, é denominado “Crítica da Economia Política”, bem como o título da obra que publicou junto com Engels, explicitando suas divergências com os filósofos hegelianos de esquerda: “A sagrada família ou “Crítica da Crítica crítica”.

Lukács nos ajuda a entender em que medida o conceito de crítica revela o fundamento do método marxiano:

[...] não é casual, não é uma peculiaridade surgida das contingências históricas da ciência o fato de o Marx maduro ter intitulado suas obras econômicas não como *Economia*, mas como *Crítica da economia política*. Naturalmente, a referência imediata diz respeito à crítica dos pontos de vistas econômicos burgueses – que, por isso mesmo, já é bastante importante; mas também está implícito o aspecto para o qual temos chamado atenção, ou seja, a ininterrupta crítica ontológica imanente de todo fato, de toda relação, de toda conexão relativa a leis (2012, p. 296).

Assim, pode-se voltar à parte final da citação de Netto (2011a, p. 18): “[...] se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais”. É

importante enfatizar que, apesar de esse estudo ter como um dos objetivos se dedicar à obra de Mises, não se trata, pois, de refutar uma teoria com outra teoria, buscando alcançar maior consenso entre os estudiosos sobre qual formulação seria “mais correta”. Tal idealismo é anti-ontológico, não busca acompanhar o movimento real do objeto. Trata-se, então, de analisar uma produção buscando sua relação com a realidade, sua historicidade e suas leis tendenciais.

Parte-se, nesse trabalho, do entendimento de que as ideias são determinadas pelas condições materiais de existência, logo, é impossível o estudo de determinada escola de pensamento sem considerar o chão histórico sobre o qual foi forjada. Marx, em uma de suas mais famosas citações, já nos disse que “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e *intelectual*. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser que determina a sua consciência” (MARX, 2008, p.47, grifo nosso).

Em suma, esta pesquisa não possui um viés idealista de que existem verdades diferentes apanhadas por cada pesquisador, ou que a verdade seja aquela com destaque nos meios científicos e que alcança grandes consensos. Parte do entendimento materialista, no qual a realidade é objetiva, historicamente determinada pelos seres humanos e funciona de acordo com leis que fogem ao controle dos indivíduos. Estes constroem a história, mas não de acordo com a sua vontade, e sim a partir das relações dadas, legadas para eles pelas gerações passadas (MARX, 2008b).

Portanto, a pesquisa teórica é a reprodução, no pensamento, do movimento real que o objeto realiza. Assim, o desafio para o pesquisador não é criar categorias, mas sim na sua pesquisa conseguir ser fiel ao movimento do seu objeto e capturar deste as categorias que o compõem, bem como as relações entre essas categorias na conformação do concreto, pois já diria Marx: “O concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso” (2008a, p. 258).

Quando se fala em materialismo, pelo menos nos termos que estamos aqui tratando, do materialismo histórico e dialético, não devemos confundir com empiricismo. O real capturado pela mente, em um primeiro momento, é caótico, superficial, em suma, é apenas a aparência do real, estão “escondidas” nele as leis, as categorias, que lhe são intrínsecas e que para serem revelados precisam passar pelo exame da razão, pelo estudo científico.

Aparência e essência são momentos constitutivos da realidade objetiva. Todavia, entre esses dois níveis do real podem sempre existir em maior ou menor intensidade, uma contradição ou mesmo um antagonismo. Uma representação científica da realidade, bem como uma práxis ampla e eficaz, demanda o estabelecimento de uma mediação

dialética entre os mesmos, na qual a aparência seja dissolvida na totalidade que revela a essência (COUTINHO, 2010, p. 38).

A descoberta feita por Marx da dialética existente nessa relação é o que torna o seu método tão rico.

É claro, portanto, que o método da economia política, que Marx designa como “viagem de retorno”, pressupõe uma cooperação permanente entre o procedimento histórico (genético) e o procedimento abstrativo-sistematizante, os quais evidenciam as leis e as tendências. A inter-relação orgânica, e por isso fecunda, dessas duas vias do conhecimento, todavia, só é possível sobre a base de uma crítica ontológica permanente de todos os passos dados, já que ambos os métodos têm como finalidade compreender, de ângulos diversos, os mesmos complexos da realidade. [...] Tão só uma ininterrupta e vigilante crítica ontológica de tudo o que é reconhecido como fato ou conexão, como processo ou lei, é que pode reconstituir no pensamento a verdadeira inteligibilidade dos fenômenos (LUKÁCS, 2012, p. 306).

Ora, o método consiste em, por meio da abstração, separar as categorias encontradas na totalidade caótica, isolá-las, estudá-las separadamente buscando aquelas categorias prioritárias. “[...] é o pensar, por meio de suas representações, que isola na totalidade do real aspecto que essa própria realidade diferenciou. O conceito deve, pois, nascer do próprio jogo do real acompanhado pelo olhar do cientista” (GIANNOTTI, 2013, p. 61).

Marx, ao falar de uma suposta pesquisa sobre a economia política de um determinado país, faz uma boa síntese do que seria o seu método:

Se começasse, portanto, pela população, elaboraria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples. Chegando a esse ponto, teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas dessa vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas. [...] No primeiro método, a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento (2008a, p. 258-259).

O caminho de ida isola as categorias encontradas na realidade e, para melhor apreendê-las, o de volta constrói idealmente as relações existentes entre as categorias para então “remontar” o objeto estudado, dessa vez saturado de determinações. Todo esse processo se dá na construção do pensamento, na construção teórica. Na realidade esses elementos estão imbricados e não possuem existência separadamente.

É preciso ainda elucidar um ponto sobre isso, o tema desse trabalho não é o mesmo de Marx, trabalha-se aqui com temas que foram desenvolvidos por Von Mises e com a conjuntura atual brasileira e o fortalecimento das ideias desse autor. Nesse sentido, seria o método de Marx válido para essa análise? Uma crítica recorrente ao uso do método de Marx é que ele não serve para tratar de temas mais específicos, sobretudo aqueles que “não estão no âmbito da

economia”. É importante esclarecer que Marx não desenvolveu um estudo da totalidade social, esse não foi o seu objetivo em *O Capital*. Ele desenvolveu o estudo de um complexo parcial¹⁹: as leis do movimento do Modo de Produção Capitalista, justamente por entender, a partir de seus estudos, esse complexo como sendo ontologicamente prioritário. Nas suas palavras:

Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas de Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, [...] Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política (MARX, 2008a, p.47).

Quando se fala que a Economia Política é ontologicamente prioritária frente a outros complexos parciais, não se faz nenhum tipo de juízo de valor, apenas se constata que sem a produção material seria impossível pensar a existência de outros complexos parciais, como o Estado, o direito etc.

Ao tratar do caráter ontológico prioritário da produção material que garante a existência humana, tampouco se busca afirmar que o âmbito econômico determina mecanicamente todos os outros complexos parciais ou mesmo a totalidade social.

A dialética nega que possam existir em qualquer parte do mundo relações de causa e efeito puramente unívocas: ela reconhece mesmo nos dados mais elementares do real complexas relações de causas e de efeitos. E o materialismo histórico acentua com particular vigor o fato de que, num processo tão plurilateral e cheio de estratificações como é o processo da evolução da sociedade, o processo total do desenvolvimento histórico-social só se concretiza em qualquer dos seus momentos como uma intrincada trama de interações [...]. Quem quer que veja nas ideologias o produto mecânico e passivo do processo econômico que lhes serve de base nada compreenderá da essência e desenvolvimento delas, e não estará representando o marxismo, mas uma imagem deformada e caricatural do marxismo (LUKÁCS, 1997, p.84).

Acredita-se que Marx, além dos desvendamentos das leis de funcionamento do capitalismo, nos legou, também, um método de análise da realidade nos marcos dessa sociedade. Assim, não só é possível utilizá-lo, mas é o método que nos permite averiguar as reais conexões existentes entre o nosso objeto de estudo e a totalidade social. Desse modo, como aponta NETTO (2011a), há três categorias centrais, tratando-se do método marxiano, que seriam a *totalidade*, a *contradição* e a *mediação*. É importante ter isso em mente ao pensarmos

¹⁹ Lukács (2012, p. 306-307) chama esses objetos específicos de complexos parciais, e assim trata deles, “[...] todo ‘elemento’, toda parte, é também um todo; o elemento é sempre um complexo com propriedades concretas, qualitativamente específicas, um complexo de forças e relações diversas que agem em conjunto. Essa complexidade, porém, não elimina o caráter de ‘elemento’”.

a relação do objeto que se estuda, entendido aqui como complexo parcial, com a totalidade social. É justamente a interação entre as legalidades próprias de cada um desses complexos parciais que geram as contradições, próprias da realidade.

Sem as contradições, as totalidades seriam *totalidades inertes*, mortas – e o que análise registra é precisamente a sua contínua transformação. A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade – e, novamente, não há formulas/formas apriorísticas para determiná-las: também cabe à pesquisa descobri-las (NETTO, 2011a, p.57).

Como supracitado, segundo Marx, o concreto é formado pela unidade do diverso. Cada complexo é formado por complexos mais simples, que se relacionam entre si e com o complexo mais geral, que é produzido pela interação de complexos simples. Este complexo mais geral, por sua vez, é algo qualitativamente distinto das partes que o formam. As relações entre esses distintos complexos se dão por meio das mediações. Tais categorias permitem um estudo a partir da razão dialética, praticamente abandonada pelas ciências sociais burguesas e tão cara ao método de Marx.

É ainda necessário explicitar a diferenciação entre neutralidade e objetividade, tendo em vista a grande confusão que se faz entre esses termos nos estudos das ciências sociais e humanas. Como já exposto, a partir de uma perspectiva ontológica, a objetividade é essencial para conseguir apreender o movimento do objeto em estudo, e é justamente a falta de objetividade e a arbitrariedade de recortes, que o marxismo critica na divisão das ciências da atualidade.

Contudo, isso não significa uma neutralidade do pesquisador. Este, voltado para o estudo da sociedade, na qual está inserido, não tem a possibilidade concreta de portar-se de forma neutra frente às questões que aborda. Assim, todos os estudos são parciais, tomam partido, quer eles tenham consciência disso, quer não. Mas isso não anula a importância da objetividade para apreender o movimento da realidade, inclusive para transformá-la. Ou como já diria Rosa Luxemburgo (2009), “nós não estamos perdidos. nós venceremos desde que nós não tenhamos desaprendido a aprender”.

As questões aqui apresentadas, de forma sintética, buscando atingir as questões de fundo sobre o método, cumprem uma dupla função neste projeto, primeiramente demonstram o método que procurarei seguir na pesquisa, em segundo lugar, apresentam as diferenciações entre o método marxiano e o método que as ciências sociais burguesas seguem a partir de meados do século XIX, em que se insere a produção de Von Mises. Este segundo aspecto será melhor desenvolvido mais adiante.

A pesquisa é de natureza qualitativa, que, de acordo com Minayo (2010), se aplica ao estudo da história, das relações, das crenças, das percepções e das opiniões dos sujeitos sobre diversos fenômenos, bem como sobre si e seus modos de vida. Sendo do tipo bibliográfica, “[...] implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA e MIOTO, 2007, p. 38).

Para Netto (2011a), os instrumentos e técnicas de pesquisas são inúmeros e variados, são os meios utilizados pelo pesquisador para apropriar-se do objeto pesquisado, “[...] mas não devem ser identificados com o método: instrumentos similares podem servir (e de fato servem), em escala variada, a concepções metodológicas diferentes” (NETTO, 2011a, p. 28).

A delimitação do objeto deu-se, por um lado, a partir das principais obras de Von Mises. Por outro lado, a análise das atuais propostas da extrema-direita se deu por meio da análise de alguns documentos: as propostas do I Congresso Nacional do MBL (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2017), e artigos publicados entre 2016 e 2018 dos dois principais autores do IMB, Helio Beltrão, presidente do Instituto, e Ubiratan Jorge Iorio, diretor acadêmico do Instituto, ambos com livros publicados sobre a Escola Austríaca e com atuação na página da internet do Instituto por meio de artigos. Optou-se pelos artigos por conta do objetivo da análise, tanto desses artigos quanto do documento do MBL, ou seja, analisar como o ideário socioeconômico e as propostas políticas de Von Mises incidem nas atuais propostas para o Brasil.

O segundo capítulo trata da crítica ao pensamento de Mises e sua contextualização sócio-histórica e cultural. Três aspectos centrais de sua obra foram analisados: a questão do método, o ideário socioeconômico e propostas políticas, respectivamente. No segundo capítulo foi trabalhada a revolução burguesa no Brasil, o surgimento do neoliberalismo prático no mundo e como esse se adequou às características próprias da formação sócio-histórica brasileira, assim como a variação neoliberal nos governos do PT, a análise da conjuntura que levou ao *impeachment* de Dilma e ao fortalecimento da extrema-direita.

O terceiro capítulo focou nas características encontradas na obra de Mises: a regressão de direitos como carro-chefe das pautas de extrema-direita; o ataque aberto à democracia e à participação popular na política; o eterno retorno do anticomunismo – que o torna uma arma bastante usada pela extrema-direita e aproveitada pela dominação burguesa no país.

A análise foi feita utilizando-se da lente da pluralidade da tradição marxista, pois é esta tradição que, a partir da decadência ideológica da burguesia, posiciona-se ao lado da classe que, por conta de sua posição social e de suas características inerentes, é portadora da

possibilidade histórica de transformação radical da sociedade e que, por isso, necessita de um desvelamento radical dessa mesma realidade e não está acorrentada a posições ideológicas que a obrigam a ocultar a verdade.

A quem interessa conhecer a verdade e em que nível? Fica claro, desse modo, que a tomada de partido não é, necessariamente, um obstáculo para a compreensão científica da realidade. Pelo contrário, desde que assumida a perspectiva da classe que, naquele momento histórico, fundamenta o padrão cognitivo mais elevado possível, a tomada de partido se revela uma condição positiva e imprescindível para a elaboração do conhecimento científico (TONET, 2016, p.137).

Contudo, é fundamental destacar que não se deve, a partir desse entendimento, cair no dogmatismo ou reducionismo de achar que a simples tomada de posição garantirá o sucesso e o desvelamento do real pela pesquisa. Afinal,

O fato de assumir a perspectiva de classe que precisa mais intensamente da verdade, não é garantia, de modo nenhum, de que o pensador alcance, efetivamente, a verdade. [...] neste sentido, o marxismo - pelo menos aquele sério - não afirma está de posse da verdade. Apenas afirma, apoiado em argumentos históricos-sociais racionais, que os fundamentos metodológicos, cujos lineamentos gerais foram elaborados por Marx - de caráter ontológico - são aqueles que melhor permitem a compreensão da realidade social. As próprias divergências entre aqueles que se relevam do pensamento de Marx demonstram que a simples remissão aos fundamentos postos por esse autor não garante a validade do que é produzido (TONET, 2016, p.137-138).

Os dados foram analisados pela técnica de análise de conteúdo que busca descobrir que “[...] o que está escrito, falado, mapeado, figurativamente desenhado e/ou simbolicamente explicitado sempre será o ponto de partida para a identificação do conteúdo manifesto seja ele explícito e/ou latente” (MINAYO, 2003, p. 74).

Este estudo busca contribuir com a arma da crítica para aqueles que lutam por melhores condições de vida e de trabalho, contra o desmonte das políticas sociais e, em última instância, com todos que acreditam na transformação radical da sociedade a partir dos interesses da classe trabalhadora e de seus aliados.

2 AS HERANÇAS E O PENSAMENTO DE LUDWIG VON MISES

Como trágica ladainha a memória boba se repete. A memória viva, porém, nasce a cada dia, porque ela vem do que foi e é contra o que foi. Aufheben era o verbo que Hegel preferia, entre todos os verbos do idioma alemão. Aufheben significa, ao mesmo tempo, conservar e anular; e assim presta homenagem à história humana, que morrendo nasce e rompendo cria (Celebração das contradições/1, Eduardo Galeano).

Esse capítulo analisará o papel do liberalismo nas transformações socio-históricas iniciadas na Europa no final do século XVIII, o que moldaram a partir de então e como essas transformações também incidiram sobre o liberalismo e os autores que o tem como referência. Será desenvolvido ainda o conceito lukacsiano de decadência ideológica para explicar o papel mistificador que as ciências sociais e humanas burguesas encarnaram a partir de meados do século XIX.

No rastro dos herdeiros do liberalismo e da economia política clássica se discutirá como a ciência econômica caminhou para justificar o *status quo* burguês e como os marginalistas e a Escola Austríaca se enquadram nesse contexto. Por fim, serão analisadas as ideias de Mises em três eixos temáticos: método, ideias socioeconômicas e proposições políticas.

2.1 Liberalismo clássico e decadência ideológica da burguesia

Ao pensar a produção cultural e teórica influenciada pela burguesia, temos seu início no movimento Renascentista. É importante ressaltar que nesse período a burguesia estava em ascensão econômica e iniciava sua disputa contra o feudalismo. Encarnava, assim, as pautas progressistas e a luta por conquistas emancipatórias. Uma arma importante nesse processo era a disputa ideológica, e, para tanto, a classe emergente incentivou e promoveu o florescimento das artes e da ciência, com caráter antropomorfizador (voltados para o conhecimento do ser humano por si mesmo), contrapondo-se à hegemonia teocêntrica comandada pela Igreja Católica durante o feudalismo.

Para avançar no tema aqui tratado, é necessário observar o papel que a disputa ideológica pode cumprir nas disputas materiais que ocorrem na sociedade:

[...] a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, o poder material tem que ser derrubado pelo poder material, no entanto, também a teoria se transforma em poder material assim que se apodera das massas. A teoria é capaz de apoderar-se das massas assim que se evidencia *ad hominem* [no ser humano – latim], e de fato ela se evidencia *ad hominem* tão logo se torna radical. Ser radical significa agarrar a questão pela raiz. Mas a raiz é, para o ser humano, o próprio ser humano. (MARX, 2010, p.44)

Observando o longo processo das revoluções burguesas na Europa do século XVII e XVIII, torna-se cristalino o que Marx expressa na citação acima. O Renascimento e o Iluminismo foram importantes armas para a burguesia, mas seu triunfo se consolidou através do domínio econômico e sobretudo político, tendo como principal marco a Revolução Francesa

no fim do século XVIII. Entretanto, cabe ressaltar que tal triunfo seria impensável sem o desenvolvimento teórico e cultural. Em resumo, a ideologia liberal era:

[...] rigorosamente racionalista e secular, isto é, convencida da capacidade dos homens em princípio para compreender tudo e solucionar todos os problemas pelo uso da razão, e convencida também da tendência obscurantista das instituições (entre as quais incluíam o tradicionalismo e todas as religiões outras que o racional) e do comportamento irracionais. Filosoficamente, inclinavam-se ao materialismo ou ao empiricismo, que condiziam com uma ideologia que devia suas forças e métodos à ciência, neste caso principalmente à matemática e à física da revolução científica do século XVII. Suas hipóteses gerais sobre o mundo e o homem estavam marcadas por um penetrante individualismo, que se devia mais à introspecção dos indivíduos da classe média ou à observação de seu comportamento do que aos princípios a priori nos quais declarava estar fundamentada, e que se expressava em uma psicologia (embora a palavra ainda não existisse em 1789) que fazia eco com a mecânica do século XVII, a chamada escola "associacionista". Em poucas palavras, para o liberalismo clássico, o mundo humano estava constituído de átomos individuais com certas paixões e necessidades, cada um procurando acima de tudo aumentar ao máximo suas satisfações e diminuir seus desprazeres, nisto igual a todos os outros, e naturalmente não reconhecendo limites ou direitos de interferência em suas pretensões. Em outras palavras, cada homem era "naturalmente" possuído de vida, liberdade e busca da felicidade, como afirmava a Declaração de Independência dos Estados Unidos (HOBSBAWM, 1996, p. 168-169).

O triunfo do liberalismo, enquanto forma de governo, ocorre concomitantemente ao processo conhecido como Revolução Industrial, uma série de inovações tecnológicas tanto no âmbito da produção quanto na sua distribuição que enterraram de vez as bases econômicas feudais e fizeram uma profunda transformação no mundo ocidental. Nesse período, os Estados Unidos também já despontavam como potência econômica.

No final do século XVIII e no princípio do século XIX, ocorreram simultaneamente a Revolução Industrial e o triunfo do liberalismo clássico, ideologia do capitalismo. O liberalismo proporcionou as bases filosóficas do sistema capitalista industrial. As novas ideias liberais criaram na Inglaterra setecentista uma atmosfera política e intelectual extremamente propícia ao desenvolvimento do sistema fabril (HUNT; SHERMAN, 2013, p. 77).

As revoluções burguesas do século XVIII, as duas Revoluções Inglesas, a Independência dos Estados Unidos e destacadamente a Revolução Francesa são certamente o marco central desse processo, caracterizado por muitas contradições, mas certamente também por momentos de grandes conquistas civilizatórias e de progresso para a humanidade.

Há certo consenso entre os estudiosos da temática que a ideia de indivíduo, da forma como a conhecemos na atualidade, é algo recente na história da humanidade. A formulação desse conceito encontra o mesmo contexto do desenvolvimento do Estado Moderno. O pensamento iluminista – a retomada do antropocentrismo, do historicismo, do humanismo e da

racionalidade – teve papel fundamental nesse processo, que superou (sem destruir) o pensamento feudal, marcado pela influência religiosa.

Não se trata de uma coincidência que até os dias atuais os herdeiros do liberalismo defendam que esse pensamento é a defesa dos direitos individuais contra as “tirantias coletivistas”. “O indivíduo e seu bem-estar constituem o ponto de partida de todas as deliberações e o objetivo de toda política. A partir desse ponto pode-se empreender a construção do Estado e da sociedade” (KUHNL, 1979, p. 253).

Não é a toa que os principais teóricos do período iluminista pensavam as grandes questões de seu tempo com a necessidade de apoiar suas teorizações em pressupostos sobre a natureza humana. “O credo psicológico dos ideólogos do liberalismo clássico baseava-se em quatro pressupostos sobre a natureza humana. Todo homem, diziam eles, é **egoísta, frio e calculista, essencialmente inerte e atomista**” (HUNT; SHERMAN, 2013, p. 63-64, grifo nosso).

Para alguns dos autores iluministas o homem é naturalmente **egoísta**, para outros se torna egoísta no convívio em sociedade. O caso é que a organização racional da sociedade por parte do Estado e a importância das trocas mercantis através do mercado se encaixam muito bem nessa visão de mundo.

A razão humana tem espaço privilegiado entre os pensadores iluministas, por mais que se atribuísse ao ser humano características variadas – como o egoísmo acima exemplificado –, o uso da razão nas suas ações tem caráter privilegiado nessas análises. “Lembre-se que ser ‘liberal’, no aspecto intelectual, não significava de modo algum ‘mostrar-se tolerante frente a todas as convicções, mas, pelo contrário, mostrar-se intolerante frente a todo juízo não baseado na razão’” (KUHNL, 1979, p. 251). Daí deriva a constatação de que os homens tomam as decisões mais importantes da vida em sociedade de forma **fria e calculista**, buscando ao máximo o prazer e fugindo sempre da dor.

Seguindo ainda a ideia de que os homens buscam sempre o prazer e fogem da dor, as teorias iluministas tem como ponto de apoio a constatação de que os homens são **essencialmente inertes**. É a busca pelo prazer e a fuga da dor que os faz se movimentar. “A consequência prática dessa doutrina (ou talvez a sua razão de ser) foi a crença, amplamente difundida na época, de que os trabalhadores eram incuravelmente preguiçosos” (HUNT; SHERMAN, 2013, p. 65).

O quarto aspecto apontado, o **atomismo**, é facilmente perceptível na perspectiva iluminista. A sociedade, que no feudalismo se sobrepunha como uma força natural aos

indivíduos, passa a ser colocada em segundo plano, como criação dos indivíduos por conta da necessidade de sobrevivência, e não como algo natural. “O interesse do conjunto resulta logicamente da soma dos interesses particulares. Assim, a sociedade é apenas um produto secundário, e o Estado só tem razão de existir enquanto protege a liberdade do indivíduo” (KUHNL, 1979, p. 254).

Quanto ao Estado, de forma mais específica, este deve cumprir a função de regulamentação das relações no âmbito da sociedade. Os burgueses, como classe revolucionária, encarnavam o novo, a possibilidade de conquistas civilizatórias para a humanidade. Necessitavam, portanto, que as *armas da crítica* se apoderassem das massas, assim lhes era favorável que esta crítica fosse radical, que desvendasse a raiz das principais questões da época. No bojo desse processo histórico é que se deu o espetacular desenvolvimento das ciências naturais que possibilitaram a Revolução Industrial, além das grandiosas teorias filosóficas iluministas e a Economia Política.

A grande revolução de 1789-1848 foi o triunfo não da "indústria" como tal, mas da indústria capitalista; não da liberdade e da igualdade em geral, mas da classe média ou da sociedade "burguesa" liberal; não da "economia moderna" ou do "Estado moderno", mas das economias e Estados como uma determinada região geográfica do mundo (parte da Europa e alguns trechos da América do Norte), cujos centros eram os Estados rivais e vizinhos da Grã-Bretanha e França. A transformação de 1789-1848 é essencialmente o levante gêmeo que se deu naqueles dois países e que dali se propagou por todo o mundo.

Mas não seria exagerado considerarmos esta dupla revolução - a francesa, bem mais política, e a industrial (inglesa) - não tanto como uma coisa que pertença à história dos dois países que foram seus principais suportes e símbolos, mas sim como a cratera gêmea de um vulcão regional bem maior (HOBSBAWM, 1996, p. 2).

O mundo antes da dupla revolução não tinha o que entendemos hoje como história global, mundial. Era um conjunto de sociedades que em menor ou maior grau interagiam entre si. Com a dupla revolução e a história do capitalismo é que se inicia a unificação dessas sociedades, uma associação forçada pela sociedade europeia ocidental, que passa a dominar o globo com seu desenvolvimento econômico e dominação política e militar. No campo das ideias, havia os instrumentos necessários para o florescimento do Iluminismo, de forma criativa, propositiva e mesmo militante.

O "iluminismo", a convicção no progresso do conhecimento humano, na racionalidade, na riqueza e no controle sobre a natureza - de que estava profundamente imbuído o século XVIII - derivou sua força primordialmente do evidente progresso da produção, do comércio e da racionalidade econômica e científica que se acreditava estar associada a ambos. E seus maiores campeões eram as classes economicamente mais progressistas, as que mais diretamente se envolviam nos avanços tangíveis da época: os círculos mercantis e os financistas e proprietários economicamente

iluminados, os administradores sociais e económicos de espírito científico, a classe média instruída, os fabricantes e os empresários.[...] Um individualismo secular, racionalista e progressista dominava o pensamento "esclarecido". Libertar o indivíduo das algemas que o agrilhoavam era o seu principal objetivo: do tradicionalismo ignorante da Idade Média, que ainda lançava sua sombra pelo mundo, da superstição das igrejas (distintas da religião "racional" ou "natural"), da irracionalidade que dividia os homens em uma hierarquia de patentes mais baixas e mais altas de acordo com o nascimento ou algum outro critério irrelevante. A liberdade, a igualdade e, em seguida, a fraternidade de todos os homens eram seus slogans. No devido tempo se tornaram os slogans da Revolução Francesa (HOBSBAWM, 1996, p. 15).

A Revolução Francesa foi o acontecimento político mais relevante da dupla revolução, já que na Inglaterra as transformações políticas se deram de forma menos explosivas e através de uma hegemonia crescente e impossível de ser barrada pelas forças conservadoras. Ademais, a Revolução Inglesa se deu em um período de tempo maior e sempre em negociação com os grupos conservadores daquele país. Nesse sentido, o papel das ideias foi muito mais importante na França, e não coincidentemente foi a revolução deste país que moldou a conformação dos Estados Nacionais a partir de então.

[...] um surpreendente consenso de ideias gerais entre um grupo social bastante coerente deu ao movimento revolucionário uma unidade efetiva. O grupo era a "burguesia"; suas ideias eram as do liberalismo clássico, conforme formuladas pelos "filósofos" e "economistas" e difundidas pela maçonaria e associações informais. Até este ponto os "filósofos" podem ser, com justiça, considerados responsáveis pela Revolução. Ela teria ocorrido sem eles; mas eles provavelmente constituíram a diferença entre um simples colapso de um velho regime e a sua substituição rápida e efetiva por um novo (HOBSBAWM, 1996, p. 42).

Cabe aqui registrar os limites dessa revolução, que sem sombra de dúvidas tratou-se de um grande avanço progressista para a humanidade, buscando enterrar as velhas estruturas feudais dos seus países baseando-se em ideais impensáveis para gerações anteriores. Contudo, para não tratarmos dela de forma idealizada, é importante lembrar que haviam interesses pragmáticos de uma pequena classe, a burguesia, que encarnava sim ideias de liberdade e igualdade, mas formalmente, para garantir suas possibilidades de atuação socioeconômicas. Jamais se tratou, pelo menos para essa classe, do fim das desigualdades sociais como um todo, mas sim das desigualdades por razões de nascimento ou estamento.

Mais especificamente, as exigências do burguês foram delineadas na famosa Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. Este documento é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária. "Os homens nascem e vivem livres e iguais perante as leis", dizia seu primeiro artigo; mas ela também prevê a existência de distinções sociais, ainda que "somente no terreno da utilidade comum". A propriedade privada era um direito natural, sagrado, inalienável e inviolável. Os homens eram iguais perante a lei e as profissões estavam igualmente abertas ao

talento; mas, se a corrida começasse sem handicaps, era igualmente entendido como fato consumado que os corredores não terminariam juntos (HOBSBAWM, 1996, p.42).

Podem-se observar, assim, os limites do pensamento liberal burguês do século XIX. Marx já apontava limites da economia política clássica de Smith e Ricardo, por exemplo, enfatizando seu ahistoricismo (que visto retrospectivamente é bem menos intenso que o praticado por seus “herdeiros” neoliberais) e sua mistificação das características do modo de produção capitalista como tendo conceitos eternos. Mas, apesar disso, os limites dos autores que hoje enquadrados no ramo das ciências políticas eram bem maiores, já que de algum modo tinham que mistificar as associações políticas entre burguesia e aristocracia quando essa existia, e praticamente sempre existiram, talvez com a exceção do curto período jacobino da revolução francesa.

Assim, a união do pensamento progressista iluminista com a classe revolucionária da época, a burguesia, era efetiva e teve resultados importantes no decorrer da história europeia e do capitalismo, logo, da história mundial como a conhecemos hoje. Entretanto, essa união pode ser verificada historicamente de forma retroativa, à época, no geral, a burguesia era uma classe em formação e bastante pragmática.

O punhado de intelectuais, escritores e eruditos agnósticos do século XVIII que falavam por eles não deve obscurecer o fato de que a maioria deles estava muito ocupada em ganhar dinheiro para se aborrecer com qualquer coisa que não estivesse ligada a este fim. Eles apreciavam seus intelectuais, até mesmo quando, como no caso de Richard Cobden (1804-1865), não eram homens de negócio particularmente bem sucedidos, desde que evitassem ideias pouco práticas e excessivamente sofisticadas, pois eles eram homens práticos cuja própria falta de instrução fazia-os suspeitar de qualquer coisa que fosse muito além do empirismo (HOBSBAWM, 1996, p.133).

Quanto à posição dos trabalhadores nesse movimento histórico, pode-se dizer que aí se iniciou o processo que resultaria na sua conformação como classe em si, como grupo político, pois até então eles eram relegados a uma posição totalmente passiva. Nesse momento ainda estavam sob o comando da burguesia e seus ideólogos, e as vitórias alcançadas foram muito pouco voltadas para os trabalhadores braçais e os camponeses, o que posteriormente causou a organização e a luta independente desses setores.

Só depois da segunda metade do século eles começaram a participar efetivamente da formação de seus destinos. O movimento trabalhista foi uma organização de autodefesa, de protesto e de revolução. Mas para os trabalhadores pobres era mais do que um instrumento de luta: era também um modo de vida. A burguesia liberal nada lhes oferecia; a história arrancou-os da vida tradicional que os conservadores, em vão,

se ofereciam para manter ou restaurar. Nada podiam esperar do tipo de vida para o qual eles eram crescentemente arrastados. Mas o movimento tinha a ver com este tipo de vida, ou melhor, a vida que eles mesmos criaram para si e que era coletiva, comunal, combativa, idealista e isolada implicava o movimento, pois a luta era a sua própria essência. E em troca o movimento lhe dava coerência e propósito (HOBSBAWM, 1996, p.153).

Outro elemento do desenvolvimento das ideias concomitante à dupla revolução que deve ser aqui realçado é o surgimento do pensamento conservador, como reação direta à dupla revolução e buscando formar a oposição sociopolítica ao progressismo burguês e iluminista.

Não possuindo uma teoria coerente da evolução, os pensadores antiprogressistas achavam difícil decidir sobre o que tinha acontecido "de errado". Seu réu favorito era a razão, ou mais especificamente, o racionalismo do século XVIII, que procurava de maneira tola e ímpia intrometer-se em assuntos muito complexos para a organização e a compreensão humanas: as sociedades não podiam ser projetadas como máquinas. "Seria melhor esquecer de uma vez por todas", escreveu Burke, "a Enciclopédia e todo o conjunto de economistas, e retornar àquelas velhas regras e princípios que fizeram, uma vez, dos príncipes, grandes personagens e felizes as nações" (HOBSBAWM, 1996, p.153).

As ideias conservadoras se baseavam nos malefícios das mudanças econômicas e políticas da dupla revolução. Partiam, obviamente, dos setores aristocráticos da sociedade que viam uma ameaça sem paralelo na história dos seus "direitos naturais" de nascimento. Contudo, é importante salientar que ganhavam também certo apelo popular, se considerarmos as mudanças drásticas e por vezes maléficas para o conjunto da população, que também perdia seus locais de trabalho camponês, seu domínio sobre o processo produtivo e era forçada ao trabalho sobre-humano nas fábricas emergentes, com jornadas de trabalho que chegavam a 18 horas diárias, que agora incluíam também mulheres e crianças.

Se os pensadores conservadores não tinham o sentido do progresso histórico, tinham em troca um sentido muito preciso da diferença entre as sociedades formadas e estabilizadas natural e gradualmente pela história, e aquelas repentinamente estabelecidas por "artifício". Se não sabiam explicar como se talhavam os trajes históricos, e de fato eles negavam que fossem talhados, sabiam explicar admiravelmente como o prolongado uso lhes tornava mais cómodos. O mais sério esforço intelectual da ideologia antiprogressista foi o da análise histórica e reabilitação do passado, a investigação da continuidade contra a revolução (HOBSBAWM, 1996, p.153).

A reação conservadora, para além do plano ideal, atuou ferozmente durante a contrarrevolução. Com o fim da Revolução Francesa recuperou parte de seu prestígio, e com o

fim das guerras napoleônicas restaurou seu poderio político através da aliança de países conservadores chamada Santa Aliança.

Em todo esse processo de reação, contudo, não se pôde mais apagar várias das conquistas liberais, sobretudo no âmbito econômico. Passaram, assim, a conjugar as forças conservadoras e liberais, em monarquias constitucionais que ao mesmo tempo mantinham certos privilégios aristocráticos e abriam a sociedade para as práticas liberais, como o desenvolvimento econômico industrial, a possibilidade de ascensão social pelo “mérito” etc. O desenvolvimento da Europa Ocidental, dos Estados Unidos e do mundo por essas potências dominadoras estava nas mãos da burguesia e seu ideário liberal, mas um liberalismo domesticado das radicalidades da Revolução Francesa, sobretudo de sua fase jacobina.

Em meados do século XIX, a burguesia já estava consolidada como classe dominante e o proletariado, também enquanto classe consolidada, iniciava seus movimentos próprios, lutando por suas próprias causas, passando a encarnar nesse momento a luta pelo avanço das conquistas emancipatórias.

Os limites dos direitos garantidos pelo Estado Moderno – e a forma liberal assumida por ele, sobretudo no início do século XIX, já em aliança com as forças do Antigo Regime – somados às contradições reproduzidas amplamente pela nascente industrialização levaram a um crescente descontentamento social. Diversos fatores ocasionaram uma conjuntura extremamente instável socialmente, como: perda de poder de consumo; atividades repetitivas, exaustivas e entediadas; salários que apenas garantiam a sobrevivência; incorporação de mulheres e crianças ao processo produtivo; destruição do modo de vida e de trabalho, aos moldes que essas pessoas estavam habituadas; e o crescimento absurdo das cidades industriais, com precárias condições habitacionais.

Levantes, motins e rebeliões propagaram-se numa reação em cadeia nos anos 1811-1813, 1815-1817, 1819, 1826, 1829-1835, 1836-1842, 1843-1844 e 1846-1848. Em muitas regiões, essas sublevações tiveram um caráter puramente espontâneo e basicamente econômico [...]. Não resta dúvida que o capitalismo industrial foi erigido à custa dos sofrimentos e das privações da classe operária, cujo acesso aos frutos do desenvolvimento econômico foi negado (HUNT; SHERMAN, 2013, p.83-84).

A ideologia liberal, longe de ser reflexo passivo do que ocorria no âmbito econômico, influenciou de forma decisiva para o “sucesso” desse período. Garantindo, através do Estado,

[...] o poder absoluto e irrefreável dos capitalistas. Nessa era heróica dos grandes empreendimentos, tal poder era reconhecido, admitido e mesmo proclamado com uma franqueza brutal. Ninguém devia se meter nos negócios do patrão, que se sentia livre para fazer o que bem entendesse, julgando disponível qualquer outra justificativa para a sua conduta (HOBSBAWN *apud* HUNT; SHERMAN, 2013, p. 83-84).

Isso se dá também na produção ideológica, pois a burguesia passa a encarnar o “velho”, a manutenção da ordem estabelecida. Marx retrata bem isso, referindo-se especificamente à Economia Política:

Na França e na Inglaterra, a burguesia conquistara o poder político. A partir de então, a luta de classes assumiu, teórica e praticamente, formas cada vez mais acentuadas e ameaçadoras. Ela fez soar o dobre fúnebre pela economia científica burguesa. Não se tratava mais de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, se contrariava ou não as ordens policiais (2013, p.86).

Até então os intelectuais ligados à classe burguesa tinham certa autonomia, sobretudo porque as questões que alavancavam seus estudos partiam de questões levantadas pela própria dinâmica da luta da burguesia contra a ordem feudal e o Antigo Regime. A partir das revoluções operárias do período de 1930 a 1948, em especial nesse último ano, as questões que passam a nortear a atuação da burguesia são outras, que podem ser condensadas na sua necessidade mais imediata: frear o movimento proletário e garantir a continuidade dos capitalistas como classe dominante. Para isso, a burguesia passa inclusive a fazer acordos com os resquícios de nobreza e da ordem feudal, e em um primeiro momento conquistam um sucesso estrondoso.

Nunca houve um consenso mais esmagador entre economistas ou políticos e administradores inteligentes no que toca à receita para o crescimento de sua época: o liberalismo econômico. As barreiras institucionais sobreviventes ao livre movimento dos fatores de produção, à livre iniciativa ou a qualquer coisa que conceivelmente pudesse vir a tolher sua operacionalidade lucrativa caíram diante de uma ofensiva mundial (HOBSBAWM, 2012, p. 51).

Para a burguesia, agora como classe dominante incontestável, ainda era necessário o liberalismo econômico, mesmo que buscando não mais desenvolver seus conceitos, que, se levados adiante, poderiam gerar teorias contrárias a essa classe. Por outro lado, as pautas políticas oriundas do iluminismo, da independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa tornavam-se progressivamente um estorvo, dadas as concessões que essa burguesia fez às aristocracias e ao seu novo conservadorismo político para enfrentar as ondas revolucionárias em ebulição nas décadas de 1830 e 1840.

Mas essas pautas não poderiam ser apagadas da história, sendo recuperadas por vários movimentos nacionalistas e expandidas pelos grupos revolucionários de raiz socialista. A questão de divorciar liberalismo econômico de democracia, por exemplo, foi um dos principais desafios das burguesias nacionais da segunda metade do século XIX, e sua incapacidade de

fazê-lo foi a causa das maiores manifestações políticas, seja nacionalistas, populares ou trabalhistas e socialistas.

[...] o liberalismo que formava a ideologia básica do mundo burguês não tinha defesas teóricas contra esta contingência. Sua forma característica de organização política era o governo representativo através de assembleias eleitas representando não (como nos estados feudais) interesses sociais ou coletividades, mas agregados de indivíduos de *status* legalmente iguais. Interesse próprio, ou mesmo um certo senso comum, dizia àqueles que se encontravam por cima que nem todos os homens eram igualmente capazes de decidir as grandes questões do governo, os analfabetos menos que os graduados em universidades, os supersticiosos menos que os esclarecidos, os pobres menos que aqueles que haviam provado sua capacidade de comportamento racional pela acumulação de propriedade. Entretanto, longe da falta de convicção que tais argumentos levantavam entre os que estavam por cima, com a exceção dos mais conservadores, [...]. A igualdade legal não podia fazer tais distinções em teoria (HOBSBAWM, 2012, p. 114).

A legalidade burguesa oriunda da dupla revolução coloca, pela primeira vez na história, todas as pessoas em situação de igualdade, ainda que igualdade formal, jurídica. Marx, na sua fundamental análise da emancipação política conquistada com as revoluções burguesas, afirma que:

A emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva de emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui. Que fique claro: estamos falando aqui de uma emancipação real, de emancipação prática (2010, p. 41).

Não obstante, para entender o desenvolvimento posterior do estado liberal, é indispensável apontar onde estão os limites dessa emancipação política representada pelas revoluções burguesas. Como elucida Marx (2010, p. 40):

O estado anula a sua maneira a diferenciação por nascimento, estamento, formação e atividade laboral ao declarar nascimento, estamento, formação e atividade laboral como diferenças apolíticas, ao proclamar cada membro do povo, sem consideração dessas diferenças, como participante igualitário da soberania nacional, ao tratar todos os elementos da vida real de um povo a partir do ponto de vista do Estado. Não obstante, o Estado permite que a propriedade privada, a formação, a atividade laboral atuem à maneira delas, ele só se percebe como Estado político e a sua universalidade só torna efetiva em oposição a esses elementos próprios dele.

Em suma, a igualdade político-jurídica legitima e reforça a abissal desigualdade existente no seio da sociedade capitalista, sendo impossível pensar a emancipação humana plena considerando-se apenas os aspectos das revoluções burguesas do século XIX. Mais que isso, a igualdade político-jurídica sequer pode ser sinônimo de uma classe burguesa que reconhece uma igualdade real entre as diferentes classes. Se lutava na dupla revolução pela

igualdade de oportunidades perante o Estado, em nenhum momento acreditou que aqueles que estivessem abaixo dela, os camponeses e operários, por exemplo, fossem seus iguais.

A burguesia de meados do século XIX estava dividida quanto à natureza daquela inferioridade das classes baixas (inferioridade sobre a qual não havia desacordo) embora tentativas tenham sido feitas para distinguir, dentro da massa subalterna, entre aqueles que se poderia esperar uma ascensão para, pelo menos, a condição de baixa classe média e outros para os quais não havia redenção possível. Já que o sucesso era devido ao mérito pessoal, o fracasso era claramente devido à falta de mérito. A ética tradicional burguesa, puritana ou laica, havia determinado que isso era devido mais à fraqueza moral ou espiritual do que à falta de inteligência, pois era evidente que cérebro não era uma necessidade indispensável para o sucesso nos negócios (HOBSBAWM, 2012, p. 119).

As décadas de 1850 a 1870 representaram o auge do pensamento liberal, principalmente em suas determinações econômicas, que foram implementadas por todos os governos, mesmo aqueles que empunhavam a defesa das aristocracias de seus países.

Assim, o auge do liberalismo coincide, e não poderia ser diferente, com a consolidação da burguesia como classe dominante, com um período em que não existiu para outros grupos a possibilidade de competir com essa classe, sejam os conservadores, mesmo os que permaneceram no poder foram arrastados para as políticas econômicas e para o modo de vida da burguesia, seja a organização dos trabalhadores e massas populares em geral, que foram destroçadas com as respostas dadas aos levantes da década de 1840.

É nesse bojo de acontecimentos que surgem as escolas econômicas que se colocariam como herdeiras do liberalismo clássico e da Economia Política, dentre elas a escola utilitarista, que seria a precursora da Escola Austríaca, na qual se insere Ludwig von Mises.

A escola econômica utilitarista desenvolvida simultaneamente na Inglaterra, Áustria e França, por volta de 1870, era formalmente elegante e sofisticada, mas sem dúvida consideravelmente mais limitada que a velha economia política" (ou mesmo a recalcitrante "escola histórica econômica" dos alemães), e desta forma uma abordagem menos realística aos problemas econômicos. Diferente das ciências naturais, numa sociedade liberal as ciências sociais não tinham nem mesmo o estímulo ao progresso tecnológico. Já que o modelo básico da economia parecia perfeitamente satisfatório, não deixava nenhum grande problema a resolver, tais como o do crescimento, possível colapso econômico ou distribuição de renda. Na medida em que estes problemas não estivessem ainda resolvidos, as operações automáticas da economia de mercado (sobre as quais as análises então se concentravam) iriam resolvê-los, desde que não estivessem fora de solução humana. De qualquer maneira, as coisas estavam progredindo e melhorando, uma situação que fazia difícil que as mentes dos economistas se concentrassem em aspectos mais profundos de sua ciência (HOBSBAWM, 2012, p. 267-268).

Vale um pequeno comentário sobre essa mudança de linha dos ideólogos da burguesia. Lukács (2015) apresenta essa mudança como socialmente necessária, ou seja, não era possível que a burguesia no âmbito sociopolítico passasse a ter um papel conservador (como já foi

apontado anteriormente) e no âmbito cultural e teórico mantivesse a autonomia da produção dos seus intelectuais. Contudo, isso não quer dizer que obrigatoriamente todos os intelectuais tivessem de seguir mecanicamente essa linha (inclusive, se assim fosse, seria impossível para Marx e Engels, que não eram operários, fundar a tradição marxista e para tantos outros intelectuais posteriores a eles se vincularem a essa tradição).

A relação complexa, desigual e não fatalista do ideólogo singular com os destinos de sua classe manifesta-se precisamente no fato de que a sociedade apresenta apenas na superfície aquela obediência a um rígido conjunto de leis, cujo reflexo – deformado depois pela ideologia da decadência – constitui a essência da decadência. Na realidade, o desenvolvimento social é uma unidade de contradições, viva e dinâmica; é a ininterrupta produção e reprodução dessas contradições. Acrescente-se a isso que todo ideólogo, não importa de que classe provenha, está de modo hermético e solipsista, aprisionado no ser e na consciência de sua classe apenas para a sociologia vulgar; na realidade, porém, está sempre em face da sociedade como um todo (LUKÁCS, 2015, p. 117).

Assim sendo, o que se opera nas produções científicas e filosóficas no âmbito da burguesia a partir de então? Vamos dar ênfase aqui a dois elementos fundamentais: a) o abandono dos pressupostos filosóficos que nortearam a sua produção até o momento: o **humanismo**, o **historicismo** e a **razão dialética**; b) o fatiamento do saber em inúmeras disciplinas autônomas.

No pensamento burguês revolucionário, em contraste com a época da decadência, não havia grande divisão do conhecimento humano, desse modo, filosofia e as demais ciências humanas estavam muito interligadas. Assim, o campo da filosofia influenciou as descobertas científicas – seja das ciências naturais, seja das sociais e humanas – e foi profundamente influenciada por essas descobertas. No progresso filosófico da burguesia revolucionária pode-se observar, segundo Coutinho (2010), três núcleos centrais que dão sustentáculo ao avanço teórico sem precedentes realizado à época.

O **humanismo**, que introduz a afirmação de que o ser humano é fruto da atividade coletiva do próprio ser humano, é fruto do desenvolvimento da história humana; o **historicismo**, que traz à tona a questão o caráter ontologicamente histórico da realidade e, assim, levando em consideração nas questões teóricas a defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana; e, por último, a **razão dialética** que ao mesmo tempo afirma a objetividade do desenvolvimento da realidade e a possibilidade da apreensão subjetiva das categorias que regem o funcionamento dessa realidade²⁰.

²⁰ Mesmo elaborando um conhecimento objetivo de movimentos essenciais da realidade, o pensamento burguês revolucionário deforma ideologicamente várias das categorias que descobre. A exemplo da ideia de fim da história

Foi a possibilidade investigativa desses três núcleos centrais que tornou o pensamento burguês da época tão revolucionário. E são justamente essas três características que passaram a ser abandonadas progressivamente pelo pensamento burguês decadente após 1848²¹. Sem essas três características, a observação científica perde a sua capacidade de reproduzir idealmente a relação dialética entre aparência e essência, ficando presa à análise da **imediatividade**, que transforma características colhidas subjetivamente da realidade em lei universal, eliminando da possibilidade investigativa tudo aquilo que não se encaixa no seu falso universal escolhido subjetivamente.

Com isso, o pensamento burguês decadente cai num dualismo intransponível. Por um lado, forma uma razão formal e abstrata, que não consegue ir além do aparente e, sobretudo, elimina de sua análise toda a contraditoriedade do real (pensando aqui no positivismo). Por outro lado, coloca no campo da irracionalidade muitos aspectos da realidade, justamente por não se encaixarem em sua razão formal. Tais aspectos passam a ser analisados por correntes filosóficas irracionalistas, que têm uma crítica romântica e conformista frente ao capitalismo, buscando refúgio em aspectos subjetivos que, para esse pensamento, não tem ligações com mundo objetivo (como exemplo, temos Nietzsche e os existencialistas).

Com a perda desses eixos, o pensamento burguês decadente se torna progressivamente imediatista, perdendo também de vista as três características que elencamos sobre o método no item anterior: a totalidade, a contradição e a mediação. Com esse imediatismo, fica preso também a uma perspectiva de “fim da história”, na qual a sociedade burguesa é intransponível e pensar possibilidades históricas que fujam a ela, segundo o pensamento decadente, perde completamente o caráter científico.

Esse traço essencial do pensamento decadente – o de ser um pensamento fetichizador – manifesta-se em todas as suas orientações, “racionalistas” ou irracionalistas, “objetivistas” ou subjetivistas, positivistas ou existencialistas. Nenhuma delas transcende a mera descrição da imediatividade (COUTINHO, 2010, p. 39).

O imediatismo, que não enxerga a anatomia da sociedade na economia política e suas leis tendenciais, também não considera como ramos da filosofia a ontologia e a ética, ou seja, “esquece” a possibilidade do estudo da coisa em si e as possibilidades históricas abertas do devir ser, da transformação radical da atual sociedade. Com isso, fica preso à visão fetichizada do mundo, oriunda da crescente divisão social do trabalho, alienado na sociedade do capital.

em Hegel ou, por parte de Smith e Ricardo, a naturalização de aspectos da economia política que são tratados de forma ahistórica - mas que na verdade são inerentes ao modo de produção capitalista.

²¹ Hegel foi o autor que melhor expressou esses três núcleos em sua obra. Não à toa o fato de Marx ter nele um de seus grandes referenciais e mesmo um dos pilares de seu materialismo histórico e dialético.

Isso é a chave heurística para entender a imensa divisão das ciências sociais e humanas operadas na ideologia decadente da burguesia.

Sem entender o fundamento da vida social na produção material dessa vida, e sem entender as leis que conformam a totalidade social – ou mesmo sem reconhecer que exista uma totalidade social ou que essa possa ser estudada –, a análise da realidade fica repartida em inúmeras ciências particulares, em que cada qual é responsável pelo estudo de um setor da realidade, perdendo a capacidade de apanhar a relação entre aparência e essência desse objeto, e também sua relação com a totalidade social. A divisão da produção teórica em departamentos é fruto da época da decadência e a aprofunda.

Bertochi (2005), a partir da análise de Bukhárin, nos mostra como os marginalistas, precursores teóricos da Escola Austríaca, se enquadram nessas características. Segundo Bertochi, o teórico marxista Bukhárin:

[...] pôde caracterizar no interior da burguesia como classe social, o estrato dos rentistas, demonstrando a sua ligação teórica estreita com o subjetivismo e o individualismo atomístico de Böhm-Bawerk. Bukhárin comprovou metodologicamente que as teses da escola austríaca partiam das análises das motivações psicológicas do indivíduo isolado e das análises das motivações dos sujeitos econômicos, fazendo abstração de toda correlação social. Por isso, as refuta cientificamente, alegando que essas teorias, ao partir de uma análise do indivíduo social atomizado, não refletiriam a realidade econômica concreta do modo de produção capitalista, pois se fundavam em uma formulação errônea ao fazer da consciência individual do sujeito econômico, o ponto de partida de sua análise teórica e o centro gravitacional de sua argumentação a-histórica (BERTOCHI, 2005, p. 7-8).

O que aqui interessa é como o pensamento de Von Mises é herdeiro e continuador dessa fetichização e do pensamento decadente.

2.2 As ideias de Ludwig Von Mises

Os escritos de Ludwig Von Mises são produzidos a partir da década de 1920, indo até a sua morte, no início da década de 1970. Sua obra é influenciada pelas necessidades práticas de repensar o liberalismo em crise no último quarto do século XIX, que culminou com a grande crise política que gerou a Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, com a crise econômica de 1929. Mais que isso, sua produção é feita já em um estágio avançado da época do triunfo do capitalismo imperialista, na era dos monopólios. Inscreve-se, portanto, num período já avançado da burguesia como classe dominante e da sua produção cultural e teórica voltada para justificar ideológica e politicamente a sociedade fundada no modo de produção capitalista.

Para fins de exposição da produção de Mises, serão utilizadas duas obras desse autor, que sintetizam em si o seu método, o seu ideário econômico e suas proposições políticas. A primeira obra é “Liberalismo: segundo a tradição clássica” (2010).

A importância da obra de 1927 se dá por ser “a primeira obra de Von Mises que visa à reconstrução e renovação do Liberalismo” (AUGUSTO, 2016, p. 109) ou ainda, segundo a argumentação de um seguidor de Mises:

Trata-se, simplesmente, de um livro sobre a sociedade livre; sobre o que se poderia chamar, hoje em dia, de “implicações de política econômica” para uma sociedade como essa, na condução de seus negócios internos e externos; e muito especialmente sobre alguns dos obstáculos e problemas, reais ou imaginários, que se antepõem ao curso da implantação e da manutenção dessa forma de organização social (SPADARO, 2010, p. 125).

Além de ser, por assim dizer, o livro “fundador do neoliberalismo” como linha de pensamento, esse livro ainda tem outra característica que o torna o melhor para apresentar as ideias gerais do seu autor: ao buscar ser uma espécie de manifesto em defesa da retomada do liberalismo – o qual, no seu modo de ver, sobrevivia graças a poucos intelectuais e tinha sido abandonado pelos empresários e pelos governos e Estados europeus – ele apresenta de forma sumária a linha geral de defesa do liberalismo e de crítica ao socialismo e ao intervencionismo, segundo o autor. Nessa construção, Mises acaba apresentando tanto suas concepções no campo da economia, quanto suas propostas políticas, além de deixar perceptíveis questões de método que são fundamentais para uma análise da sua obra.

Como argumenta Spadaro:

A despeito de sua brevidade, este ensaio consegue tratar de um número razoavelmente grande de questões, dúvidas e confusões em que muitas pessoas se veem envolvidas, ao buscar organizar seu pensamento sobre problemas controversos, frequentemente emocionais, de natureza social e econômica. O mérito desta obra reside no fato de que, em todas as questões tratadas, Mises fornece vislumbres e pontos de vista alternativos certamente muito úteis (2010, p. 11).

Por fim, vale destacar que, mesmo se tratando do início da produção teórica do autor, neste livro já se têm esboçado os fundamentos de análise que o seguirão durante toda a vida.

Segundo Augusto:

Pode-se afirmar, portanto, que os elementos mais substanciais da constituição do neoliberalismo de Von Mises deram-se no período entre guerras. Embora haja reelaborações, aplicações e desenvolvimentos em obras posteriores a esse período seus argumentos metodológicos, sua defesa do liberalismo e o argumento aristocrático permanecem como uma constante. Muitos argumentos são repetidos em várias obras,

muitas vezes literalmente, outras com adições ou omissões. A crítica ao otimismo do “velho liberalismo” em relação às massas contida em “Liberalismo”, de 1927, por exemplo, reaparece modificada em alguns detalhes em todas as edições de “Ação humana” (2016, p. 109).

Percebe-se, assim, que tal obra já seria suficiente para o objetivo de apresentação desse autor, contudo, acrescentou-se outra, que tem sido a mais difundida pelos seguidores de Von Mises no Brasil: “As 6 lições” (2010), livro póstumo do autor lançado a partir de um conjunto de palestras proferidas na Argentina no ano de 1959. Percebemos, então, um livro de caráter mais panfletário, voltado para a difusão de suas ideias de forma oral.

Qual o método de Von Mises ao realizar seus estudos sobre a sociedade e suas propostas “neoliberais”? É interessante primeiro ressaltar o caráter idealista da sua forma de enxergar o mundo. Mises é insistente na sua visão de que são as ideias que constroem o mundo.

A mais profunda e cabal das percepções fundamentais do pensamento liberal é a de que as ideias constituem o fundamento sobre o qual se constrói todo o edifício da cooperação social humana e em que se sustenta uma estrutura social duradoura, a qual não pode ser erigida sobre ideias falsas e errôneas (MISES, 2010, p. 167).

Mises não tem problema em apresentar o seu liberalismo e mesmo o liberalismo clássico como uma ideologia. “É uma ideologia, uma doutrina da relação mútua entre os membros da sociedade e, ao mesmo tempo, aplicação desta doutrina à conduta dos homens numa sociedade real” (MISES, 2010, p. 200). Contudo, para ele ideologia não é a representação de interesses materiais, não é a expressão no mundo das ideias de conflitos existentes na sociedade, mas sim a construção teórica de grupos de intelectuais. No seu pensamento, a grande diferença entre o liberalismo e outras ideologias é que aquele é o único que não parte de interesses de grupos específicos, mas sim da compreensão científica da sociedade.

A ideologia política do liberalismo originou-se de um sistema de ideias fundamentais que foram, inicialmente, desenvolvidas como teoria científica, sem qualquer significação política. Ao contrário dela, os direitos e privilégios especiais, almejados pelos partidos antiliberais, materializavam-se, desde o início, nas instituições sociais existentes. Era em justificção desses privilégios que se buscava, subsequentemente, elaborar uma ideologia, uma tarefa geralmente tratada como questão de menor importância, da qual se poderia desincumbir, facilmente, com algumas poucas palavras. (MISES, 2010, p. 172)

Ou seja, qualquer outra ideologia existente, seja para justificar as sociedades pré-capitalistas, seja numa perspectiva de superação do capitalismo, parte da defesa de interesses de grupos específicos. Já o liberalismo é neutro a essas disputas e é uma ideologia que visa o melhor desenvolvimento da sociedade.

O liberalismo sempre teve em vista o bem de todos, e não o de qualquer grupo especial. Foi isso que os utilitários ingleses quiseram dizer – embora, é verdade, de modo não muito apropriado – com seu famoso preceito, “a maior felicidade possível ao maior número possível de pessoas”. Historicamente, o liberalismo foi o primeiro movimento político que almejou a promoção e o bem-estar de todos, e não de grupos especiais. (MISES, 2010, p. 38)

O desenvolvimento dessa linha de raciocínio leva Mises a desqualificar “ideologias antiliberais” igualando-as a problemas psicológicos dos seus portadores.

Mas a raiz da oposição ao liberalismo não pode ser compreendida lançando-se mão do método da razão. Tal oposição não se origina da razão, mas de uma atitude mental patológica – isto é, do ressentimento e de uma condição neurastênica que se poderia chamar de “complexo de Fourier”, assim denominado em razão do socialista francês do mesmo nome. [...] Muitos dos que atacam o capitalismo sabem muito bem que sua situação, sob qualquer outro sistema econômico, seria menos favorável. Não obstante, com pleno conhecimento deste fato, defendem uma reforma, isto é, o socialismo, porque anseiam que o rico, a quem invejam, também sofra com isso. (MISES, 2010, p. 43)

Assim, o economista austríaco advoga que o liberalismo é a única corrente econômica plausível de ser tratada como ciência, defendendo nesta um caráter neutro em relação a disputas de grupos existentes na sociedade.

Como bom representante da decadência ideológica da burguesia, esse autor trata apenas da superficialidade das questões inerentes ao ser social, já que para ele é anticientífico e metafísico qualquer debate que coloque em xeque a sociedade regida pela propriedade privada e pelo mercado capitalista.

[...] para uma ideologia baseada inteiramente em terreno científico, assim como o é o liberalismo, são irrelevantes questões tais como a de que o sistema capitalista é bom ou mau, ou a de que é concebível ou não um sistema melhor ou a de que tal sistema deveria ser rejeitado, com base em argumentos filosóficos ou metafísicos. O liberalismo deriva de puras Ciências Econômicas e Sociológicas, que não fazem quaisquer juízos de valor dentro de seus próprios campos e não dizem coisa alguma acerca do que deveria ser ou acerca do que é bom ou mau, mas, ao contrário, apenas indagar sobre aquilo que é e sobre como veio a ser (MISES, 2010, p. 109).

Assim, como argumenta Augusto (s/d), mesmo sendo considerado como parte de uma corrente econômica heterodoxa (já que rejeita as complexas fórmulas matemáticas que tomaram conta da economia da época da decadência), o liberalismo de Von Mises encaixa-se no formalismo abstrato que se tornou uma das principais correntes filosóficas modernas, deixando ao campo do irracionalismo qualquer questão que não se encaixe em suas pré-condições de análises.

Nossa capacidade de compreensão é muito limitada. Nunca poderemos descobrir os segredos últimos e mais profundos do universo. Mas, o fato de não termos a capacidade de sondar o significado e o propósito de nossa existência não nos impede de tomar certas precauções, no sentido de evitarmos doenças contagiosas ou de nos utilizarmos de meios apropriados para nossa alimentação e vestuário, nem mesmo deve nos impedir de nos organizarmos em sociedade, de tal modo que as metas terrenas, pelas quais lutamos, possam, efetivamente, ser atingidas (MISES, 2010, p. 38).

O neoliberal já não pode mais contar com a crença em um progresso sempre crescente da sociedade regida pelo capital. Por outro lado, apesar de sempre usar como exemplo o atraso da sociedade feudal para ratificar a importância do capitalismo, seu alvo prioritário agora trata-se do marxismo e da ideologia que prega a possibilidade de superação da sociedade atual, assim, o neoliberalismo decadente de Von Mises mira e ataca o conceito de progresso.

Com base nesse pressuposto arbitrário do axioma, que lhe parecia evidente por si, de que tudo o que ocorresse posteriormente na história humana representaria um avanço do que veio anteriormente, Marx deduziu que o socialismo é, por isso, mais perfeito que o capitalismo e, daí, naturalmente, não haveria qualquer dúvida quanto à sua viabilidade. Consequentemente, constitui-se numa atitude completamente não científica preocupar-se com a questão da possibilidade da existência de uma sociedade socialista ou, até mesmo, estudar os problemas de tal ordem social. Quem quer que tenha desejado fazê-lo foi lançado ao ostracismo pelos socialistas e excomungado pela opinião pública por estes controlada (MISES, 2010, p. 193).

Para atacar e negar o conceito de progresso foi necessário ao autor primeiro distorcê-lo, assim, o conceito de progresso para Marx na análise de Mises perde toda a análise histórica de acúmulo progressivo de conquistas civilizatórias, assim como perde suas contradições inerentes ao ser social. Não existe nessa apreciação da obra marxiana a possibilidade de regressão dessas conquistas civilizatórias e muito menos a barreira das relações sociais de produção que em certo momento impedem a continuidade do avanço das forças produtivas.

Ou seja, para Mises as ideias é que são primordiais na sociedade e elas não guardam nenhum vínculo com o mundo material e as relações de produção. Desse modo Mises pode, sem maiores problemas, comparar as disputas de ideias no capitalismo dos monopólios com a disputa de ideias na queda do Império Romano, sem fazer as devidas mediações históricas.

A verdade é que essa civilização foi destruída por algo semelhante, quase idêntico, aos perigos que rondam hoje a nossa civilização: por um lado houve *intervencionismo*; por outro, *inflação*. [...] As diferenças entre as condições atuais e as de Roma do século III são enormes, porque as medidas que causaram a desintegração do Império Romano não foram premeditadas. Não eram, eu diria, medidas assumidas em consequência de doutrinas condenáveis, mas bem formalizadas. As ideias intervencionistas, as ideias socialistas, as ideias inflacionistas

de nossos dias foram engendradas e formalizadas por escritores e professores. E são ensinadas nas universidades. Poder-se-ia então observar: “A situação atual é muito pior”. Eu respondo: “Não, não é pior”. É melhor, na minha opinião, porque ideias podem ser derrotadas por outras ideias. (MISES, 2009, p. 99-100).

Mas mais que isso, Mises pode negar a ideia do liberalismo clássico de progresso contínuo da sociedade, eliminando a relação de causalidade nos eventos históricos. Ainda segundo Augusto (s/d), por mais que os liberais clássicos tratassem categorias econômicas de forma ahistórica, a mudança em relação a Von Mises não se dá apenas na conjuntura histórica, e sim em um abandono completo da historicidade, bem diferente dos liberais clássicos em geral e de Adam Smith, em particular. É abandonado aqui o método de análise que possibilitou aos clássicos do liberalismo descobertas inéditas e revolucionárias e sobra, portanto, a apologia da sociedade vigente.

Apesar de pouco usar a palavra neoliberalismo, o que Von Mises se propõe é exatamente isso, renovar o liberalismo. Em suas palavras:

Ademais, nem mesmo é suficiente, hoje, formar-se uma ideia do liberalismo, com base nos escritos de seus grandes fundadores. [...] A doutrina do liberalismo é diferente hoje do que foi à sua época, muito embora seus princípios fundamentais tenham permanecido inalteráveis. Durante muito tempo, ninguém tomou a si a tarefa de apresentar uma exposição concisa do significado essencial dessa doutrina. Isto pode justificar nosso presente esforço em fornecer justamente este trabalho (MISES, 2010, p. 35).

O autor considera a si próprio e a escola econômica a qual pertence como o verdadeiro herdeiro e modernizador do liberalismo, já que a sua corrente se baseia numa compreensão melhor e mais profunda das inter-relações, uma vez que ele pode beneficiar-se dos avanços da ciência nas últimas décadas (MISES, 2010, p. 50).

Para o neoliberal o seu liberalismo baseia-se na liberdade em geral que, segundo ele, só é possível derivada de uma liberdade específica: a liberdade econômica.

Os pretensos liberais de nossos dias sustentam a ideia muito difundida de que as liberdades de expressão, de pensamento, de imprensa, de culto, de encarceramento sem julgamento podem, todas elas, ser preservadas mesmo na ausência do que se conhece como liberdade econômica. Não se dão conta de que, num sistema desprovido de mercado, em que o governo determina tudo, todas essas outras liberdades são ilusórias, ainda que postas em forma de lei e inscritas na constituição (MISES, 2009, p. 28).

E o que seria essa pretensa liberdade econômica? Nada menos que a economia de mercado livre de quaisquer regulações por parte do Estado, que teria como função primordial

garantir a liberdade do mercado. Mas Von Mises é ainda mais específico e define a pedra angular em que se baseia a sociedade que defende em um único termo: propriedade privada.

Os liberais mantêm a opinião de que o único sistema de cooperação humana que, de fato, funciona numa sociedade baseada na divisão de trabalho, é a propriedade privada dos meios de produção. (...) Por conseguinte, o programa do liberalismo, se pudermos condensá-lo em uma única palavra, se resumiria no termo “propriedade”, isto é, a propriedade privada dos meios de produção (pois, no que se refere às mercadorias prontas para o consumo, a propriedade privada é um fato, e isto não é questionado pelos socialistas e comunistas). Todas as outras exigências do liberalismo resultam deste requisito fundamental (MISES, 2010, p. 50).

Mises é bastante reiterativo na sua defesa do capitalismo como a única forma de organização social (ele não usa o conceito de modo de produção) possível e do liberalismo como a única ideologia baseada na ciência e, portanto, a que representa os interesses universais da sociedade, não tendo nenhuma ligação com os interesses dos detentores dos meios de produção.

Se chegarmos à conclusão de que apenas a propriedade privada dos meios de produção torna possível a prosperidade da sociedade humana, é claro que isso equivale a dizer que a propriedade privada não constitui privilégio de seu proprietário, mas uma instituição social para o bem de todos, muito embora possa, ao mesmo tempo, ser especialmente agradável e vantajosa para alguns (MISES, 2010, p. 59).

Mas o austríaco não sustenta que sempre o capitalismo é vantajoso para os capitalistas, chega mesmo a citar possíveis (são sempre exemplos criados e nunca casos concretos que Mises cita!) situações em que o liberalismo tem de confrontar empresários.

Os ricos, que já estejam na posse de suas riquezas, não têm qualquer razão especial para desejar a preservação de um sistema de livre competição, aberto a todos; particularmente, se não ganharam, eles próprios, sua fortuna, mas a herdaram, têm mais a ter medo do que a esperar da concorrência. De fato, demonstram interesse especial no intervencionismo, que tem sempre a tendência de preservar a existente divisão das riquezas entre os que a possuem. Mas não podem esperar por qualquer tratamento especial do liberalismo, um sistema que não dá qualquer atenção a reivindicações de tradições consagradas pelo tempo, propostas por interesses investidos de riqueza estabelecida (MISES, 2010, p. 194).

Em detrimento de toda a escolástica de discurso que versa sobre a liberdade, o melhor desenvolvimento da sociedade, riqueza material para todos, paz etc., quando Mises trata da defesa da propriedade privada é que emerge a superfície de seu discurso a real dimensão da decadência ideológica de seu discurso, cuja defesa da propriedade privada condiciona toda a organização social.

Se se caracteriza como infactível todo sistema que não seja baseado na propriedade privada dos meios de produção, segue-se que, necessariamente, a propriedade privada deve ser mantida como a base da cooperação social e da associação, e que toda a tentativa de aboli-las deve ser rigorosamente combatida. É por esta razão que o liberalismo defende a instituição da sociedade privada contra toda tentativa de aboli-la (MISES, 2010, p. 108).

Na obra de Von Mises busca-se sempre demonstrar um axioma de neutralidade, de cientificidade pura sem interferência alguma de interesses particulares, como já foi insistentemente mencionado antes. A essa neutralidade é inerente um repúdio a juízos de valor sobre os fins alcançados pelas ações dos indivíduos, visto que, seguindo a ideologia liberal, esses fins estão calcados em “sólida constatação científica”. Mas a moral que deriva da defesa intransigente da propriedade privada não só é encorajada, como não deve temer qualquer obstáculo.

Tudo o que sirva para preservar a ordem social é moral; tudo o que venha em detrimento dela é imoral. Do mesmo modo, quando concluímos que uma instituição é benéfica à sociedade, ninguém pode objetar que a considera imoral. É possível haver divergência de opinião entre considerar-se socialmente benéfica ou prejudicial uma determinada instituição. Mas, uma vez julgada benéfica, ninguém pode mais argumentar que, por alguma razão inexplicável, deva ser considerada imoral (MISES, 2010, p. 62).

Como, para o autor do qual se trata aqui, qualquer tipo de interferência no mercado de trabalho configura-se como um ataque à propriedade privada, e a defesa desta é a maior obrigação moral da sociedade, fica evidente que qualquer conduta social pode ser considerada válida desde que seja considerada pela única ideologia científica, o liberalismo, como necessária para a preservação da propriedade privada.

O neoliberal Mises, com seu pouco apego à construção teórica a partir da realidade, advoga que o “verdadeiro liberalismo” nunca se concretizou de fato. Dessa forma, credita ao liberalismo todos os avanços da humanidade com o advento do capitalismo e todos os problemas mantidos ou surgidos nesse período, na sua análise, são ocasionados pela falta de liberalismo.

Se alguém desejar saber o que é liberalismo e que objetivos tem, não poderá, simplesmente, voltar-se para a História com o objetivo de informar-se e inquirir sobre o que defendiam os políticos liberais e as metas que lograram alcançar, porque, em nenhum lugar, o liberalismo conseguiu executar seu programa tal como pretendia (MISES, 2010, p. 34).

Na contextualização de Mises (2009) do século XIX, os camponeses foram livremente do campo para a cidade, pois estas tinham melhores condições de emprego²²; para ele, as deploráveis condições de crianças e de mulheres nas fábricas é uma falácia, já que suas condições fora delas eram piores, portanto os industriais lhes fizeram um bem. Esse falseamento da história tem a serventia de tornar o horror das fábricas por si só um avanço civilizatório, já que, pela intransigente defesa do austríaco da não interferência do Estado no livre mercado, as condições de trabalho nas fábricas do século XIX²³ continuariam as mesmas, ou teriam se resolvido por si mesmas, graças à famigerada mão invisível do mercado.

Para Von Mises, o capitalismo do século XIX era forma de garantir a liberdade de todas as pessoas, sem considerar historicamente e concretamente como se deu esse processo e o quanto ele foi permeado de contradições. Assim, o autor afirma que com o liberalismo acaba o autoritarismo e o poder passa aos consumidores que têm o poder total de controle da sociedade.

Este é o princípio fundamental do capitalismo tal como existe hoje em todos os países onde há um sistema de produção em massa extremamente desenvolvido: as empresas de grande porte, alvo dos mais fanáticos ataques desfechados pelos pretensos esquerdistas, produzem quase exclusivamente para suprir a carência das massas.[...] Quando se pressupõe ou se afirma a existência de uma diferença entre os produtores e os consumidores dos produtos da grande empresa, incorre-se em grave erro. Nas grandes lojas dos Estados Unidos, ouvimos o slogan: “O cliente tem sempre razão.” E esse cliente é o mesmo homem que produz, na fábrica, os artigos à venda naqueles estabelecimentos. Os que pensam que a grande empresa detém um enorme poder também se equivocam, uma vez que a empresa de grande porte é inteiramente dependente da preferência dos que lhes compram os produtos; a mais poderosa empresa perderia seu poder e sua influência se perdesse seus clientes (MISES, 2009, p. 15).

Na narrativa miseana do funcionamento da sociedade capitalista os empresários são simples mecanismos necessários de um mercado controlado por todos, visto que é controlado pelos consumidores que são, ao mesmo tempo, os produtores de mercadorias.

Mas o fato é que todo consumidor tem de ganhar, de uma maneira ou de outra, o dinheiro que gasta, e a imensa maioria dos consumidores é constituída precisamente por aquelas mesmas pessoas que trabalham como empregados nas empresas produtoras dos bens que consomem. No capitalismo, os padrões salariais não são estipulados por pessoas diferentes das que ganham os salários: são essas *mesmas* pessoas que os manipulam (MISES, 2009, p. 20).

²² Para um tratamento sério da forma que os industriais garantiram sua mão de obra no século XIX, conferir Marx (2013), Capítulo 24 – A assim chamada acumulação primitiva.

²³ Para uma descrição detalhada desse processo histórico, ver Marx (2013), Capítulo 8 – A jornada de trabalho e Engels (2010).

Para sustentar uma tese como essa, Mises precisa mais uma vez fugir de um conceito não apenas marxiano, mas que teve seu desenvolvimento inicial na obra dos clássicos do liberalismo: classes sociais. Com o modo de produção formando diferentes grupos na sociedade com interesses conflitantes, não é possível uma tese de harmonia de interesses idealista e a-histórica entre todos os membros da sociedade. Assim, Mises retoma o conceito de harmonia de interesses, mas deixa de lado o conceito de classes sociais, contrapondo-se ao marxismo para atacá-lo.

O liberalismo tem demonstrado que o antagonismo de interesse, que, segundo opinião amplamente aceita, se supõe existir entre as diferentes pessoas, grupos e estratos de uma sociedade baseada na propriedade privada dos meios de produção, de fato não ocorre. Um aumento do capital total faz aumentar a renda dos capitalistas e senhores de terra de modo absoluto, e a dos trabalhadores, de modo absoluto e relativo. [...] os interesses dos empresários não podem jamais divergir dos interesses dos consumidores. Os empresários prosperam tanto mais, quanto mais capazes forem de prever os desejos dos consumidores. Podem ocorrer conflitos de interesse, apenas na medida em que se impõem restrições à livre disposição, por parte de seus proprietários, dos meios de produção, por meio de uma política intervencionista de governo ou pela interferência, por parte de outras forças sociais, armadas de poder coercitivo (MISES, 2010, p. 175).

Não existem conflitos de interesses entre classes sociais no desenvolvimento das ideias de Mises. Mais ainda, não existem classes sociais, existem indivíduos atomizados que vivem em sociedade, em “cooperação social”, buscando de forma egoísta a melhor forma de aumentar seus próprios rendimentos e, dessa forma, estabelecendo no capitalismo a melhor forma de organização social, ou seja, aquela que tem a maior produtividade. Apesar de negar, contrapondo-se aos liberais clássicos, que existam direitos naturais dos homens, o austríaco nesse ponto se apega à natureza humana para justificar sua apologia ao livre mercado.

Os que louvam o estado de estagnação e de equilíbrio estável se esquecem de que há, no homem, na medida em que seja um ser pensante, um desejo inerente de melhoria de suas condições materiais. Este impulso não pode ser erradicado; é a força de motivação de toda a ação humana. [...] É verdade que todo esse esforço e toda essa luta para aumentar o padrão de vida não tornam os homens mais felizes. Não obstante, está na natureza do homem lutar, constantemente, para a melhoria de sua condição material (MISES, 2010, p. 198-199).

A busca de melhoria incessante das condições materiais é vista como a principal característica de uma natureza humana imutável, sempre foi e sempre assim será. Como o capitalismo se mostrou o sistema que possibilitou um crescimento exponencial dessa produção, ele é, portanto, a melhor forma de organização social, e sua defesa, ou seja, o ataque àqueles que se contrapõe a esse sistema, é moralmente e logicamente justificado. Assim sendo, todo e

qualquer resultado desse sistema também está justificado, dentre eles a desigualdade social, que não só é uma realidade que deve ser aceita, mas é uma característica que cumpre uma função importante.

Simplesmente pelo fato de a desigualdade da riqueza ser possível em nossa ordem social, simplesmente pelo fato de estimular a que todos produzam o máximo que possam, é que a humanidade hoje conta com toda a riqueza anual de que dispõe para consumo. Fosse tal incentivo destruído, a produtividade seria de tal forma reduzida, que a porção dada a cada indivíduo, por uma distribuição igual, seria bem menor do que aquilo que hoje recebe mesmo o mais pobre (MISES, 2010, p. 60).

Não só a desigualdade social tem papel primordial para toda a sociedade, mas também o consumo de luxo tem sua importância e deve ser celebrado por cada cidadão! Continua Mises:

O luxo de hoje é a necessidade de amanhã. Cada avanço, primeiro, surge como um luxo de poucos ricos, para, daí a pouco, tornar-se uma necessidade por todos julgada indispensável. O consumo de luxo dá à indústria o estímulo para descobrir e introduzir novas coisas. É um dos fatores dinâmicos da nossa economia. A ele devemos as progressivas inovações, por meio das quais o padrão de vida de todos os estratos da população se tem elevado gradativamente.

A maioria de nós não tem qualquer simpatia pelo rico ocioso, que passa sua vida gozando os prazeres, sem ter trabalho algum. Mas até este cumpre uma função na vida do organismo social (MISES, 2010, p. 61).

No neoliberalismo miseano se deixa de lado o horror pelo parasitismo das elites que tinham liberais clássicos. As elites que passam sua vida a desfrutar das riquezas geradas por outros estão, na verdade, cumprindo uma honrada função à sociedade. Tal posição fica mais fácil de manter quando se apaga a realidade do abismo social existente, quando se cria na teoria uma sociedade em que todos colhem o fruto desse grande aumento da produtividade.

Hoje, nos países capitalistas, há relativamente pouca diferença entre a vida básica das chamadas classes mais altas e a das mais baixas: ambas têm alimento, roupas e abrigo. Mas no século XVIII, e nos que o precederam, o que distinguia o homem da classe média do da classe baixa era o fato de o primeiro ter sapatos, e o segundo, *não*. Hoje, nos Estados Unidos, a diferença entre um rico e um pobre reduz-se muitas vezes à diferença entre um Cadillac e um Chevrolet (MISES, 2009, p. 19).

Toda a pobreza é explicada em Mises por uma suposta não efetivação de toda a ideologia liberal, atualizada por ele e sua escola econômica.

O fato de que haja carências e misérias não constituiria um argumento contra o liberalismo, mesmo que o mundo, hoje, seguisse uma política econômica liberal. Seria sempre uma questão em aberto, caso ainda maior carência e miséria não prevalecessem, se outras políticas tivessem sido implementadas. Em razão dos modos pelos quais o funcionamento da instituição da propriedade privada é refreado e

obstado em todo o lugar, hoje em dia, por políticos antiliberais, é sem dúvida um absurdo procurar inferir algo contra a correção dos princípios liberais, com base no fato de que as condições econômicas não são, de momento, tudo aquilo que se almejava. Para que se possa apreciar o que o liberalismo e o capitalismo alcançaram, devem-se comparar as condições em que se encontram no presente com as condições da Idade Média ou dos primeiros séculos da Era Moderna. Somente se pode inferir, por considerações teóricas, o que o liberalismo e o capitalismo poderiam ter alcançado, se tivessem eles a possibilidade de reinar livremente (MISES, 2010, p. 40).

O problema da pauperização, que percorre todo o século XIX nos países pioneiros da industrialização, chega a ser mais grave no início desse processo do que no fim do século XIX. Mas em Mises não só a pobreza é resultado da falta de livre mercado, mas todas as dificuldades que esse sistema encontra no final do século, como a inflação, os monopólios, o imperialismo e a colonização.

O programa de ação do antiliberalismo desencadeou forças que deram origem à Grande Guerra Mundial e fez, em virtude de cotas de importação e exportação, de tarifas, de barreiras à migração e de medidas semelhantes, com que as nações do mundo se colocassem em mútuo isolamento. Dentro de cada nação, tal programa levou à experiência socialista, cujo resultado tem sido a redução da produtividade do trabalho e o concomitante aumento das necessidades e da miséria. Aquele que não tenha deliberadamente fechado os seus olhos à realidade deve identificar, em todo lugar, os sinais de uma catástrofe que se aproxima na economia mundial. O antiliberalismo está dando lugar a um colapso geral da civilização (MISES, 2010, p. 34).

Mas de onde viria essa tendência, que segundo o economista austríaco seria majoritária, antiliberal? Mises vai recuperar a contraposição aristocrática ao liberalismo como forma de explicar qualquer oposição ao liberalismo.

É fato que o ódio ao capitalismo nasceu *não* entre o povo, *não* entre os próprios trabalhadores, mas em meio à aristocracia fundiária – a pequena nobreza da Inglaterra e da Europa continental.

Culpavam o capitalismo por algo que não lhes era muito agradável: no início do século XIX, os salários mais altos pagos pelas indústrias aos seus trabalhadores forçaram a aristocracia agrária a pagar salários igualmente altos aos seus trabalhadores *agrícolas*. A aristocracia atacava a indústria criticando o padrão de vida das massas trabalhadoras (MISES, 2009, p. 17).

A partir da realmente existente oposição aristocrática ao liberalismo principalmente no início da dupla revolução industrial e francesa (HOBSBAWM, 1996), Mises iguala toda oposição a essa ideologia ao mesmo princípio do aristocratismo, ou seja, a busca de privilégios por grupos específicos, com destaque para o socialismo inspirado na tradição marxista.

Somente quando os sociais democratas marxistas levaram a melhor e tomaram o poder, na crença de que a era do liberalismo e do capitalismo havia passado para

sempre, é que desapareceram as últimas concessões que ainda se julgava necessário fazer à ideologia liberal (MISES, 2010, p. 73).

Chega-se aqui a outro ponto importante do pensamento socioeconômico neoliberal de Von Mises, que alega que os interesses particularistas de vários partidos fortalecem o socialismo, já que se igualam por serem todos defensores de privilégios, enquanto o liberalismo seria a única ideologia baseada na cientificidade e, portanto, neutro, imparcial. Von Mises começa, assim, a explicar como o socialismo seria impraticável. Sua linha central de exposição segue a ideia, já demonstrada acima, de que o capitalismo é a forma de maior produtividade já alcançada pelo homem, e vai além: não é possível outra forma de organização social que mantenha ou supere essa produtividade.

Numa sociedade socialista, todo indivíduo pensa que depende menos da eficiência de seu próprio trabalho, uma vez que lhe é atribuída, de qualquer modo, uma quantidade fixa do produto total, e essa quantidade não pode ser diminuída, de maneira considerável, pela perda resultante da indolência de qualquer dos homens. Se, como é de se esperar, esta convicção se tornar generalizada, a produtividade do trabalho cairia, consideravelmente, numa sociedade socialista. Portanto, é totalmente perfeita essa objeção levantada contra o socialismo, mas ela não atinge o âmago da questão. Fosse possível, numa sociedade socialista, verificar, individualmente, o produto do trabalho de todo o camarada, com a mesma precisão que se consegue em relação a cada trabalhador no sistema capitalista, por meio de cálculos econômicos, a viabilidade do socialismo não estaria dependente da boa vontade de todo indivíduo. A sociedade estaria em condições de, pelo menos dentro de certos limites, determinar a parte do produto total atribuída a cada trabalhador, com base na extensão de sua contribuição à produção. O que torna impraticável o socialismo é, precisamente, o fato de que é impossível o cálculo desse tipo, numa sociedade socialista (MISES, 2010, p. 94).

Assim, a sustentabilidade do capitalismo e a impossibilidade de outro modo de produção se baseiam no cálculo econômico, que possibilita um planejamento “descentralizado” da produção como um todo. Seria a “mão invisível” do mercado, por meio dos produtores particulares, que determinaria, de acordo com a lucratividade, quais os melhores ramos e a quantidade de investimento em cada um deles.

O cálculo econômico capitalista, que torna racional a produção possível, baseia-se em cálculo monetário. Somente pelo fato de que os preços de todos os bens e serviços existentes no mercado podem ser expressos em termos monetários é que se torna possível, a despeito de sua heterogeneidade, incluí-los em um cálculo que envolva unidades de medida homogêneas. Numa sociedade socialista, onde, conseqüentemente, não haja mercado nem troca de bens e serviços produtivos, também não pode haver preços monetários de bens e serviços de categoria superior. Um sistema social como esse, portanto, careceria, necessariamente, dos meios racionais de gerenciamento das empresas, isto é, do cálculo econômico (MISES, 2010, p. 95).

Para o neoliberal, o consumidor é quem determina toda a dinâmica da organização social, assim qualquer forma de intervenção estatal, trata-se de um tipo de autoritarismo, de tirar a supremacia desse consumidor e transferi-la para o Estado.

O contribuinte individual é forçado a reduzir ou o seu consumo, ou os seus investimentos, ou a sua poupança. Quando se apresenta no mercado como um comprador, o governo *substitui* o cidadão: este passa a comprar menos. Mas isto se dá porque o governo está comprando mais (MISES, 2009, p. 62).

Em Mises, ora há a afirmação de que a propriedade privada se mantém de pé em detrimento de todos os ataques antiliberais, e segue erguida por conta de suas qualidades e superioridade inerente, ora há afirmações de que o socialismo tem tomado conta de todas as nações e a sociedade caminha para o colapso, visto que nada além do liberalismo pode mantê-la. Há, nessas ideias contrastantes, um ponto em comum: o liberalismo clássico fora bastante otimista e idealista quanto às suas convicções, sobretudo no âmbito da política e especialmente na sua confiança quanto à capacidade intelectual das massas.

Em relação à análise e às propostas políticas do autor, segundo Von Mises, o principal problema de análise dos liberais clássicos encontra-se na sua excessiva confiança nas massas populares, de que essas seriam capazes de entender a justeza e a cientificidade do liberalismo, da única ideologia neutra e boa para o desenvolvimento da sociedade. Consta-se abaixo:

Nunca perceberam dois fatos: em primeiro lugar, que as massas carecem da capacidade de raciocinar logicamente; e em segundo, que aos olhos da maioria das pessoas, mesmo quando são capazes de reconhecer a verdade, uma vantagem especial momentânea, de que possam gozar imediatamente, parece mais importante do que um ganho maior e duradouro, que tenha de ser postergado. A maioria das pessoas não possui nem mesmo os dotes intelectuais exigidos para analisar o problema (antes de mais nada, muito complicado) da cooperação social e, por certo, não dispõe da necessária força de vontade para fazer os sacrifícios provisórios que a ação social exige (MISES, 2010, p. 169).

Nesse aspecto o autor apresenta, como no dito popular, “dois pesos e duas medidas”, visto que, quando se trata da argumentação em relação à burguesia, qualquer medida que atrapalhe seus negócios imediatos é vista como autoritária e contra o andamento natural das coisas. Sua acumulação privada de capital e seus gastos desmedidos em luxuosidades são encarados como fatores necessários para o desenvolvimento da “cooperação social” e de uma maior produtividade que beneficia toda a sociedade. Já quando se trata de qualquer medida visando garantias mínimas de condições de vida dos trabalhadores e das massas populares,

mesmo que de forma bastante imediata, trata-se da não capacidade das massas de atender aos necessários “sacrifícios provisórios”.

Como membro da sociedade, um homem tem de considerar, em tudo que faz, não apenas sua própria vantagem imediata, mas também a necessidade, em cada ação sua, da afirmação da sociedade como tal, porque a vida do indivíduo em sociedade só é possível por meio da cooperação social, e todo indivíduo seria seriamente prejudicado, se a organização social da vida e da produção entrasse em colapso. Ao exigir do indivíduo que ele deva levar em conta a sociedade em todas as suas ações, que deva abrir mão de uma ação que, embora vantajosa para ele, seja danosa para a vida social, a sociedade não exige que ele se sacrifique pelos interesses de outros. O sacrifício que ela lhe impõe é apenas provisório: a renúncia a uma vantagem imediata e relativamente menor, por um benefício posterior, muito maior (MISES, 2010, p. 62).

Em suma, a função do Estado para Mises é a de garantir as melhores condições de funcionamento do capitalismo e do livre mercado, e como já visto anteriormente, para o autor, qualquer instituição que tenha por meta a preservação da propriedade privada é moralmente boa e qualquer instituição que se coloque em oposição à sacralidade dessa propriedade privada é amoral e deve ser combatida por todos os meios por aqueles que querem preservar essa sociedade.

Mises elenca de forma explícita como funções do estado “a proteção e preservação da vida, da liberdade, da propriedade e da saúde do indivíduo” (2010, p. 134). Vista de forma rápida ou deslocada do conjunto dos argumentos do neoliberal, essa afirmação pode não passar toda a dimensão que está embutida nela, se a sociedade de livre mercado deve dar toda a liberdade para a acumulação privada de capital, se qualquer ação, por específica que seja, limite em qualquer grau a propriedade privada como instituição intocável, então é função do Estado atuar contra qualquer pessoa, ou melhor, qualquer grupo de pessoas que de qualquer forma atente contra a sacralidade dessa propriedade.

A vida em sociedade seria, praticamente, impossível, se as pessoas que desejam sua continuada existência e que pautam sua conduta de modo apropriado tivessem de renunciar ao uso da força e da obrigatoriedade contra aqueles que estão prontos a minar a sociedade com seu comportamento. Alguns poucos indivíduos, isto é, algumas pessoas não desejosas ou incapazes de fazer sacrifícios temporários que a sociedade delas exige, poderiam tornar impossível a existência de toda a sociedade. Sem aplicação de obrigações e coerção contra os inimigos da sociedade, seria impossível a vida em sociedade (MISES, 2010, p. 63).

Aí está o cerne da função do Estado no capitalismo, dito de forma bastante sincera por Mises: a garantia da propriedade privada, da acumulação privada da riqueza socialmente produzida e das relações de compra e venda de mercadorias, em especial da força de trabalho

no mercado, segundo a defesa de Mises, sem nenhuma forma de regulação estatal, já que qualquer ação nesse sentido tem por dever do estado ser disciplinarmente reprimida.

Conforme abordado anteriormente, para o economista austríaco todos os problemas da sociedade são gerados por uma suposta falta de liberdade de mercado, por conta das ações socialistas e intervencionistas. Na sua argumentação Von Mises idealiza o surgimento do Estado Constitucional, de fins do século XVIII e início do XIX, para explicar os problemas presentes (o seu presente, meados do século XX) por conta da derrocada do liberalismo.

Não era ideia dos fundadores do moderno governo constitucional, no século XVIII, que um legislador devesse representar *não o* conjunto da nação, mas apenas os interesses específicos do distrito em que fora eleito. Essa foi, aliás, uma das consequências do intervencionismo. Segundo a concepção original, cada membro do parlamento *deveria* representar toda a nação.

Era eleito em determinado distrito somente porque ali era bem conhecido, sendo escolhido por pessoas que nele confiavam (MISES, 2009, p. 96-97).

Nesse ponto da argumentação neoliberal de Von Mises vale uma ressalva sobre a ironia aí contida: para o autor, o fim dos interesses gerais e a hegemonia dos interesses particulares, da busca de “privilégios”, se dá justamente quando os parlamentos constitucionais europeus são tomados pelos grandes partidos de massa socialdemocratas na segunda metade do século XIX. Esses parlamentos só representavam os “interesses gerais” da nação quando habitados apenas pelas elites econômicas e aristocráticas.

Assim, apesar dos incômodos de uma representação ampla no parlamento, de grupos antiliberais e que maculam a honra dos antigos parlamentos liberais, a democracia para Mises cumpre uma função importante para o desenvolvimento do livre mercado e, conseqüentemente, da própria sociedade. Pois:

A democracia é a forma de constituição política que torna possível a adaptação do governo aos desejos dos governados, sem lutas violentas. Se, num estado democrático, o governo não mais se conduz, segundo o desejo da maioria da população, não é necessária uma guerra civil para colocar, no governo, quem deseja governar segundo a maioria. Por meio de eleições e acordos parlamentares, processa-se a mudança de governo de modo suave e sem fricções, sem violência e sem derramamento de sangue (MISES, 2010, p. 69).

A democracia para Mises é apenas um meio para efetivar um fim, e isso é declarado textualmente. Segundo o autor, o “liberalismo é o conceito mais abrangente. Comporta uma ideologia que abarca toda a vida social. A ideologia da democracia compreende apenas o domínio das relações sociais que se referem à constituição do estado” (MISES, 2010, p. 209).

Até porque, e aqui Mises não idealiza o surgimento dos parlamentos, o liberalismo nunca foi o real defensor do atual “Estado democrático de direito”, visto que não se opôs antagonicamente à existência da realeza, nas palavras do neoliberal: “No sentido liberal, um rei pode reinar somente sobre as pessoas e não sobre um determinado trecho de terra, cujos habitantes sejam considerados simples acréscimos” (MISES, 2010, p. 136). Ou, ainda,

Foi a monarquia parlamentar, não a constitucional, que o liberalismo se empenhou em instaurar, e a sua derrota neste sentido consistiu, precisamente, no fato de que, tanto no Império alemão quanto na Áustria, conseguiu apenas a monarquia constitucional (MISES, 2010, p. 208).

O autor chega ao ponto de defender que a minoria esclarecida, que é a única que pode fazer avançar a sociedade, não pode ficar presa às regras do Estado. Afirma que:

O que é mais nocivo no poder coercitivo que se justifica em nome do “estado”, pelo fato de estar sempre, em última análise, sustentado pelo consentimento da maioria, é que ele dirige seus ataques contra a germinação das inovações. A sociedade não pode passar sem o aparato do estado, mas todo o progresso da humanidade teve de ser alcançado, contra a resistência e a oposição do estado e seu poder de coerção (MISES, 2010, p. 83).

Para Von Mises o Estado é uma forma de poder que, como qualquer poder, corrompe quem o possui, inclusive as massas numa democracia. Quem estaria imune a isso? Provavelmente aqueles que dominam a ciência neutra e verdadeira do liberalismo. E caso não seja possível conquistar o poder por meio do convencimento das massas, visto que “as massas carecem da capacidade de raciocinar logicamente”? Mises chega a citar esse problema:

Sem dúvida, não se deve nem é necessário negar que haja uma situação em que, de fato, seja muito grande a tentação de desviar-se dos princípios democráticos do liberalismo. Se homens sensatos veem seu país ou todas as nações do mundo caminharem para a destruição, e se consideram impossível convencer seus concidadãos a seguir seus conselhos, podem inclinar-se a pensar que nada é mais justo do que recorrer a todos os meios possíveis, na medida em que sejam factíveis e que conduzam à meta desejada, para salvar a todos do desastre. Assim, pode surgir, e encontrar seus defensores, a ideia de uma ditadura de elite, de um governo de minoria, mantido no poder pela força e no interesse de todos. Porém, a força nunca é o meio para suplantar tais dificuldades. A tirania exercida pela minoria não tem como perdurar, a menos que consiga convencer a maioria da necessidade ou, de qualquer modo, da utilidade de seu governo. Mas, nesse caso, a minoria não necessita mais da força para manter-se no poder (MISES, 2010, p. 71-72).

É de saltar à vista o fato de que, apesar de não ser um método que possa se manter a longo prazo, uma ditadura dessa “minoria esclarecida” não de todo descartado contra aqueles que agem “contra a sociedade”. Mais adiante Mises volta a essa questão de forma mais enfática:

A violenta resistência contra o poder do estado deve ser o último recurso da minoria, em seu esforço por libertar-se da opressão da maioria. A minoria que desejar ver triunfar suas ideias deve lutar, por meio do intelecto, para tornar-se maioria. O estado deve ser constituído de modo a que o escopo de suas leis permita ao indivíduo um certo grau de latitude, dentro do qual possa movimentar-se livremente. O cidadão não deve ter suas atividades circunscritas a ponto de se ver, ao pensar de modo diferente dos detentores do poder, diante de uma única alternativa: sucumbir ou destruir a máquina do estado (MISES, 2010, p. 83).

Nesse ponto em específico, apesar da constante esquiva de Mises em tratar sobre situações concretas nas suas argumentações, podemos analisar a utilização desse ponto de vista numa conjuntura real: comentários do economista austríaco, datados de 1927, sobre a ascensão do fascismo na Itália.

Não se pode negar que o fascismo e movimentos semelhantes, visando ao estabelecimento de ditaduras, estejam cheios das melhores intenções e que sua intervenção, até o momento, salvou a civilização europeia. O mérito que, por isso, o fascismo obteve para si estará inscrito na história. Porém, embora sua política tenha propiciado salvação momentânea, não é do tipo que possa prometer sucesso continuado. O fascismo constitui um expediente de emergência. Encará-lo como algo mais seria um erro fatal (MISES, 2010, p. 77).

Esse argumento, visto fora do contexto geral da obra em questão, pode parecer como uma visão que ainda não sabe do que se trata o fascismo, ainda nos seus primórdios, contudo, visto de forma integrada, fica nítido que o neoliberalismo de Von Mises não descarta qualquer tipo de intervenção, desde que avalie que a instituição sacra da propriedade privada está em perigo, e é justamente o caso dessa defesa evidente do fascismo.

As ações dos fascistas e de outros partidos que lhe correspondiam eram reações emocionais, evocadas pela indignação com as ações perpetradas pelos bolcheviques e comunistas. Ao passar o primeiro acesso de ódio, a política por eles adotada toma um curso mais moderado e, provavelmente, será ainda mais moderado com o passar do tempo. Tal moderação resulta do fato de que os pontos de vista tradicionais do liberalismo continuam a exercer influência inconsciente sobre os fascistas (MISES, 2010, p. 75).

Aqui fica explícito o fato de que, para o autor, e nesse ponto se deve concordar com ele, o fascismo e o liberalismo não são antagonistas, rivais inconciliáveis, mas sim dois expedientes usados para a manutenção da ordem. Equivalem, guardadas as devidas particularidades de cada complexo social, ao irracionalismo e ao racionalismo formal no âmbito da decadência ideológica burguesa. Para finalizar essa questão, Mises alega, diante das diferenças entre as duas formas de governo e o seu inimigo em comum, que:

Ora, não se pode negar que o único modo pelo qual alguém possa oferecer resistência efetiva contra assaltos violentos seja por meio da violência. Contra as armas dos bolcheviques, devem-se utilizar, em represália, as mesmas armas, e seria um erro mostrar fraqueza ante os assassinos. Jamais um liberal colocou isto em questão. O que distingue a tática política liberal da do fascismo não é uma diferença de opinião relativa à necessidade de usar a força armada para resistir a atacantes armados, mas uma diferença na consideração do fundamento do papel da violência na luta pelo poder (MISES, 2010, p. 75).

O autor discorre também longamente sobre a paz como um dos principais princípios do liberalismo, ocasionado, como sempre, pela sua importância para a livre mercado, seja interno ou externo.

A divisão do trabalho entre a cidade e o campo – com os camponeses das vilas circunvizinhas fornecendo os cereais, o gado, o leite e a manteiga para a cidade, em troca dos produtos manufaturados pelo povo da cidade – já pressupõe que a paz esteja assegurada, pelo menos dentro da região em questão. Se a divisão do trabalho deve abarcar toda a nação, a guerra civil deve permanecer longe do terreno da possibilidade; e se ela abarcar todo o mundo, a paz duradoura entre as nações estará necessariamente assegurada (MISES, 2010, p. 55).

Tratando da importância da paz, Mises analisa que também a Primeira Guerra Mundial foi causada pelo fortalecimento de ideologias antiliberais, que provocaram o imperialismo, o colonialismo e o belicismo entre as potências mundiais. Não sendo fruto das disputas intraburguesas, de onde poderiam vir esses fenômenos acima mencionados? Mises recorre às massas populares, como sempre bastante irracionais segundo o neoliberal.

O imperialismo moderno se distingue das tendências expansionistas dos principados absolutos pelo fato de que o espírito que o move não é a questão da dinastia, nem mesmo a nobreza, a burocracia, a inclinação do oficialato pelo enriquecimento e pelo engrandecimento pessoal, pela pilhagem dos recursos dos territórios conquistados, mas, sim, as massas, que o consideram o meio mais apropriado de preservar a independência nacional (MISES, 2010, p. 140).

Em resumo, os diversos partidos antiliberais que dominaram a política europeia na segunda metade do século XIX, em especial os partidos de massas socialdemocratas, seguiram o pensamento das massas populares e, cada qual defendendo “privilégios especiais” para um grupo específico da sociedade, deixaram de lado os preceitos liberais do início do século. Vale ressaltar ainda que, segundo o autor, os objetivos dos países imperialistas não foram alcançados com essas políticas:

Os grandes objetivos comerciais, visados pela política imperialista, não foram alcançados em parte alguma. O sonho de uma alfândega completamente britânica jamais se realizou. Os territórios anexados pelos países europeus nas últimas décadas, bem como aqueles que eram objeto de “concessões”, desempenharam papel de tal forma secundário que, por proverem o mercado mundial de matérias-primas e produtos semiacabados e, por seu turno, consumirem produtos industrializados, não tinham como assegurar qualquer mudança essencial dessas condições (MISES, 2010, p. 141).

A proposta de Mises para as remanescentes colônias do imperialismo do século XIX seria de que os países que detinham seu controle deveriam abdicar deles. Destarte, essas colônias, por conta da sua incapacidade de governar-se segundo os princípios da sociedade do livre mercado, deveriam ter sua administração sob a tutela da então existente Liga das Nações (1927), que era controlada basicamente pelas potências vencedoras da primeira Guerra Mundial.

Com a finalidade de harmonizar os interesses da Europa e da raça branca com os das raças de cor das colônias, no que se refere a todas as questões de política econômica, deve ser dada suprema autoridade à Liga das Nações⁵, na administração de todos esses territórios ultramarinos, nos quais não haja qualquer sistema de governo parlamentar. A Liga deve cuidar para que seja concedido o autogoverno o mais rápido possível às terras que ainda não o possuem hoje, e que a autoridade do país-central seja limitada à proteção da propriedade e dos direitos civis dos alienígenas e das relações de comércio. Aos nativos, bem como aos nacionais das outras potências, deve ser concedido o direito de fazer suas reclamações diretamente à Liga, caso qualquer medida do país-central exceda a garantia de segurança do comércio e da atividade econômica, em geral, e à Liga das Nações deve ser garantido o direito de proceder a um efetivo ajuste de tais reclamações.

A aplicação desses princípios significaria, com efeito, que a Liga das Nações se tornaria mandatária da administração de todos os territórios ultramarinos dos países europeus. Mas mesmo isso deveria ser encarado como um estágio de transição. O objeto final deve continuar a ser a completa independência das colônias do jugo despótico sob o qual vivem hoje (MISES, 2010, p. 145).

Chega-se, assim, a duas questões importantes de serem evidenciadas no desenvolvimento das propostas políticas de Mises: a regulamentação do mercado internacional e o debate sobre o estado nacional e do desenvolvimento econômico dos países periféricos do capitalismo. Quanto a primeira questão, ou seja, o mercado internacional, tem-se em von Mises uma defesa da desregulamentação das barreiras internacionais, isso já é facilmente dedutível a partir dos seus argumentos relatados até aqui, mas há também o germe do debate sobre organismos internacionais de controle do livre mercado. Em 1927, o autor diz sobre o tema:

O liberal exige que a organização política da sociedade se estenda até alcançar a culminância de um estado mundial, que una todas as nações em uma base igual. Por esta razão, encara as leis de cada nação como subordinadas às leis internacionais, e esta é a razão pela qual reivindica tribunais e autoridades administrativas

supranacionais, para assegurar a paz entre as nações, assim como os órgãos judiciais e executivos de cada país são encarregados da manutenção da paz dentro de seu próprio território (MISES, 2010, p. 161).

Nas suas palestras na Argentina em 1959, publicadas apenas postumamente, Mises retoma o tema:

O estabelecimento de alguns estatutos internacionais – e não somente de acordos – que retirassem os investimentos externos da jurisdição nacional. Isto poderia ser feito por intermédio das Nações Unidas. Mas a ONU não passa de um lugar de encontro para discussões inócuas. Tendo em vista a enorme importância do investimento externo, percebendo com clareza que só ele pode trazer melhorias para as condições políticas e econômicas do mundo, precisamos tentar fazer algo em termos de legislação internacional. (MISES, 2009, p. 85).

Podemos ver nesse debate o germe de uma concepção que virou força material no mundo todo a partir dos anos 1970 e que hoje gerou mecanismos de controle do mercado mundial que determinam drasticamente as ações governamentais em cada país.

Quanto à segunda questão, a do desenvolvimento dos países de capitalismo periférico, a concepção de Mises não era nada original e já bastante difundida, contudo, essa concepção ganhou ainda mais notoriedade e influenciou muito as políticas governamentais desses países. De acordo com o autor,

Se o mundo quiser efetivamente tornar possível que os países em desenvolvimento elevem seu padrão de vida, chegando ao “estilo de vida americano”, isso poderá ser feito. É necessário apenas compreender como.

Uma única coisa falta para tornar os países em desenvolvimento tão prósperos quanto os Estados Unidos: *capital*. No entanto, é imprescindível que haja liberdade para empregá-lo sob a disciplina do mercado, não sob a do governo. É preciso que estas nações acumulem capital interno e viabilizem o ingresso do capital estrangeiro (MISES, 2009, p. 85-86).

Por fim, mas talvez o essencial para o entendimento das concepções e propostas políticas de Von Mises, será tratado agora do seu entendimento sobre as diferentes formas de “cooperação social”:

É possível distinguir cinco diferentes sistemas de organizar a cooperação entre indivíduos, em uma sociedade baseada na divisão do trabalho: o sistema da propriedade privada dos meios de produção, que, em sua forma desenvolvida, chamamos de capitalismo; o sistema de propriedade privada dos meios de produção, com periódicos confiscos das riquezas e sua conseqüente redistribuição; o sistema sindicalista; o sistema de propriedade pública dos meios de produção, conhecido como socialismo ou comunismo; e, finalmente, o sistema intervencionista (MISES, 2010, p. 85).

Duas páginas depois, Mises faz a seguinte observação:

O sistema de redistribuição periódica da propriedade, bem como o sistema sindicalista não serão discutidos aqui. Esses dois sistemas não estão, em geral, em questão. Ninguém que seja levado a sério os defende. Preocupemo-nos, apenas, com o socialismo, o intervencionismo e o capitalismo (MISES, 2010, p. 87).

Quanto ao socialismo/comunismo, Mises apresenta da seguinte forma:

O socialismo, ou o comunismo, é a organização da sociedade em que a propriedade – o poder de dispor de todos os meios de produção – é conferida à sociedade, isto é, ao estado, na qualidade de aparelho social de compulsão e coerção. Para uma sociedade, considerada socialista, não tem importância se o dividendo social é distribuído igualmente ou de acordo com algum outro princípio. Nem mesmo tem grande significação, se o socialismo se origina de uma transferência formal da propriedade de todos os meios de produção para o estado – o aparelho social de compulsão e coerção – ou se os proprietários particulares mantêm em seu nome suas propriedades e o socialismo consiste no fato de que todos esses “proprietários” sejam obrigados a empregar os meios de produção, em suas mãos, unicamente segundo as instruções emanadas do estado. Se o governo decide o quê e o como deve ser produzido, para quem deve ser vendido e a que “preços”, a propriedade privada existirá apenas no nome. Na realidade, toda propriedade estará socializada, uma vez que a mola mestra da atividade econômica não mais será a busca do lucro por parte dos empresários e capitalistas, mas a necessidade de cumprir uma tarefa imposta e a de obedecer a comandos (MISES, 2010, p. 87).

Destarte todas as afirmações erradas sobre a proposição marxiana de construção de uma sociedade comunista, ou seja, sem classes, sem Estado e sem acumulação privada de capital, assim como da etapa de transição, que ficou posteriormente conhecida como socialismo, observa-se que Mises acrescenta à sua definição qualquer estado onde sejam determinadas em relação à produção as formas, locais, quantidades de produto etc.

Essa definição servirá para combater as teorias econômicas que na sua época eram hegemônicas e que defendiam a intervenção estatal, que se consolidará com o que ficou posteriormente conhecido como taylorismo. Ademais, já foi visto anteriormente a argumentação miseseana da suposta impraticabilidade do socialismo, para tal utilizando-se de um também suposto cálculo econômico para, a partir de uma escolástica vazia de um debate de fundo, deixar “provado” a impossibilidade de superar uma sociedade fundada na propriedade privada. Quanto ao intervencionismo, assim conceitua Mises:

Procura-se criar uma terceira saída, uma forma de sociedade que ficasse a meio caminho entre a sociedade privada dos meios de produção de um lado, e a propriedade comunal dos meios de produção, de outro. Será permitida a existência da propriedade privada, mas serão regulados, dirigidos e controlados por decretos e proibições autoritários os modos pelos quais os meios de produção serão empregados pelos empresários, capitalistas e donos de terra. Desse modo, forma-se a imagem conceptual de um mercado regulado, de um capitalismo circunscrito por regras autoritárias de propriedade privada, podada de suas características acessórias, alegadamente danosas, pela intervenção das autoridades. (MISES, 2010, p. 98-99)

Mas para Mises, o intervencionismo também não é praticável, é uma ação que, cedo ou tarde desemboca no controle completo do mercado pelo Estado, e portanto, para o autor, no socialismo:

A economia já demonstrou que o sistema intervencionista é despropositado e inócuo. Não é capaz de atingir as suas finalidades. Consequentemente, é um erro supor-se que, além do socialismo (a propriedade comunal) e do capitalismo (propriedade privada), haja ainda um terceiro sistema de organização da cooperação social que seja concebível e funcional, a saber, o intervencionismo.

As tentativas de colocar em prática o intervencionismo levam, necessariamente, a uma situação contrária às intenções de seus autores, os quais se encontram, então, em face da alternativa de abster-se de todos os atos de intervenção, e, portanto, de deixar a propriedade privada entregue a si mesma, ou substituí-la pelo socialismo (MISES, 2010, p. 192).

Eliminadas, para o autor, todas as perspectivas de formas de estado que não sejam as suas, estão comprovadas a superioridade, a cientificidade e a neutralidade das suas proposições, o capitalismo e o livre mercado como única forma de “cooperação social” possível, os “sacrifícios provisórios” como uma proposta racional e um mal necessário para os trabalhadores e as massas populares e a existência de uma burguesia improdutiva e esbanjadora de luxo como uma necessidade e única forma de sociedade possível e, ademais, a melhor já existente em toda a história humana. Foram apresentados, por fim, de forma sumária, os principais traços do neoliberalismo decadente de Von Mises.

3 DOMINAÇÃO BURGUESA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Ramona Caraballo foi dada de presente assim que aprendeu a caminhar. Lá por 1950, sendo ainda menina, ela estava como escravazinha numa casa de Montevideú. Fazia de tudo, a troco de nada. Um dia, a avó chegou para visitá-la. Ramona não a conhecia, ou não se lembrava dela. A avó chegou vinda do interior, do campo, muito apressada porque tinha que regressar em seguida. Entrou, deu uma tremenda surra na neta, e foi embora. Ramona ficou chorando e sangrando. A avó tinha dito, enquanto erguia o rebenque: — Você não está apanhando por causa do que fez. Está apanhando por causa do que vai fazer (A cultura do terror/5, Eduardo Galeano).

O presente capítulo visa explicar a atual conjuntura político-econômica brasileira inserida na nova crise econômica mundial iniciada em 2008-2009, além da atuação dos grupos de extrema-direita – com fortes traços fascistas – e sua influência nos rumos do país, com destaque para as organizações privadas nomeadas *Think Tanks* e sua atuação mobilizadora.

Para isso, analisa-se a dominação burguesa no Brasil efetivada por uma revolução burguesa marcada pelo subdesenvolvimento e pela relação dependente com o capitalismo imperialista, o que gera condições dramáticas de desigualdades sociais e uma burguesia autocrática, que se utiliza do Estado para se formar e se manter no poder, em uma dominação com fortes traços coercitivos e sem abrir muito espaço para a disputa política das massas trabalhadoras.

Trata ainda do surgimento do neoliberalismo como ideologia dominante e forma de organização dos Estados nacionais em todo o mundo e como esse se adequa às características da formação socio-histórica do Brasil, além da sua variação, mal chamada neodesenvolvimentista, nos governos do Partido dos Trabalhadores. Por fim se analisa os movimentos de direita que levaram ao golpe parlamentar que derrubou o governo de Dilma Rousseff e pressionam para que sejam aplicadas medidas antipopulares que intensificarão as desigualdades e as condições de vida das massas populares.

3.1 Revolução burguesa no Brasil

O capitalismo brasileiro tem particularidades importantes de serem analisadas para que se possa entender as principais determinações que levam, na atualidade, ao novo momento da direita no país e a relação das propostas dessa direita com a conjuntura internacional.

Florestan Fernandes (2005) analisou a relação histórica entre a dominação burguesa e as transformações capitalistas ocorridas no país ao longo do século XX, ao que nomeou de Revolução Burguesa no Brasil. Para o sociólogo, o correto entendimento das complexas relações entre esses dois fenômenos – a dominação burguesa e as transformações capitalistas – são a chave heurística indispensável para entender o capitalismo brasileiro.

[...] a dominação burguesa não é só uma força socioeconômica espontânea e uma força política regulativa. Ela polariza politicamente toda a rede de ação autodefensiva e repressiva, percorridas pelas instituições ligadas ao poder burguês, da empresa ao Estado, dando origem a uma formidável superestrutura de opressão e de bloqueio, a qual converte, reativamente, a própria dominação burguesa na única fonte de ‘poder político legítimo’. Mero reflexo das relações materiais de produção, ela se insere, como estrutura de dominação, no amago mesmo dessas relações, inibindo, suprimindo ou reorientando, espontânea e institucionalmente, os processos econômicos, sociais e político por meio dos quais as demais classes ou quase classes se defrontam com a dominação burguesa (FERNANDES, 2005, p. 352).

Tal dominação é, pela descrição feita pelo autor, o conjunto de ações e processos sociais que formam a plural classe dominante brasileira e sua estrutura de poder. Essa classe dominante foi protagonista, independente do seu grau de consciência sobre os fatos, das transformações capitalistas que consolidaram a revolução burguesa no país ao longo das quatro décadas que se seguiram após o fim da Primeira Guerra Mundial.

No Brasil não houve uma “Revolução Burguesa Clássica”, com uma classe burguesa revolucionária, empunhando bandeiras igualitárias de reformas estruturais no funcionamento do Estado. Pelo contrário, a conformação de uma classe capitalista no país ocorreu devido à junção de várias classes e estratos de classes ligados diretamente ao colonialismo, que foram crescentemente incorporando a cultura burguesa e a tarefa de implantar aqui uma sociedade baseada no “mercado”.

E se aqui não houve uma “Revolução Burguesa Clássica”, é justamente nesse “mercado” que a revolução brasileira guarda sua unidade com todas as demais revoluções burguesas, ou seja, na implementação de uma industrialização e na busca incessante de meios para garantir taxas de lucro através da incorporação do país ao mercado global.

As nuances do processo brasileiro se dão, por sua parte, pelo caráter dependente e subdesenvolvido do capitalismo brasileiro. Para isso, as incipientes classes dominantes cedo aprenderam algumas lições importantes:

- a) não era possível “repetir a história”, a revolução brasileira não se daria por meio de heróis, de lutas políticas “fora da ordem” e, principalmente, com reformas estruturais do Estado;
- b) as disputas intraclasse das classes dominantes brasileiras eram um grande perigo às transformações capitalistas e à própria manutenção da dominação burguesa, forma-se assim uma necessária solidariedade de classe que tem por meta primordial a manutenção da ordem;
- c) além de uma massiva importação de lições externas, através de “especialistas”, “cursos” e orientações, sejam de Estados imperialistas, sejam de organizações ligadas diretamente as Multinacionais (FERNANDES, 2005).

A revolução nacional, em nosso país, acontece muito tardiamente, comparada aos países centrais do capitalismo, e, ademais, ocorre atrelada ao capitalismo na sua fase monopolista, com interferência direta dos países e empresas imperialistas. Há uma dupla articulação no desenvolvimento capitalista brasileiro, uma burguesia nacional “pragmática”, ou seja, livre do utopismo igualitário da revolução burguesa clássica, e uma burguesia imperialista agressiva, que coordena o processo de desenvolvimento capitalista do país, determinando e reforçando o nosso caráter dependente e subdesenvolvido. Isso gera uma apropriação dupla do nosso excedente econômico, pela burguesia nacional e pela imperialista, tendo efeitos socioeconômicos drásticos para a sociedade brasileira.

A extrema concentração social da riqueza, a drenagem para fora de grande parte do excedente econômico nacional, a consequente persistência de formas pré ou subcapitalistas de trabalho e a depressão medular do valor do trabalho assalariado, em contraste com altos níveis de aspiração ou com pressões compensadoras à democratização da participação econômica, sociocultural e política produzem, isoladamente e em conjunto, consequências que sobrecarregam e ingurgitam as funções especificamente políticas da dominação burguesa (quer em sentido autodestrutivo, quer numa direção diretamente repressiva) (FERNANDES, 2005, p. 341).

Em suma, a nascente burguesia nacional se amolda às condições internas e externas para garantir a revolução nacional. Contudo, ao analisar tais características de nossa burguesia, frequentemente incorre-se no erro de acreditar que ela foi (ou pior, que ela ainda é) uma burguesia fraca. Tal adjetivação não se sustenta a uma simples observação detalhada da história do Brasil.

A burguesia brasileira, formada a partir de um conjunto de classes e extratos de classes da sociedade colonial, estabeleceu-se de forma contundente e cumpriu com inequívoco sucesso suas funções na garantia da dominação burguesa e nas transformações capitalistas de nossa sociedade. Ela garantiu uma unidade das classes dominantes sob orientações de cunho

conservador, e frequentemente reacionário, para o Estado e a sociedade; garantiu o desenvolvimento industrial e de uma sociedade mercado sem ferir as estruturas latifundiárias arcaicas herdadas do colonialismo, e, por fim, estruturou um estado autocrático como instituição central dos interesses burgueses no país (FERNANDES, 2005).

A característica do Estado brasileiro, muito própria desde 1930, não é que ele se sobreponha a ou impeça o desenvolvimento da sociedade civil: antes, consiste em que ele, sua expressão potenciada e condensada (ou, se quiser, seu resumo), tem conseguido atuar com sucesso como vetor de desestruturação, seja pela incorporação desfigurada, seja pela repressão, das agências da sociedade que expressam os interesses das classes subalternas. O que é pertinente no caso brasileiro, não é um Estado que se desloca de uma Sociedade Civil ‘gelatinosa’, amorfa, submetendo-a a uma opressão contínua; é-o um Estado que historicamente serviu de eficiente instrumento contra a emersão, na sociedade civil, de agências portadoras de vontades coletivas e projetos societários alternativos (NETTO, 2011b, p. 37).

A dominação burguesa no Brasil foi vitoriosa devido ao “incentivo” externo do capitalismo na sua fase monopolista, mas também pelas condições geográficas, econômicas e sociais internas, pela sólida relação das Forças Armadas com os extratos dominantes, pela ambiguidade dos movimentos reformistas e nacionalistas e pela fraqueza do movimento socialista, com baixa inserção popular e sindical (FERNANDES, 2005).

Assim, cedo se resolveu em terras brasileiras possíveis problemas gerados por confrontos de interesses entre uma burguesia nacional e a burguesia externa, imperialista e sua representação via Estados dos países centrais do capitalismo. Resolveu-se com uma associação dependente da burguesia nacional ao dito mercado global, com uma divisão do excedente econômico existente no país. Tal processo tem se sustentado via exploração máxima da classe trabalhadora brasileira.

As burguesias que só agora chegaram ao vértice de suas possibilidades – e em condições tão difíceis – viram-se patrocinando uma transformação da ordem que perdeu todo o seu significado revolucionário. Ela é parte da “Revolução Burguesa” porque se integra a um processo que se prolonga no tempo e se reflete nas contradições das classes que se enfrentam, historicamente, com objetivos antagônicos. No fundo tais burguesias pretendem concluir uma revolução que, para outras classes, encarna atualmente a própria contrarrevolução (FERNANDES, 2005, p. 344).

Isso não significa a completa inexistência de conflito de interesses entre a burguesia nacional e a imperialista, principalmente nas primeiras décadas de industrialização brasileira. Entretanto, estes conflitos foram sempre resolvidos em prol da manutenção da dominação burguesa. Isso faz com que, no Brasil e em outros países de capitalismo dependente e subdesenvolvido, a dominação burguesa e suas transformações capitalistas sejam seguidas a

um necessário caráter autocrático, nomeado por Florestan Fernandes (2005) de contrarrevolução permanente e preventiva, que vai sistematicamente atacar qualquer demanda com viés igualitarista.

[...] era preciso despojar a dominação burguesa de qualquer conexão real, que fosse substantivamente e operativamente democrático-burguesa e nacionalista-burguesa[...]. Dado o salto nessa direção, o êxito obtido é que iria determinar até onde essa burguesia poderia chegar em suas novas adaptações históricas ao capitalismo dependente, agora na era do capitalismo monopolista e do imperialismo total. [...] a crise não visava (nem podia visar, em termos da situação de interesses de classe da burguesia brasileira) a autonomia do desenvolvimento capitalista nacional ou da revolução nacional. Ela visava a autonomia de classes e dos extratos de classes burgueses dentro da sociedade de classes brasileira e as possibilidades que eles teriam de chegar ao fim e ao fundo da transformação capitalista, sem remover a situação de dependência e os efeitos que ela desencadeia sobre o subdesenvolvimento relativo do país (FERNANDES, 2005, p. 371).

Destaca-se que não se trata de ter uma visão idílica e/ou romanceada do desenvolvimento capitalista da chamada “Revolução Burguesa Clássica”, mas sim de apontar, em linhas muito gerais, as particularidades das transformações burguesas no Brasil, dando a ênfase necessária ao caráter autocrático de nossas classes dominantes.

A própria expansão interna da economia capitalista e do sistema de classes gerou contradições explosivas que geraram crise na dominação burguesa no Brasil. Cabe ressaltar:

a) a formação e o desenvolvimento de pautas e movimentos antiburgueses que, apesar de não chegarem ao ponto de construir uma situação pré-revolucionária (como foi argumento para o Golpe Civil-militar de 1964, a suposta ameaça comunista), punham na ordem do dia questões insolúveis para a burguesia dependente nacional;

b) a importância alcançada pelo Estado brasileiro para a burguesia nacional, como associação administrativa e organização política e que, portanto, não poderia ser colocado em xeque pelas pressões populares internas;

c) as pressões do capital imperialista para uma modernização conservadora que adequasse a produção e o mercado interno para as novas demandas do capitalismo monopolizado internacional.

Esta crise apresentou dificuldades novas e reforçou antigas para a manutenção da hegemonia burguesa, deixou visível a impermeabilidade do estado para qualquer demanda de caráter igualitarista, por menor e mais formal que fosse, desestruturou a já difícil unidade das classes e extratos de classes burgueses e dificultou medidas rápidas de modernização do estado e das estruturas capitalistas brasileiras para atender as demandas externas. É nesse contexto que

a saída encontrada é a da Ditadura de classe aberta, explícita, posta em prática pelos militares e pelos tecnocratas a serviço da modernização conservadora.

Não podendo compor-se legitimamente com a nação, formando uma coalizão hegemônica entre os seus subsetores, a classe [burguesa] teve que impor-se coercitivamente à nação [...]. A ditadura surgiu, assim, como a melhor solução possível para o macroproblema da reprodução do sistema de classes em sua globalidade. Dado esse passo, estava resolvido em nome de quem o poder estatal seria exercido. [...] Para que a solidariedade de base entre as classes, estratos e frações dominantes pudesse traduzir-se ao nível do controle efetivo do aparelho estatal, a nenhuma das partes integrantes do bloco no poder deveria ser concedido o privilégio de compor [...] os quadros da elite governamental. O homem de governo, para contar com a confiança de todos, tinha que ser, em princípio, o homem de ninguém: a vontade geral burguesa só preservaria intacta a sua pureza abstrata caso fosse encarnada por *um tertius*. *Um tertius* que, além de ser estranho ao povo, fosse também estranho à classe. Essa dupla condição foi perfeitamente atendida pelas correntes militares e tecnoburocratas que se converteram na elite governamental contra-revolucionária (MARTINS *apud* NETTO, 2011b, p. 37).

Em linhas gerais, o movimento golpista de 1964 respondia a uma necessidade imperiosa de aceleração antidemocrática da revolução burguesa no Brasil. Se a implementação da contrarrevolução permanente é também uma autodefesa da burguesia nacional, ela é, como aponta Fernandes (2005), uma autodefesa ativa, militante, agressiva, que planeja e executa transformações profundas no Estado brasileiro para torná-lo um mecanismo sempre disponível para essa contrarrevolução.

Se a ordem civil é fraca, como acontece por motivos diferentes nos países tomados como ponto de referência, a ausência de oposição organizada ou de oposição organizada bastante eficiente, o caráter ocasional e a impotência relativa da resistência cívica permitem quer fascistizar certas funções essenciais e estratégicas do Estado (sem tocar em outras condições, estruturas e funções), quer atingir uma rápida fascistização de todas as funções do Estado (e mesmo de todo o Estado) se as circunstâncias o exigirem. As aparências são mantidas; a relação entre meios e fins políticos é que se altera, para dar lugar a controles políticos que colocam a mudança, a “defesa da ordem” e o esmagamento de toda e qualquer oposição sob o arbítrio das minorias dominantes e privilegiadas. A constituição e os códigos se mantêm, porém eles só permanecem funcionais para aquelas minorias, e se for imperativo, recebem inovações que neutralizam suas garantias políticas e legais, de acordo com algum modelo da “democracia autoritária”, “corporativa” e “nacional” (usualmente, a influência dos regimes franquistas e salazaristas é mais forte que a do nazismo alemão ou do fascismo italiano). A liberdade é preservada, nesses termos, como identificação ideal, consentimento e apatia (FERNANDES, 1981, p. 22-23).

É fácil atentar-se para a função do Golpe de 1964: reprimir as pautas e movimentos de caráter igualitaristas, tanto os democrático-nacionais na sua pluralidade quanto os abertamente revolucionários. Entretanto, a chave de entendimento desse movimento se dá, sem eliminar o primeiro motivo, nas suas razões de médio e longo prazo: criar um arcabouço legal que

possibilitasse manter-se permanentemente numa contrarrevolução e revolucionar as técnicas de acumulação de capital no país, em suma, uma modernização conservadora.

As classes e os estratos de classes burgueses patrocinaram e estão patrocinando, portanto, um intervencionismo estatal *sui generis*. Controlado, em última instância, pela iniciativa privada, ele se abre, em um polo, na direção de um capitalismo dirigido pelo Estado, e, em outro, na direção de um Estado autoritário. Ambas as noções são ambíguas. Contudo elas traduzem uma realidade concreta. O Estado adquire estruturas e funções capitalistas, avançando, através delas, pelo terreno do despotismo político [...] para satisfazer o consenso burguês, do qual se tornou instrumental, e para dar viabilidade histórica ao desenvolvimento extremista, a verdadeira moléstia infantil do capitalismo monopolista na periferia (FERNANDES, 2005, p. 402).

Vale ainda destacar outra característica importante da ditadura civil-militar que foi nomeada de contrarrevolução preventiva por Florestan Fernandes (2005): ela, por meio da consolidação de uma oligarquia dos estratos burgueses da sociedade mediados pelo Estado, tem uma tendência inerente a si mesma de assumir a forma de uma cooptação sistemática e generalizada, é por meio desse processo que a dominação burguesa resolve seus problemas de choque de interesses entre os diferentes setores que a formam.

Mas, como já dito, essa forma de autodefesa burguesa possuiu um caráter ativo, ela reformulou as relações de produção e de mercado internas e sua relação com o capitalismo monopolista mundial. Isso tudo acirrou contradições, seja nas mudanças da estrutura de classe da própria burguesia nacional, que em sua parte mais modernizada rapidamente abandonou o apoio explícito do regime ditatorial civil-militar, seja nas mudanças ainda mais drásticas da estrutura das classes trabalhadoras e populares do país, inclusive com a formação de uma ampla classe média com novas demandas e anseios. Tudo isso evidenciou o caráter transitório do regime civil-militar e a necessidade de se pensar a transição.

De acordo com o que foi apresentado anteriormente, montou-se uma estrutura estatal que permitiu a continuidade da contrarrevolução permanente independente da forma de governo. Por outro lado, o aparato estatal também possibilitou a transição para uma democracia fraca com um componente coercitivo aberto, que foi o que possibilitou a implementação neoliberal nos governos seguintes, nos quais a resolução das questões resultantes de pautas igualitaristas se daria pela incorporação às regras instituídas pelo Estado autocrático.

Podemos aqui exemplificar com a estrutura de Executivo e Legislativo brasileiros, que demandam a formação de grandes acordos de maioria no Legislativo para que seja viável a governabilidade. Ou, para não deixar de fora a pura repressão, a estrutura militar da polícia brasileira.

O que as classes burguesas procuram é [...] criar condições normais para o funcionamento e o crescimento pacífico da ordem social competitiva, que se achava estabelecida antes de 1964 e foi convulsionada em seus fundamentos ideais, e revitalizada, em seus fundamentos econômicos, sociais e políticos, pelo desenvolvimento econômico acelerado e pela contrarrevolução preventiva. Nem elas podem ou poderiam ir mais longe. Para fazê-lo, teriam de abrir mão de muita coisa, que são, afinal de contas, essenciais para a sua sobrevivência como burguesia de uma sociedade de classes dependente e subdesenvolvida duramente afetada por duas crises simultâneas – a que decorre do abalo do capitalismo e a que resulta da eclosão do socialismo na periferia (FERNANDES, 2005, p. 421).

Mas deixando em aberto a possibilidade de uma democracia de cooptação que só foi implementada de fato, segundo Iasi (2017), com a chegada do PT ao Governo Federal. Florestan Fernandes fala da possibilidade de uma democracia de cooptação substituir a ditadura civil-militar:

[...] a democracia de cooptação possui pouca eficácia e pouca “flexibilidade” em nações capitalistas pobres onde a extrema concentração de riqueza e do poder deixa um escasso excedente para dividir na compra de alianças ou de lealdades. Por isso, ela concorre para exacerbar as contradições intrínsecas ao regime de classes, levando-as a pontos explosivos de efervescência, que mais debilitam que fortalecem o Estado autocrático, compelido a funcionar sob extrema tensão permanente e autodestrutiva, de insuperável paz armada (FERNANDES, 2005, p. 424).

O fim da ditadura civil-militar no Brasil foi marcado pela reorganização e crescimento dos movimentos sindicais e populares de massa, numa unidade garantida pela pauta da redemocratização, mas com um leque amplo de reivindicações e lutas que foram característicos da década de 1980, cujas conquistas de muitos desses movimentos ficaram gravadas na nova Constituição Brasileira de 1988. Entretanto, de forma contraditória, muito da construção de um Estado voltado para garantir a dominação burguesa também ficou gravado na nova Constituição, mesmo que agora sob a ordem legal da democracia, sob as eleições.

Tais contradições do Estado brasileiro viriam a se intensificar com a implementação do neoliberalismo no país desde o final da década de 1980, mas sobretudo na seguinte.

3.2 Neoliberalismo no mundo e no Brasil

Foi mencionado nas seções anteriores que o neoliberalismo, enquanto teoria, começou a desenvolver-se já na década de 1920. Contudo, enquanto forma de atuação do Estado e como ideologia com real peso no mundo, o neoliberalismo demorou décadas para se desenvolver. As primeiras e isoladas experiências de neoliberalismo prático se deram na década de 1970 na América Latina, com destaque para o Chile depois do Golpe Civil-militar que teve a frente o

general Pinochet, em 1973, e que derrubou o Governo de Salvador Allende que havia sido eleito em 1970 pela Unidade Popular, movimento com forte influência socialista.

Mas o que seria esse neoliberalismo posto em prática, e que duas décadas depois e até atualmente é uma ideologia completamente dominante no mundo, induzindo e determinando a vida de bilhões de pessoas ao redor do globo?

[...] é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. Eis aí algo muito mais parecido ao movimento comunista de ontem do que ao liberalismo eclético e distendido do século passado (ANDERSON, 1995, p. 22).

O neoliberalismo prático já sobrevive há décadas, mas não sem problemas e menos ainda sem precisar se reinventar e transformar, muitas vezes inclusive agindo no inverso do que foi preconizado pelos seus fundadores teóricos, dentre eles Mises. Sua vitória no âmbito ideológico veio acompanhado por derrotas e por consequências que geram revolta e contraponto por parte de sujeitos coletivos organizados.

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, tem de adaptar-se as suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes (ANDERSON, 1995, p. 23).

O contexto histórico que desencadeou a implementação prática do neoliberalismo se deu com a crise do que Harvey (2014) nomeou de liberalismo embutido, ou seja, a implementação de uma orientação estatal macroeconômica que garantia a estabilidade econômica e política e o crescimento do consumo através de políticas distributivas estatais por meio de políticas sociais mais ou menos universais – o chamado Estado de bem-estar social. Esse modelo vigorou, em especial na Europa, após a Segunda Guerra Mundial e começou a apresentar limites em meados da década de 1960. O auge dessa crise veio na década seguinte, o que fez com que os governos buscassem alternativas que entravam em choque com o liberalismo embutido.

Os sinais de uma grave crise de acumulação eram em toda parte aparentes. O desemprego e a inflação se ampliavam em toda parte, desencadeando uma fase global de “estagflação” que duraria por boa parte da década de 1970. Surgiram crises fiscais de vários Estados (a Grã-Bretanha, por exemplo, teve de ser salva com recursos do FMI em 1975-76), enquanto as receitas de impostas caíam acentuadamente e os gastos sociais disparavam. As políticas keynesianas já não funcionavam (HARVEY, 2014, p. 22).

Em momentos de crise como este, sempre se fortalecem saídas radicais em todos os espectros políticos, assim, a possibilidade de medidas mais radicais por parte de governos com alguma influência de esquerda, como o socialista, virou realidade e foram um problema enfrentado com temor por parte das elites econômicas em todo o mundo. É importante lembrar que a essa altura ainda estavam em vigor as experiências socialistas do Leste Europeu e da Ásia, além da Revolução Cubana e da já mencionada eleição de Allende no Chile.

Ademais, no plano econômico surgiu um entrave ainda mais grave aos olhos dos homens de negócios. O liberalismo embutido foi forjado e ajudou a forjar o que ficou conhecido como “Os anos dourados” do capitalismo. Entre 1940 e 1970 houve as maiores taxas de lucro já registradas, e nesse contexto foi possível e até certo ponto aceitável para as elites econômicas cederem parte do excedente econômico para as massas trabalhadoras nos países de capitalismo central. Todavia, quando essas taxas de juros estancaram abruptamente, esse “acordo” capital-trabalho começou a ser execrável aos olhos capitalistas.

Apresentadas as razões para a mudança de orientação capitalista, resta desvendar as formas pelas quais se construiu o apoio popular necessário ao neoliberalismo. Em sua experiência seminal chilena essa questão não teve importância, visto que foi forçada por meio da coerção aberta de uma ditadura que tinha as forças armadas à frente. Mas a implementação neoliberal ocorreu com uma certa diversidade, mudando bastante de país para país, e em suas versões clássicas, a inglesa e a estadunidense, foram colocadas em prática por líderes eleitos.

Na sua formulação teórica o neoliberalismo já pensava em uma guerra ideológica para disputar hegemonia na sociedade. Na década de 1970, já havia conquistado espaço em instituições com vínculos fortes com o empresariado e em departamentos de economia de importantes universidades. Mas foi valendo-se de sua demagógica defesa das liberdades individuais que o neoliberalismo espalhou-se nas sociedades em cada país, em especial nos de capitalismo central, que já construíam há tempos o discurso sobre essas liberdades (importante lembrar do estilo de vida americano, *American way of life*, e das transformações culturais genericamente nomeadas de pós-modernidade).

A neoliberalização precisava, política e economicamente, da construção de uma cultura populista neoliberal fundada no mercado que promovesse o consumismo diferenciado e o libertarianismo individual. No tocante a isso, ela se mostrou mais que compatível com o impulso cultural chamado “pós-modernismo”, que havia muito espreitava no ninho, mas que agora podia surgir, emplumado, como dominante tanto cultural quanto intelectual. Foi esse o desafio que as corporações e as elites de classe se puseram a aprimorar nos anos 1980 (HARVEY, 2014, p. 55).

Foi no fim da década de 1970, com a incapacidade do liberalismo embutido de dar respostas condizentes ao volume da crise econômica, que as ideias dos neoliberais ganharam de vez a dianteira no modo de governar as nações. O fim da década é marcado pela vitória eleitoral de Margareth Thatcher no Reino Unido e de Ronald Reagan nos Estados Unidos.

O modelo inglês foi o pioneiro e o mais puro de neoliberalismo, elevou as taxas de juros, diminuiu os impostos sobre os altos rendimentos, acabou com os controles sobre os fluxos financeiros, instalou um nível massivo de desemprego, cortou gastos sociais, agiu de forma enérgica para aplacar as conseqüentes greves e impôs uma coercitiva legislação antissindical (ANDERSON, 1995).

O caso estadunidense foi mais eclético, visto a continuidade e mesmo o acirramento de um certo keynesianismo militar, que desde o Pós Segunda Guerra vinha sendo responsável pela recuperação dos países capitalistas centrais europeus. Mas esse modelo só podia e pode ser suportado por uma economia da envergadura da estadunidense.

A América Latina, apesar de ter sido a experimentação pioneira do neoliberalismo com o Chile de Pinochet, por exemplo, só na segunda metade dos anos 1980 e principalmente na década seguinte foi incluída na aventura neoliberal, influenciada e coagida pelos mecanismos internacionais do capitalismo, vide Fundo Monetário Internacional (FMI). Foi alvo das normatizações do FMI e do Banco Mundial por conta de suas imensas dívidas externas, que a colocava como alvo fácil das imposições internacionais.

Não mais podendo contar, na maioria dos países, com as ditaduras latino americanas para implementar o neoliberalismo, a tática central para isso foi a hiperinflação que assolou os países daqui na década de 1980. Esse modelo, inclusive, foi importado para os países do sul europeu, que por mais tempo postergaram o novo modelo econômico.

A influência das teorias neoliberais em todo esse processo mundial é nítida. Porém, vale salientar que não se trata de maneira nenhuma de uma aplicação completa, de uma ação norteada exclusivamente por convicção ideológica. De forma alguma é exagero dizer que o componente ideológico aqui sequer foi o mais importante, servindo mais de arma do que de razão para as mudanças governamentais em curso.

A neoliberalização do mundo veio acompanhada, influenciando e sendo influenciada, pelo fortalecimento e posterior hegemonia do capital financeiro. A propaganda das classes dominantes nomeou esse fenômeno de globalização, mas na prática trata-se da mundialização do capital. Se o fenômeno de mundialização, de expansão ampliada das fronteiras do modo de produção capitalista é inerente a ele mesmo, o capital na sua fase monopolista intensifica essa característica, amparado pelo imperialismo. Livre das amarras dos Estados Nacionais, o capital especulativo pôde expandir-se e ganhar hegemonia no mundo neoliberal, havendo nas décadas de 1970 e 1980 uma mudança de rumos no capitalismo em que quem dita os rumos, em última instância, não é mais o capital produtivo, mas sim o especulativo.

Ganhos na capacidade manufatureira não mais significavam aumento de renda per capita, mas certamente significavam concentração em serviços financeiros. Por isso o apoio às instituições financeiras e à integridade do sistema financeiro se tornou a preocupação central da coletividade dos Estados neoliberais (HARVEY, 2014, p. 42).

As instituições internacionais que, após a Segunda Guerra Mundial, regulam e ditam as relações entre os países e o funcionamento dos Estados Nacionais são um contrassenso aos princípios neoliberais na teoria, mas foram agentes indispensáveis para sua implementação prática.

O FMI e o Banco Mundial se tornaram a partir de então centros de propagação e implantação do “fundamentalismo de livre mercado” e da ortodoxia neoliberal. Em troca do reescalonamento da dívida os países endividados tiveram que implementar reformas institucionais como cortes nos gastos sociais, leis do mercado de trabalho mais flexíveis e privatização. Foi inventado assim o “ajuste estrutural” (HARVEY, 2014, p. 38).

O debate sobre a relação entre capital imperialista e Estados Nacionais é complexo e resulta em posicionamentos diversos. Desde o surgimento do capitalismo os capitalistas individuais têm origens em Estados Nacionais específicos aos quais em alguma medida se ligam e cujos estados advogam em seu favor no jogo de mercado internacional. Contudo em nenhum momento esses capitalistas foram “fieis” a qualquer Estado Nacional e em sua fase monopolista ampliam seu poder de influência a vários Estados diferentes. O uso do poder imperialista - por meio dos negócios ou da política – se dá de forma egoísta, para melhor competir e apropriar-se do excedente econômico de forma individual, mas também de forma corporativa, para garantir a continuidade do poder de classe.

Há entre todos certa convergência de interesses que de modo geral reconhece as vantagens (e neste momento alguns riscos) a ser obtidos da neoliberalização. Eles também dispõem, mediante organizações como o Fórum Econômico mundial de Davos, de meios para trocar ideias, firmar associações com líderes políticos e fazer consultas a esses líderes políticos. Eles exercem influência sobre os assuntos globais e dispõem de uma liberdade de ação que nem passa perto da que possui qualquer cidadão comum (HARVEY, 2014, p.44).

É fácil perceber a controversa relação entre a implementação do neoliberalismo e a democracia, começando pela experiência seminal chilena, feita sob o regime ditatorial de Pinochet. Mas mesmo nas experiências sob governos eleitos, fica nítida a imposição de mecanismos internacionais e as necessárias ações coercitivas estatais – além da construção ideológica de em um ideário neoliberal – para quebrar as organizações coletivas das massas trabalhadoras.

Tais ações não são incompatíveis com as teorias dos fundadores do neoliberalismo, sendo, pelo contrário, um de seus fundamentos, como será focado mais adiante no caso de Von Mises. Mas para tornar isso ainda mais visível, pode-se mencionar que Hayek e Friedman eram vivos e presenciaram com apoio e interesse o caso chileno.

[...] a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava, Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse. Nesse sentido, Friedman e Hayek podiam olhar com admiração a experiência chilena, sem nenhuma inconsistência intelectual ou compromisso de seus princípios (ANDERSON, 1995, p. 19-20).

A necessidade prática foi que ditou a forma desse processo em cada Estado Nacional. Mas com certeza havia características comuns:

O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade econômica devia ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção com gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram indispensáveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava redução de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Dessa forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, então as voltas com a estagflação (ANDERSON, 1995, p. 11).

Como já mencionado – e a despeito de sua impressionante vitalidade nos âmbitos sociais, políticos e ideológicos – economicamente o neoliberalismo andou muito longe dos efeitos que propagandeou para sua implementação:

Os dados concretos mostram ser nada menos que decepcionantes. As taxas agregadas de crescimento global ficaram em mais ou menos 3,5% nos anos 1960 e mesmo no curso da conturbada década de 1970 caíram apenas para 2,4%. Mas as taxas subsequentes de crescimento de 1,4% e 1,1% nos anos 1980 e 1990 (e uma taxa que mal alcança 1% a partir de 2000) indicam que a neoliberalização em larga medida não conseguiu estimular o crescimento mundial (HARVEY, 2014, p. 166).

A liquidez de ativos que inundou o mundo com a hegemonia do capital financeiro teve efeitos ecléticos, ao tempo que garantiu a proliferação do modelo neoliberal e uma certa retomada dos níveis de lucros das grandes empresas, causando uma permanente estagnação do crescimento econômico.

Durante os anos 80 aconteceu uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações, puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias reais. O peso de operações puramente parasitárias teve um incremento vertiginoso nesses anos. Por outro lado, e este foi, digamos, o fracasso do neoliberalismo -, o peso do Estado de bem-estar não diminuiu muito, apesar de todas as medidas tomadas para conter os gastos sociais [...]. Duas razões básicas explicam esse paradoxo: o aumento dos gastos sociais com o desemprego, que custaram bilhões ao Estado, e o aumento demográfico dos aposentados na população, que levou o Estado a gastar outros bilhões em pensões (ANDERSON, 1995, p 16).

Mas com um fracasso tão evidente num aspecto central da proposta neoliberal, é uma questão importante entender como esta pôde se manter tão firmemente como proposta econômica predominante no mundo.

Um aspecto fundamental diz respeito à falta de oposição, sem precedentes na história do capitalismo mundial. Com o desastroso fim das experiências socialistas do Leste Europeu e a implementação, na China, de um neoliberalismo “com características chinesas” (HARVEY, 2014), o capitalismo triunfa no mundo sem uma oposição organizada de peso, e não se trata de qualquer capitalismo, se trata do capitalismo na sua forma neoliberal, inclusive sendo transportado para os países “ex-socialistas”.

Além disso, o desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo possibilitou que certos territórios se desenvolvessem velozmente, embora já com as características de acirramento das desigualdades econômicas internas. Mas também, e aqui está o elemento central e certamente não tocado pela propaganda neoliberal, o neoliberalismo prático trata-se, em última instância, da restauração do poder de classe burguês no mundo (HARVEY, 2014).

Já foi anteriormente mencionado que o neoliberalismo precisou de uma certa unidade de classe que deixasse de lado em alguma medida as disputas internas da burguesia mundial. Isso se deveu ao momento de crise, mas também se configura como um projeto de classe que,

bem-sucedido, aumentou as taxas de lucros dos capitalistas por meio do acirramento da exploração sobre as classes trabalhadoras e por meio do que Harvey (2014) chama de acumulação por espoliação, uma extensão permanente do que Marx caracterizou como acumulação primitiva.

[...] os dados sugerem vigorosamente que a virada neoliberal está de alguma forma e em algum grau associada a restauração ou construção do poder das elites econômicas. [...] a neoliberalização não foi muito eficaz na revitalização da acumulação do capital global, mas teve notável sucesso na restauração, ou em alguns casos (a Rússia e a China, por exemplo), na criação do poder de uma elite econômica. O utopismo teórico de argumento neoliberal, em conclusão, funcionou primordialmente como um sistema de justificação e de legitimação do que quer que tenha sido necessário fazer para alcançar esse fim. Os dados sugerem além disso que, quando os conflitos neoliberais conflitam com a necessidade de restaurar ou sustentar o poder da elite, esses princípios são ou abandonados ou tão distorcidos que se tornam irreconhecíveis (HARVEY, 2014, p.27-28).

Os estados fracassados foram, assim, aqueles que não obtiveram sucesso ao incorporar as regras neoliberais, e o mesmo argumento é usado para justificar os pretensos fracassos individuais:

A crescente desigualdade social num dado território foi concebida como necessária para estimular o risco dos empreendedores e a inovação que conferissem poder competitivo e estimulassem o crescimento. Se as condições entre as classes inferiores pioraram, é que elas fracassaram, em geral por razões pessoais e culturais, na tarefa de aprimorar seu capital humano (por meio da dedicação à educação, da aquisição de uma ética de trabalho protestante, da submissão a uma disciplina de trabalho, da flexibilidade e de outras coisas desse tipo). Em suma, surgiram problemas particulares por causa da falta de rigor competitivo ou por deficiências pessoais, culturais e políticas. Num mundo neoliberal darwiniano, dizia o argumento, só os mais aptos devem sobreviver e de fato sobrevivem (HARVEY, 2014, p. 169).

O neoliberalismo no Brasil se deu na esteira da modernização conservadora do Estado operado pela Ditadura Civil-Militar (1964-1985), que, de forma autocrática, remodelou o estado brasileiro para se adaptar de forma subordinada ao capitalismo monopolista. Tal operação gerou no início dos anos 1970 o chamado “milagre econômico”, que logo em seguida caiu nos efeitos da crise mundial da década de 1970, acirrado pela crise da dívida externa do início dos anos 1980. Foi a ditadura que começou o processo de dilapidação do Estado brasileiro, que prosseguiu sem interrupções no mandato “democrático” de José Sarney²⁴:

Essa dilapidação propiciou o clima para que a ideologia neoliberal, então já avassaladora nos países desenvolvidos, encontrasse terreno fértil para uma pregação

²⁴ José Sarney foi presidente do Brasil, 1986-1989, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

anti-social. Aqui no Brasil, não apenas pelos reclamos antiestatais (na verdade anti-sociais) da grande burguesia, mas sobretudo pelos reclamos do povão, para o qual o arremedo de social-democracia ou do estado de bem-estar, ainda que de cabeça para baixo, tinha falhado completamente (OLIVEIRA, 1995, p. 25).

A retomada democrática no Brasil se deu nos anos 80, com forte influência das lutas de massas, tendo a frente o revigorado movimento operário do ABC Paulista. É importante frisar que as organizações da classe trabalhadora foram dizimadas durante a Ditadura e, mesmo com o fortalecimento das lutas no fim da década de 1970, tiveram de lidar com a fragilidade e falta de acúmulo programático no seu interior.

O surgimento de novas organizações e a revitalização de antigas foi vertiginoso, impressionante, e este processo é a chave heurística imprescindível para entender o Brasil desde então, apesar de os déficits deixados pela herança ditatorial também serem importantes para entender o modo como se deu a democratização.

Em última instância a democratização “lenta e gradual”, como defendia o Governo Militar, venceu. Mantiveram-se em pé, mesmo após a Constituição de 1988, os alicerces de um Estado autocrático das elites econômicas – mesmo que não devam ser menosprezadas todas as conquistas “cidadãs” que as lutas populares imprimiram na constituição e no Estado brasileiro.

Ao contrário do Chile e da Argentina, onde a derrota da esquerda e do movimento popular estava mais próxima, sem tempo histórico para a reconstrução, e onde o neoliberalismo se impôs sobre o cadáver dessa derrota, a temporalidade específica da história recente do Brasil difere um pouco. A distância maior em relação ao Golpe, o período de expansão econômica ocorrido ao longo dos anos 60 e 70, com a consequente renovação e fortalecimento social e político das classes subalternas, gerou uma correlação de forças menos desfavorável a estas e menos propícia para a imposição pura e simples do neoliberalismo (SADER, 1995, p. 36).

No governo de José Sarney, eleito indiretamente via Legislativo, ocorreram as primeiras tentativas de implementação neoliberal, passando pelo conturbado governo Collor de Melo²⁵ e Itamar Franco²⁶, nos quais houve uma construção mais programática dessa implementação por meio do Plano Real, respaldado pelo “Consenso de Washington”, que ditava os caminhos que os países subdesenvolvidos deviam seguir para a transformação dos seus Estados.

O Brasil, assim como a maioria dos países subdesenvolvidos, principalmente os latino-americanos assolados pela crise da dívida, usou o remédio da hiperinflação para preparar o terreno para as medidas neoliberais.

²⁵ Collor de Mello foi presidente do Brasil, 1990-1992, pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

²⁶ Itamar Franco foi presidente do Brasil pelo Partido Popular Socialista (PPS), 1992-1994, após o impeachment de Collor de Melo.

[...] a agudeza maior da crise econômica – especialmente da crise fiscal do Estado, refletida na inflação, como resultado de um forte conflito distributivo – propiciou um sucesso maior ao controle da inflação, produzindo efeitos ideológicos e políticos mais fortes a partir da diminuição brusca e espetacular de processos hiperinflacionários desatados ou em curso (SADER, 1995, p. 36).

Basilar para furar a barreira imposta pelos movimentos de massas nos anos 1980 no Brasil e assim ter caminho aberto para a neoliberalização do Estado brasileiro foi o ataque direto aos movimentos sociais fortalecidos naquela década. Foi essencialmente nos governos de Fernando Henrique Cardoso que essa empreitada se deu.

Os objetivos são os mesmos, lá e cá. Trata-se de destruir a capacidade de luta e de organização que uma parte importante do sindicalismo brasileiro mostrou. É esse programa neoliberal em sua maior letalidade: a destruição da esperança e a destruição das organizações sindicais, populares e de movimentos sociais que tiveram a capacidade de dar uma resposta a ideologia neoliberal no Brasil (OLIVEIRA, 1995, p. 28).

Em segundo lugar, a hiperinflação serviu de chantagem ideológica para o ataque aos salários reais, visto que no imaginário popular a possível melhoria salarial era a principal responsável pelo terror da inflação vivenciado dos anos 1980 em diante.

A instauração democrática da última década, na medida em que não se reverteu – e, quanto a isso, a situação brasileira me parece ilustrativa – efetivamente em melhorias das condições de vida da massa da população, engendrou um desalento, uma desqualificação, uma desesperança tais, em face da ação política e dos espaços públicos, que acabam por ser funcionais às propostas neoliberais (NETTO, 1995, p. 33).

É importante frisar, ainda, o caráter velado do neoliberalismo brasileiro, que ancorado nas características acima elencadas e necessitando, no período histórico de sua construção inicial, ser amparado pelo voto popular, erigiu-se sem fazer propaganda aberta das suas intenções.

[...] há aqui um claro elemento de mistificação e cinismo – e denunciá-lo é denunciar a forma como a grande burguesia faz política entre nós: quando não joga no golpe, quando joga na legitimação política por via eleitoral, fá-lo através da mistificação e do cinismo (NETTO, 1995, p. 34).

De resto, o neoliberalismo foi vitorioso no Brasil, com forte privatização, com destruição das parcas conquistas no âmbito dos direitos sociais, cortando no início a tentativa de construção de uma seguridade social universalista, como foi registrada na Constituição de

1988, queda brutal do valor real dos salários, precarização do trabalho, em conjunto com a implementação da reestruturação produtiva de cunho toyotista e destruição do poder de disputa do sindicalismo.

Como já foi tratado no âmbito mundial, no Brasil o neoliberalismo também alcançou uma hegemonia sem paralelo, tanto no aspecto cultural individualista e competitivo, na demonização da organização coletivas das massas populares, no incentivo ao chamado terceiro setor como forma de organização possível, muitas vezes totalmente atrelado ao Estado, quanto na produção teórica de explicação da realidade brasileira, tornando as iniciativas mais críticas quase inexistentes e boa parte da intelectualidade passando à produção do conhecimento voltada para implementar medidas compatíveis com o receituário neoliberal. É emblemático que Fernando Henrique Cardoso, o “príncipe dos sociólogos” brasileiros, tenha sido o presidente responsável por uma implementação mais planejada do neoliberalismo.

Fato é que o neoliberalismo, entrando no século XXI, continua ditando as regras no Brasil e no mundo, mas não sem enfrentar profundas crises e resistências, sobretudo pelas consequências das suas próprias ações. Por um lado, ocorrem no âmbito social, com o acirramento das desigualdades que colocam limites na aceitação popular, mesmo com as organizações e instituições da classe trabalhadora destróçadas. Do outro, se dão no âmbito econômico, com uma estagnação de décadas do crescimento econômico mundial e maior ainda em vários Estados de capitalismo central. E ainda crises ambientadas na incapacidade de seguir com a liquidez de ativos no mercado, que anda longe de condizer com um aumento proporcional no âmbito da produção.

Anderson (1995), em palestra de 1994, dizia que o destino do neoliberalismo na América Latina dependia tanto do destino deste no mundo quanto na capacidade dos movimentos que ele designou de populistas (ou obreiristas) para barrar esse fenômeno internamente. Trataremos, na seção seguinte, das metamorfoses e continuidades do neoliberalismo no Brasil sob governo oriundo dos movimentos sociais dos anos 1980.

3.3 Os governos PT e o fortalecimento da extrema-direita

Já foi tratado aqui, de forma sumária, dos governos PT e sua opção pela governabilidade. O período dos governos petistas, que vai de 2003 a 2016, é marcado, na maior parte do tempo, por um ciclo de crescimento econômico do país ancorado pelos altos preços de commodities. Sua sustentação se deu basicamente pelo uso de políticas sociais focalistas de combate à

extrema pobreza, pelo aumento tímido, mas progressivo, do valor real do salário mínimo e pelo incentivo ao consumo, além da cooptação, em graus variados, de movimentos sociais que outrora, na história recente do país, foram fundamentais na retomada das lutas populares e conquistas de direitos.

É importante dizer que as características desses governos descritas acima os diferenciam dos governos mais agressivamente neoliberais de Fernando Henrique Cardoso, que foram o suficiente para uma transformação considerável na vida das massas trabalhadoras brasileiras. O poder de consumo dos trabalhadores, se andou longe de se equiparar ao período de implementação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), no governo Vargas, melhorou de forma palpável se comparado com as duas últimas décadas, marcadas por crises hiperinflacionárias, pelo crescimento do desemprego estrutural e retirada de direitos devido à implementação do neoliberalismo.

Dito isto, pode-se agora passar a uma análise macroeconômica que nos revela que o substancial do neoliberalismo foi mantido nos governos petistas. O tripé defendido pelo Consenso de Washington – superávit primário, metas inflacionárias e câmbio flutuante – foi defendido e mesmo garantido com maior rigor a partir de 2003.

Segundo o bloco ideológico novo desenvolvimentista, o Brasil viveria uma etapa do desenvolvimento capitalista inédita por conjugar crescimento econômico e justiça social — o que inauguraria um original padrão de acumulação no país, o social-desenvolvimentismo — e, no limite, por apontar para o rompimento com o neoliberalismo ou o subdesenvolvimento (CASTELO, 2012, p.615).

O novo desenvolvimentismo propõe-se, assim, como herdeiro do desenvolvimentismo característico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e de Celso Furtado em meados do século XX no Brasil, mas não só aqui. É um termo vago para designar um conjunto de proposições que visavam uma elucidação dos principais problemas brasileiros de então, que seria o subdesenvolvimento e a dependência em relação ao mercado mundial, ou, melhor definindo, ao capitalismo imperialista.

O centro dessa reflexão consiste no esforço de equacionar os nós que devem ser desatados para que a expansão das forças produtivas possa ser associada à solução dos problemas fundamentais da população. Nessa perspectiva, acumulação de capital, avanço das forças produtivas e integração nacional constituem aspectos indissolúveis de um mesmo problema: criar as bases materiais, sociais e culturais de uma sociedade nacional capaz de controlar o sentido, o ritmo e a intensidade do desenvolvimento capitalista. O desenvolvimentismo foi, portanto, uma arma ideológica das forças econômicas e sociais que, no momento decisivo de cristalização das estruturas da economia e da sociedade burguesa, se batiam pela utopia de um capitalismo

domesticado, subordinado aos desígnios da sociedade nacional (SAMPAIO, 2012, p. 673-674).

As ilusões desenvolvimentistas foram aterradas no Brasil e em toda a América Latina por meio da contrarrevolução preventiva das classes dominantes. Com a Ditadura Civil-Militar, a burguesia brasileira deixava em evidência sua pouca inclinação progressista e democrática, firmando sua dominação por meio de uma autocracia e, quando da retomada democrática, mantendo-se com o controle do Estado e dando pouca margem real para socialização da política, isso se intensifica com o neoliberalismo pouco afeito à participação popular.

A retomada de um desenvolvimentismo novo, além de já ter se mostrado inviável na sua formulação inicial, dada a construção da dominação burguesa por meio autocráticos, deixa de lado em suas perspectivas questões fundamentais do desenvolvimentismo do século XX, reduzindo esse conceito à intensificação da industrialização e modernização da economia.

Ou seja, fica de fora do debate a questão da autonomia nacional, visto que se mantém o tripé neoliberal e a integração social, já que o tratamento para a desigualdade é simplesmente substituído pela contenção focalista da extrema pobreza, e mesmo o incentivo ao consumo se dá em grande medida pelo endividamento da população, seguindo nesse quesito uma orientação neoliberal global.

[...] procuram uma terceira via que evite o que consideram o grave problema do neoliberalismo — a cumplicidade com o rentismo — e o que atribuem como as inaceitáveis perversidades do velho desenvolvimentismo — o nacionalismo anacrônico, a complacência com a inflação e o populismo fiscal. O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo — compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional — com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo — comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social (SAMPAIO, 2012, p.679).

Em resumo, a teorização neodesenvolvimentista é pragmática, sustentou-se historicamente sob a égide de um curto ciclo de crescimento econômico brasileiro e desconsiderou as questões mais totalizantes que o já problemático desenvolvimentismo do século XX trabalhou a relação de dependência e subdesenvolvimento marcada pelas profundas desigualdades sociais que sustentam o capitalismo brasileiro. Deixando de lado essas questões, o neodesenvolvimentismo pode coexistir com o neoliberalismo.

Não se questiona a possibilidade de a igualdade social e a soberania nacional serem simplesmente antagônicas com a estabilidade da moeda, a austeridade fiscal, a

disciplina monetária, a busca incessante da competitividade internacional, a liberalização da economia. Procura-se o segredo da quadratura do círculo que permita conciliar crescimento e equidade (SAMPAIO, 2012, p.680).

Sem levar em consideração a dupla condição brasileira, de subdesenvolvimento e dependência, a atuação dos governos petistas manteve-se refém dos ditames do mercado internacional. O desenvolvimentismo do século XX era uma crítica rica à condição brasileira e à busca de maneiras para escapar dessa condição, por meio das chamadas reformas estruturais. Não foi abraçada pelas classes dominantes, pois requeria radicalidade política e rompimento com as regras impostas pelo imperialismo, então se optou pela contrarrevolução e pela adequação às novas configurações do monopolismo.

Nesse sentido, a orientação mal nomeada neodesenvolvimentista – ou seja, nomeada por razões puramente ideológicas, propagandistas – não só corresponde ao desenvolvimentismo como em seus aspectos centrais é o seu completo oposto.

O que se constata claramente é: desindustrialização, dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; maior desnacionalização; perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo financeiro; maior concentração de capital; e crescente dominação financeira, que expressa a subordinação da política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação (GONÇALVES, 2012, p. 638).

O ciclo de crescimento econômico proporcionado principalmente pela alta dos preços dos *commodities* no mercado internacional foi essencial para a estabilidade política, para o fortalecimento dos salários e para as ações focalistas nas políticas sociais.

Nos dois primeiros anos de Lula da Silva no Palácio do Planalto, a ortodoxia das contrarreformas, o “ajuste” no orçamento público e juros muito altos deixaram pouco espaço para que se pudessem enxergar muitas novidades, nos anos seguintes, com as condições favoráveis no mercado internacional (especialmente para a exportação de *commodities* e atração de investimentos estrangeiros, com a garantia das taxas ainda elevadas de juros e a “confiança” no PT) foram alargadas as margens para uma política de financiamento estatal indutoras de investimentos privados. A ação do BNDES financiando a juros, na prática negativos, complementada pelo Banco do Brasil e a Caixa econômica Federal financiando as empresas menores e o consumo (turbinado também pelo crédito direto ao consumidor e pelo empréstimo consignado, operados pelo setor privado e com rentabilidade muito elevada), combinou-se com as grandes encomendas do setor público (obras do PAC, da Petrobrás, etc.) de forma a gerar um momento de crescimento econômico que se estendeu até que a crise internacional atingisse o país em 2008 (com seus piores momentos em 2009 (MATTOS, 2016, p.101-102).

A crise mundial iniciada em 2008-2009 com a crise do mercado habitacional nos Estados Unidos pôde ser momentaneamente escamoteada no Brasil, mas os efeitos globais em algum momento chegariam, como chegaram, exigindo da burguesia maior pressão para retirada de direitos e transferência do fundo público para garantir suas taxas de lucros.

Mauro Iasi (2017) sustenta que vivenciamos no Brasil uma dupla crise, política e econômica. Se o marco da nova crise mundial é 2008-2009, no Brasil temos um marco da nova conjuntura voltado para um evento essencialmente político, que são as jornadas de junho de 2013, mesmo que seja necessário apontar que essas crises estão visceralmente interligadas.

Sabemos que toda crise política na sociedade capitalista tem seu fundamento nos processos cíclicos da acumulação de capitais, isto é, na alteração da composição orgânica do capital, da tendência à queda da taxa de lucro e as barreiras e desproporções que o próprio processo de valorização coloca em movimento; no entanto, [...] nem sempre a relação entre crise econômica e sua expressão política é assim tão simples (IASI, 2017, p. 421).

As jornadas de junho de 2013 surgiram das manifestações com pautas de esquerda, como já mencionado, principalmente a luta contra o aumento no preço das passagens de transportes públicos em São Paulo, mas depois se estendendo a várias metrópoles e cidades de grande e médio porte em todo o país. Essas manifestações foram ampliando sua pauta para outros serviços essenciais como educação, saúde, habitação e contra a violência policial que agiu ferozmente na tentativa de sua contenção.

Quando ganham grandes dimensões, e depois da tentativa da grande mídia e dos governos de criminalizá-las, essas manifestações começam a ser infiltradas por grupos e pautas mais impalpáveis, voltadas para o combate à corrupção (estéreo, já que propagandeada de forma idealista e nada propositiva) e, por fim, a grande massa incorpora inclusive pautas marcadamente de direita, com o combate a qualquer organização política, inclusive o Movimento Passe Livre (MPL), que iniciou as manifestações. Essa virada se dá em especial pelo incentivo e pela manipulação da grande mídia.

Depois das jornadas de junho houve um acirramento da luta de classes que se evidencia até hoje, por um lado aumentaram as greves, as ocupações de escolas e de terrenos urbanos sem utilização social, as mobilizações populares em geral e vários movimentos sociais ganham maior destaque e alcance.

[...] o junho espontâneo e de massas nas ruas foi antecedido por greves organizadas pelo combatido movimento sindical brasileiro e estimulou uma série de outras, incluindo aí diversas greves que puseram em questão a burocracia sindical pelega. Mas não só o movimento sindical nutriu-se das energias de junho: movimentos em

torno de bandeiras da classe trabalhadora não relacionadas diretamente ao trabalho também cresceram, vide o salto no número de ocupações e na presença político-social do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) após junho, demonstrando que, ante a precariedade e a informalidade de amplos contingentes da classe trabalhadora brasileira, movimentos territorializados podem cumprir um papel conscientizador e mobilizador fundamental (MATTOS, 2016, p. 96).

Por outro lado e concomitantemente, iniciam-se massivas mobilizações de direita há muito deixadas de lado no Brasil, pela característica autocrática e depois neoliberal das classes dominantes daqui. Desse novo movimento de direita é que resultará, anos mais tarde, o impedimento do Governo Dilma, pondo fim ao chamado neodesenvolvimentismo e colocando em xeque a estratégia democrático-popular do PT.

Mas antes disso, o Brasil passou por outro processo eleitoral para presidente em 2014, mais uma vez ganho pelo PT e pela segunda vez por Dilma Rousseff. Com a margem de votos mais acirrada desde 2002, o PT ganhou as eleições contrapondo-se ao projeto mais abertamente neoliberal apresentado pelo PSDB, contudo, Dilma e o PT cometeram, desde o início do segundo mandato, um verdadeiro estelionato eleitoral, visto que intensificaram os cortes sociais, a retirada de direitos trabalhistas e a repressão a movimentos sociais, justamente o que tinham combatido no projeto eleitoral do PSDB em 2014.

[...] após as eleições, ficou cada vez mais evidente que as propostas da campanha de Dilma de preservar direitos dos trabalhadores, evitar o caminho das privatizações e manter o baixo nível de desemprego por meio de políticas de estímulo à produção eram apenas o que eram: promessas de campanha. A manifestação mais acentuada dos efeitos da crise econômica internacional sobre o país gerou uma resposta pós-eleitoral conservadora e ortodoxa do governo reeleito, com a adoção das internacionalmente conhecidas medidas de “austeridade”. Os cortes do orçamento público nas áreas sociais – especialmente na educação – e retirada dos direitos relativos ao seguro-desemprego e pensões de viúvas foram as primeiras indicações de que mais uma vez a conta da crise deveria ser paga pelos trabalhadores. [...] Assim, não haveria porque esperar que a classe trabalhadora fosse às ruas defender “seu” governo contra as ameaças da direita golpista (MATTOS, 2016, p. 98).

O Governo de Temer é ilegítimo mesmo que analisado dentro das fundamentações legais de um estado que mantém suas características autocráticas, já que as ações que levaram ao *impeachment* de Dilma Rousseff não foram fundamentadas em razões legais, e simplesmente políticas.

Evidentemente a interrupção do mandato presidencial só pode se dar em choque com um ordenamento institucional e político estabelecido, mas a forma na qual se processou o ataque buscou revestir-se de legalidade. O zeloso acompanhamento do STF foi essencial para essa cortina de legalidade para acobertar um ato ilegítimo. O cenário conjuntural descrito permite aos usurpadores alegar a continuidade da normalidade institucional, a permanência das regras da disputa política eleitoral e, portanto, a possibilidade da alternância política, o uso seletivo da perseguição política,

aqui também encoberta de uma judicialidade que busca legitimá-la (IASI, 2017, p. 414).

Por parte da direita oposicionista e conservadora que abandonou as antigas alianças com o PT para juntar-se numa conspiração, essa ação para si podia representar a possibilidade de fuga das acusações de corrupção. Por parte do grande capital significava uma aposta num novo momento de governo que implementasse as contrarreformas necessárias para aprofundar o saque ao fundo público e para intensificar a exploração à classe trabalhadora. Ou seja, para o grande capital trata-se mais de divergência de gestão do seu Estado do que razões ideológicas e éticas mais profundas.

As razões das posturas do PT nos momentos que antecedem o golpe de 2016 devem ser buscadas na própria estratégia democrático-popular, que, segundo Iasi (2017), tem no PT sua forma de expressão organizativa e política e seu desenvolvimento histórico, incluindo os anos em que esse partido ocupou o Governo Federal, mesmo que essa formulação não seja exclusiva desse partido.

Até a Ditadura Militar, o que predominou na esquerda brasileira foi a estratégia democrático-nacional, que teve no Partido Comunista Brasileiro (PCB) sua maior expressão. Desde a década de 1920, esse partido formulou e se organizou a partir dessa formulação, mesmo que com mudanças táticas muito grandes entre o seu início e a década de 1980.

Essa estratégia baseava-se no entendimento de que o capitalismo brasileiro não estava totalmente implementado, visto que as heranças coloniais não foram superadas. Assim, a revolução socialista no Brasil precisava de uma “etapa” precedente, que garantisse as reformas de base necessárias para criar um país capitalista e uma classe operária forte o suficiente para seguir numa perspectiva de ruptura revolucionária.

A etapa democrático-nacional da revolução brasileira pedia – no entendimento dos comunistas e das demais organizações que seguiam essa linha – uma frente de atuação de todos que se colocassem contra o imperialismo e o latifúndio, que incluía as organizações revolucionárias, democráticas e a burguesia nacional. O Golpe Civil-Militar de 1964 trouxe à tona a realidade sobre a burguesia brasileira, ela já era atrelada aos interesses imperialistas e preferia uma associação subordinada ao capitalismo monopolista do que qualquer tipo de ação radical com as organizações dos trabalhadores.

É nesse vácuo de formulação estratégica e na decadência do PCB como partido de massas que surgem as grandes mobilizações pela democratização e pela retomada da luta dos

trabalhadores, sobretudo da classe operária, por meio das grandes greves do ABC Paulista. Assim surge a organização e a criação do novo partido de massas da esquerda brasileira, o PT.

O novo partido surgido entre 1979 e 1980, teria que firmar sua posição diferenciando-se da tradição comunista, e isso não pela necessidade de compreensão aprofundada dessa herança, mas pela intensa luta dentro do sindicalismo que obrigava a uma demarcação com a linha do PCB e do PCdoB, que apoiavam e participavam de máquinas sindicais controladas por pelegos [...]. Outra razão, não menos importante, é que o PT acabou por ser o desaguadouro de um conjunto de militantes e organizações que romperam com o PCB no contexto da derrota de 1964, ou que dele já vinham divergindo, como é o caso da corrente trotskista desde os anos de 1920, e que haviam acumulado críticas à formulação estratégica determinante no período passado (IASI, 2017, p. 287).

O PT rompe, assim, com o erro crucial da estratégia anterior – e que continuava existindo nas formulações dos comunistas do PCB e do PCdoB –, a crença na atuação conjunta com a burguesia nacional contra os interesses monopolistas e latifundiários. O novo partido, acertadamente, classifica o capitalismo brasileiro como completo, e aposta na unidade dos trabalhadores e massas populares como forma de luta.

Contudo, o PT continuou repetindo a tese de disputa do Estado para implementação das reformas em atraso, e formulou a estratégia conhecida como democrático-popular, que atuaria dentro da ordem por meio das eleições e por fora dela através dos movimentos sociais, buscando espaços de disputa para forçar a implementações dessas reformas.

Iasi (2017) defende que se pode falar de uma continuidade do projeto democrático-popular até o fim do governo do PT, já que, se a recusa da aliança com a burguesia nacional e a meta socialista se esvanecem a partir dos anos 1990, outras características dessa estratégia se intensificam, ganham centralidade ao longo dos anos 1990 e depois do ganho eleitoral de 2002.

A concepção de um Estado agora democrático que estaria em disputa e a possibilidade de acúmulo de forças para conseguir as reformas estruturais que consolidariam o capitalismo brasileiro se mantiveram em pé e até se reforçaram, até que no Governo Federal o PT se entregou totalmente ao pragmatismo da disputa eleitoral.

As alianças e o programa se mostram, dessa forma, secundários em relação ao acúmulo de forças, a mediação democrática é mais essencial que seu caráter popular; não por acaso, nas formulações, o termo forte passa a ser “uma revolução democrática”, caindo para segundo plano o qualitativo popular (IASI, 2017, p. 310).

Não se trata, como pode parecer, de um desencadeamento pré-estabelecido dessa estratégia. O caráter combativo do PT nos anos 1980 e sua estratégia possibilitavam uma série

de caminhos diferentes mesmo com as determinações histórico-políticas dos anos que se seguiram, com a implementação neoliberal no Brasil.

Deve-se destacar que a forma assumida não é mera objetividade inescapável; havia outras possibilidades de objetivação da estratégia democrático-popular, formas mais radicalizadas como aquelas que se expressam na Venezuela ou na Bolívia. Nessa direção, as opções políticas do PT no governo acabaram por conformar uma alternativa muito rebaixada dessa estratégia adotada (IASI, 2017, p. 425).

O PT possibilitou, assim, a implementação do que Fernandes (2005) chamou de democracia de cooptação. Segundo o autor, havia um impasse para a completude dessa revolução, que era o caráter autocrático da burguesia nacional que, por conta da sua associação dependente com o imperialismo, não possibilitava margem de abertura política que permitisse uma hegemonia efetiva. A burguesia não poderia oferecer quase nada em troca de uma margem maior de apoio popular.

Segundo Iasi,

O PT ofereceu a saída para esse impasse. Organizou o consenso em torno de uma alternativa que garantia os patamares de acumulação de capitais e o apassivamento dos trabalhadores nos limites da ordem burguesa em troca de dois aspectos principais: emprego e capacidade de consumo para os empregados e programas sociais compensatórios, focalizados e neoassistenciais, para os miseráveis. (2017, p. 311)

Após as eleições de 2014, setores da direita político-partidária seguiram no seu objetivo de minar o governo petista, desde uma tentativa desesperada de pedido de recontagem de votos, até a ação do Congresso Nacional de inviabilizar o governo de Dilma, mesmo com todas as medidas que esse governo tomou para garantir a governabilidade, abrindo mão das poucas diferenciações que tinha com o projeto que enfrentou nas urnas.

Mas como já se argumentou até aqui, o governo petista, além de continuar apostando na institucionalidade, não tinha saída. O pedido de radicalidade de setores de esquerda do partido e de apoiadores fora dele encontrava uma barreira difícil de ser quebrada: o PT durante 13 anos de governo não havia em nenhum momento chamado os trabalhadores e as massas populares às ruas, adequou-se à forma de atuação dos partidos da ordem inclusive nisso, agindo no sentido oposto, de apassivar os trabalhadores utilizando-se dos sindicatos, centrais e movimentos sociais que tinha maior controle, já altamente burocratizados e ligados aos jogos políticos institucionais.

Num processo já avançado do *impeachment* as organizações ligadas ao petismo tentaram criar movimentos de massas contra o golpe – e inclusive tiveram apoio da maioria dos

setores que se mantiveram como oposição de esquerda durante seus governos –, mas já era tarde e sua capacidade de mobilização não foi suficiente, assim como não está sendo suficiente para barrar as ações seguintes, como a prisão política do ex-presidente Lula da Silva.

Paradoxalmente, foi nas ruas que a direita brasileira iniciou a movimentação para seu novo ciclo. A herança da sua infiltração nas jornadas de junho de 2013 foi um novo método de atuação. A direita brasileira havia abandonado as ruas desde o processo político que culminou com o Golpe civil-militar de 1964, e mesmo nessa época, logo após o golpe, não mais agiu no intuito de mobilizar suas bases, até sua atuação no intuito de germinar o *impeachment* de Dilma Rousseff.

Grupos de extrema-direita tiveram papel importante na retomada da mobilização de rua. Entende-se aqui como extrema-direita os grupos de direita que buscam se diferenciar da direita tradicional – e atualmente neoliberal – criticando-a pelo seu tom democrático-liberal (ANDRADE, 2014). A extrema-direita repudia os mecanismos democráticos dos Estados Nacionais por considerar que eles enfraquecem a “nação”, rompendo com a instituição família, os valores morais e religiosos. Orienta-se no sentido de implementar um Estado autoritário, apoiado no patriotismo, aliado às forças militares e policiais, em uma sociedade hierárquica e meritocrática, atacando qualquer forma de oposição organizada a seus ideais, criando padrões étnicos, de orientação sexual e religiosos que devem ser seguidos.

Parece nítida a semelhança com as características do fascismo, que segundo Konder é:

[...] uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração de capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara 'modernizadora', guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário. Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhes a influência junto às massas); e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas de consumo dirigido, bem como a existência nele de um certo nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é, a existência do capital financeiro (KONDER, 2009, p. 53).

Segundo Andrade (2014), a extrema-direita tem em suas conformações nítidas características do fascismo de outrora, buscando uma sociedade harmoniosa, homogênea (étnica e culturalmente), sem conflitos de classe, idealizando um retorno a uma sociedade tradicional idílica baseada na família, na religião e no fortalecimento da “nação” em contraponto aos objetivos individuais e principalmente de grupos específicos (usualmente

grupos historicamente oprimidos). Não à toa Leandro Konder, já em 1977, falava da continuidade de um fascismo germinativo, que esperava horas mais propícias de voltar a mostrar-se. Parece que esse momento, não só no Brasil, mas no mundo, chegou.

[...] Privado dos grandes respiradouros bélicos, o fascismo evolui contrafeito, caminha com dificuldade. Mas o sistema se recusa a deixá-lo morrer, porque precisa dele: dá-lhe injeções, reanima-o, sugere-lhe sucedâneos para os alimentos que lhe faltam, guerras 'localizadas', guerras 'intestinas', 'agressões internas', etc. Se não é possível vendê-lo por atacado, tenta-se vendê-lo no varejo, a prestações. Os mitos racistas e o antissemitismo estão desgastados, mas a 'demonização' do socialismo continua a funcionar com excepcional eficácia. Políticos que nunca leram Hitler nem Mussolini falam do socialismo como uma força essencialmente antinacional, que deve ser implacavelmente combatida e aniquilada em nome da grandeza da nação, servindo-se quase que textualmente de expressões caras aos dois ditadores. As condições atuais da luta não animam o capital financeiro a correr o risco de apoiar partidos de massa, capazes de empunhar bandeiras com cruces suásticas nas ruas: é preferível tentar manipular a 'maioria silenciosa', que fica discretamente em casa, entregue ao consumo da Coca-Cola e da televisão. Novos padrões de conduta política passam a ser inculcados sob a capa de atitudes 'não políticas'. As circunstâncias exigem dos fascistas que eles sejam mais prudentes e mais discretos do que desejariam. Pragmaticamente adaptam-se às exigências dos novos tempos. Mas continuam a trabalhar, infatigavelmente, preparando-se para tempos 'melhores', que lhes permitam maior desenvoltura (KONDER, 2009, p.178).

Entende-se assim que o termo fascismo é o melhor conceito para entender essa nova onda conservadora extremista. Contudo, como não temos no Brasil um partido desses movimentos de forma unificada – apesar da candidatura com força crescente de Jair Bolsonaro – será mantido aqui o termo extrema-direita para tratar dessa movimentação dos últimos anos, mas deixando evidente suas características fascistas.

Esses grupos de uma mal chamada “nova direita” tiveram papel mobilizador forte nas manifestações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, desde propagandistas com muito destaques nos grandes meios de comunicações como a formação de novos movimentos para uma atuação diretamente política.

[...] essa direita histórica foi ganhando cada vez mais apelo de massas. Parece fornecer uma narrativa plausível para grupos sociais exasperados e ensandecidos, numa imagem grotesca muito parecida com a base social do Tea Party do Partido Republicano estadunidense: uma mistura de neoliberalismo hardcore com fundamentalismo cristão (MELO, 2015, p. 5).

A junção de um neoliberalismo extremado com fundamentalismo religioso não é um fenômeno novo. Em muitos países essa atuação militante foi a base necessária para as implementações neoliberais. No Brasil há certa confluência desses pensamentos desde a década de 1990, contudo, aqui não se havia utilizado dos movimentos de massas até então.

O tradicionalismo católico chileno e argentino foi ativamente apoiador das ditaduras militares neoliberais dos anos 1970. Os fundamentalistas cristãos nos EUA foram muito influentes durante o governo Reagan, que contou com estes em sua cruzada contra os sindicatos e pela liberalização geral do sistema financeiro. E o conservadorismo foi o emblema do governo Margareth Thatcher, e isso não só pelo fato prosaico deste ser o pedigree ideológico do partido da “Dama de Ferro”. Nesse sentido, a atual aliança entre o fundamentalismo neopentecostal com os players do Think Tanks neoliberais no Brasil não é uma particularidade brasileira, mas uma característica geral da nova direita (MELO, 2015, p. 9).

Foi assim que essa conjunção de grupos políticos teve à frente movimentos de direita, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o “Vem pra rua”. E não é arriscado dizer que essas movimentações tiveram sua tática pensada por esses movimentos, mas por trás delas há uma série de organizações voltadas para o debate ideológico e para a formação política de quadros políticos, os chamados *Think Tanks*.

Essas organizações também não são novas no mundo e nem no Brasil, a própria sociedade de Mont-Pelerin, que inicialmente abrigou os parques pensadores aristocráticos neoliberais é um *Think Tank*. Contudo, é na onda neoliberalizante dos finais da década de 1970 que essas organizações passam a se proliferar mais. Essas organizações, além de numerosas em todo o mundo, criaram redes de ligação e de financiamento bastante amplas.

O Atlas Network, por exemplo, é um grande *Think Tank* que tem como função interligar e arrumar financiamento para os *Think Tanks* com atuação mais direta voltado para seus países.

O Atlas Network atua basicamente como fomentador, financeiro e intelectual, de entidades que tem como princípio a defesa de “políticas públicas voltadas para o mercado”. Ajudam mais de 400 Think Tanks em mais de oitenta países – entidades que, formalmente (principalmente por questões legais), são orientadas a não se envolver diretamente na política partidária.

No Brasil, há nove entidades ligadas ao Atlas Network. É fato, portanto, que esse instituto é um elemento comum da conexão transnacional dessas entidades que, na prática, conformam um mesmo “partido”. “Muitos membros do Movimento Brasil Livre passaram pelo programa de treinamento do Atlas network, a Atlas Leadership Academy, e estão agora aplicando o que aprenderam no solo em que eles vivem e trabalham”, dizia artigo publicado no site da entidade (HOEVELER, 2016, p. 87).

Como se pode perceber, essa espécie de “*Think Tank* matriz” atua no sentido de financiar e de formar quadros nos demais países. O valor dessa ajuda financeira é difícil de precisar, pois além dos repasses diretos - e o Brasil é o país da América Latina que mais recebe -, o Atlas Network é responsável por fazer a ligação entre doadores e as organizações. Além do mais, o Atlas Network, apesar da principal, não é a única *Think Tank* que tem essa atuação de financiamento e formação transnacional.

Nesse sentido pode se apontar que, apesar de certa heterogeneidade das manifestações de rua de direita, são as organizações neoliberais privadas que tiveram e têm a maior capacidade de pressão sobre os governos, seja o petista quando ainda tentava resistir ao golpe, seja o governo ilegítimo de Temer ou o que substituí-lo futuramente.

O que fica evidente é que a associação dependente da burguesia brasileira a um capitalismo monopolista numa grave crise não lhe permite sequer uma mínima abertura política, mesmo que para uma democracia de cooptação. A volta de uma atuação mais coercitiva por parte da dominação burguesa no Brasil traz momentos de muita dificuldade para a classe trabalhadora e de necessidade de nova discussão de rumos estratégicos para suas organizações. Mas para isso é imprescindível compreender o que está em jogo para os grupos de extrema-direita e até que ponto a dominação burguesa no Brasil incorporará as demandas desses grupos.

4 AS IDEIAS DE VON MISES NA ATUAÇÃO POLÍTICA DA EXTREMA-DIREITA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Em Buenos Aires, na ponte da Boca: “Todos prometem e ninguém cumpre. Vote em ninguém”. Em Caracas, em tempos de crise, na entrada de um dos bairros mais pobres: “Bem-vinda, classe média”. Em Bogotá, pertinho da Universidade Nacional: “Deus vive”. Embaixo, com outra letra: “Só por milagre”. E também em Bogotá: “Proletários de todos os países, uni-vos!”. Embaixo, com outra letra: (Último aviso.) (Dizem as paredes/2, Eduardo Galeano).

Neste capítulo serão analisadas duas características centrais: redução do Estado nas políticas públicas, sobretudo as sociais, e o antidemocratismo/anticomunismo do pensamento de Ludwig Von Mises, que se expressam de forma contundente na atuação política dos grupos neoliberais que ganharam destaque no cenário sociopolítico brasileiro recente.

Para isso, começa-se com uma breve apreciação da relação entre ideias e mudanças societárias, identificando na atual conjuntura brasileira uma alteração de ciclo político – mantendo e acirrando o neoliberalismo - para as elites econômicas, ocasionado pela crise econômica mundial e usando como arma política as ideias dos grupos neoliberais de extrema-direita.

As características centrais desses grupos, recuperadas dos autores neoliberais clássicos, sobretudo Mises, serão estudadas levando em consideração as propostas do I Congresso

Nacional do MBL e artigos de 2016 a junho de 2018 dos dois principais expoentes do Instituto Ludwig von Mises Brasil – IMB: Hélio Beltrão, seu presidente; e Ubiratan Jorge Iorio, seu diretor acadêmico.

4.1 Von Mises como arma política

Em um pequeno texto intitulado “As ideias e a ação política na mudança histórica”, Perry Anderson (2003) apresenta de forma muito interessante, apesar de concisa, uma análise do papel das ideias nas grandes mudanças históricas, tentando desvincular-se de autores tanto à direita quanto à esquerda no espectro político que supervalorizam ou, pelo contrário, tentem desmerecer o papel da disputa ideológica nas transformações societárias. Condições objetivas e subjetivas sempre são elementos importante nas análises das transições históricas. O autor chega à conclusão que:

[...] as ideias contam no balanço da ação política e dos resultados da mudança histórica. Nos três grandes casos de impacto ideológico moderno: Ilustração, marxismo, neoliberalismo, o padrão foi o mesmo. Em cada caso desenvolveu-se um sistema de ideias, com um alto grau de sofisticação, em condições de isolamento inicial do –e tensão com– entorno político circundante e com pouca ou sem nenhuma esperança de influência imediata. Foi somente ao produzir-se o estalido de uma crise objetiva muito importante, da qual nenhum destes sistemas foi responsável, que recursos intelectuais subjetivos acumulados gradualmente nas margens de calmas condições adquiriram subitamente uma força intensa como ideologias capazes de ingerir diretamente sobre o curso dos acontecimentos. Tal foi o padrão nos anos de 1790, 1910 e 1980. Quanto mais radical e intransigente era o corpo de ideias, tanto mais impetuosos eram seus efeitos no contexto das turbulentas condições da época (ANDERSON, 2003, p. 413-414).

Vivemos mundialmente desde a década de 1980 em um mundo hegemônico pela ideologia neoliberal, que imperou inclusive em países onde havia governos que se diziam críticos a essa experiência. Ainda segundo Anderson (2003), “A prova de uma verdadeira hegemonia – como oposta a uma mera dominação – é sua habilidade para dar forma a ideias e ações, não tanto de seus defensores declarados, mas sim de seus adversários nominais” (p. 410).

Contudo, as características apresentadas pelo autor para as grandes transições históricas também se verificam nas pequenas mudanças históricas no interior de uma mesma hegemonia neoliberal. Tomando o Brasil como exemplo, tivemos um início de neoliberalização na década de 1980 que se tornou hegemônico na década seguinte, quando se operou uma implementação mais programática de acordo com o “consenso de Washington”, o Plano Real em 1993-1994. Depois houve a mudança para o que foi chamado de “neodesenvolvimentismo” no primeiro

governo de Lula da Silva. Acredita-se, e as evidências levam a isso, que nos encaminhamos para um novo ciclo da classe dominante no Brasil, que deixa de lado a tentativa de uma hegemonia em que o consenso cumpra a função primordial através de uma democracia de cooptação.

O *impeachment* de Dilma Rousseff é o marco dessa virada, por razões políticas se retira a presidenta eleita e se apoia o governo ilegítimo de Temer, já que chegou à presidência por manobras políticas que desrespeitam a Constituição da limitada democracia vigente no país, mesmo que justificadas legalmente por um Judiciário com atuação política evidente na manobra do impedimento.

A propaganda utilizada para essa virada política da dominação burguesa brasileira também se encaixa na caracterização de Anderson citada anteriormente, já que foram recuperadas as ideias extremadas de autores neoliberais clássicos que por décadas se mantinham existentes apenas no interior das pequenas organizações neoliberais militantes.

E ainda é fato que nessa virada teve papel importantíssimo a nova crise mundial do capitalismo iniciada em 2008-2009. Tanto a queda da habilidade petista de conter as mobilizações sociais quanto a sanha das classes dominantes em retirar o mínimo concedido pela democracia de cooptação petista são frutos diretos dos efeitos dessa crise. E se em momentos de crise exige respostas com pensamento extremado e intransigente, os autores e militantes neoliberais respondem bem a essa característica.

Como já foi mencionado anteriormente, o pensamento da Escola Austríaca, herdeira da economia marginalista, é representação ideal dos interesses dos setores rentistas da burguesia mundial. Não à toa o período de crescimento do neoliberalismo como pensamento hegemônico mundial e a forma de organização dos Estados nacionais são concomitantes à hegemonia do capital financeiro no mercado global.

Assim, a utilização da extrema-direita, tendo como núcleo base grupos militantes neoliberais, significa que, para a classe dominante brasileira, a saída para a crise só pode se dar fortalecendo ainda mais o capitalismo imperialista com hegemonia do capital financeiro, aderindo a já crescente onda de desindustrialização nacional e apoiando-se no mercado de *commodities* e na superexploração da força de trabalho dos brasileiros para manter o subdesenvolvimento e a dependência.

A Escola Austríaca de economia cumpre bem a função de arma política dos neoliberais atuais, em especial Ludwig Von Mises, pela utilização de uma metodologia completamente

subjetivista e pelo ataque ferrenho a qualquer forma de garantia de direitos por via do Estado e ao marxismo e ao comunismo, assunto ao qual o autor voltou especial interesse.

Assim, identificam-se duas características principais do pensamento de Mises retomadas pelos militantes neoliberais atuais que agem no sentido de formar e/ou potencializar uma unidade de extrema-direita e que tem ganhado progressivo apoio das classes dominantes convencidas da necessidade de abandonar a democracia de cooptação e radicalizar nas contrarreformas e na coerção violenta aberta. Essas características são a defesa do “estado mínimo” - para o social, obviamente - e o antidemocratismo e o anticomunismo, analisados em conjunto nas pautas e argumentações desses grupos.

Tudo isso estaria baseado no caráter sagrado da propriedade privada, que justifica todos os cortes no Estado e inclusive a suspensão “temporária” da democracia, como já foi visto anteriormente no pensamento de Mises e como se verificou na atuação neoliberal pelo impedimento de Dilma Rousseff.

Esse caráter antidemocrático tem uma justificação na própria validade do pensamento neoliberal como única ciência social válida e, portanto, outorga a seus defensores a possibilidade de decidir quando a democracia é possível ou não, ou melhor, as classes dominantes afirmam a validade da democracia, pois sabem o que isto representa de ganho político na luta de classes. Porém, criam a ideologia da restrição democrática como *modus necessário* da democracia existir neste momento histórico. “Deve se notar também que a ‘suspensão temporária’ da democracia ocorre em um tempo abstrato, até que a maioria ‘esteja convencida’ da manutenção da ordem da propriedade privada dos meios de produção, o que pode levar anos ou décadas” (AUGUSTO, 2014, p. 420).

Esse debate é importante para a discussão feita a seguir, pois torna compreensível a unidade entre setores que, para uma visão desatenta, poderiam parecer antagônicos, como o conservadorismo e o fascismo de um lado e o neoliberalismo do outro. Principalmente pelo fato de que os neoliberais, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, terem se utilizado do conceito de democracia (burguesa) como contraponto ao que chamaram de totalitarismo, conceito que abrigaria desde as experiências socialistas até o nazifascismo. É estratégico, portanto, o esquecimento do apoio explícito de Mises a Mussolini nos anos 1920.

É importante que se diga que a unidade entre esses grupos é possível, pois não há antagonismo entre eles, visto que para os neoliberais suas pautas progressistas podem ser facilmente abandonadas por necessidades táticas da conjuntura e para os conservadores e os

fascistas é plenamente viável, e muitas vezes desejável, uma linha econômica aos moldes defendidos pelos austríacos.

[...] a afinidade entre o liberalismo e o fascismo era de natureza prática e não apenas “inconsciente”. Cabe notar, [...] que os partidos de ultradireita na Europa hoje advogam políticas pró-mercado [...], isto é, advogam, “Mais Mises” (AUGUSTO, 2014, P. 420-421).

Como idealista que é, Mises geralmente advoga a supremacia das ideias sobre a materialidade socio-histórica. Defende com ênfase que o novo liberalismo deve conquistar espaço a partir do convencimento dos indivíduos, mas, como já demonstrado, não se esquivava de defender, também, o uso da força quando necessário. Todavia, mediante as experiências clássicas do fascismo na Itália e na Alemanha, a caracterização do fascismo muda e serve para o ataque aos alvos sempre primeiros: o socialismo e o comunismo.

Entretanto, ainda cumpre uma função concomitante, que seria o ataque aos direitos sociais nos países capitalistas centrais. “A mudança do Fascismo de uma política que mantém “inconscientemente” os valores liberais para uma “variante do socialismo” visava, portanto, um outro alvo: o Estado de Bem-estar das democracias ocidentais.” (AUGUSTO, 2014, P. 421). Para Augusto (2014) o que está em jogo na campanha “menos Marx, mais Mises”, alavancada por alguns *Think Tanks* neoliberais e movimentos como o MBL é o ataque à própria democracia liberal.

Quem então seria o verdadeiro alvo dos adeptos do “Mais (von) Mises”? Como vimos Von Mises escolheu os inimigos do neoliberalismo de acordo com as circunstâncias. Ao abandonar a defesa por princípio da democracia e ao estender o conceito de socialismo para qualquer situação em que o Estado não atua apenas como polícia, abriu as portas para o novo inimigo do neoliberalismo: a própria democracia liberal. É fácil constatar empiricamente que os defensores do “Mais (von) Mises” elegeram a democracia liberal como seu maior inimigo no presente. Uma breve olhada no site do Instituto Von Mises Brasil – eles não omitiram a origem aristocrática do seu mestre – nos brinda com textos com títulos como: “Como a democracia destrói a riqueza e a liberdade” (2013), de Frank Karsten; “A tragédia social gerada pela democracia” (2014), de Frank Karsten & Karel Beckman; “Porque a democracia precisa de Aristocracia” (2014), de Marcia Christoff-Kurapovna; “Porque a Monarquia é superior à democracia” (2009), e “Democracia: o deus que falhou (2008), ambos de Hans-Herman Hope. (AUGUSTO, 2014, P. 422)

Esse antidemocratismo atualmente se apresenta em um projeto de relativizar as formas de organização da democracia liberal para melhor cumprir as necessidades de uma sociedade em que o mercado é sacralizado. “Em resumo, propor “Mais Mises e Menos Marx” nas universidades hoje é propor a difusão de uma ideologia aristocrática que prega a ditadura de

elite, a formação de milícias privadas, a libertinagem da propriedade privada e o fascismo de mercado” (AUGUSTO, 2014, p. 424).

Além disso, o antidemocratismo serve como ferramenta para a implementação de contrarreformas que visam intensificar as características do Estado neoliberal.

O que propõe os libertinos de mercado para “salvar” a propriedade privada da democracia liberal? H-H Hope sintetiza a proposta: a alternativa é a “ordem natural” e “Em uma ordem natural, cada recurso escasso, inclusive toda terra, é gerido privadamente” (Hope, 2008); assim, a propriedade privada é apresentada como a alternativa à democracia liberal. [...] A proposta da ordem natural é a de uma ditadura de elite, liberta dos controles formais “coletivistas” de eleições, atuação de grupos de pressão e até mesmo de forças armadas públicas. Em tal ditadura, a direito de excluir – leia-se a discriminação – e a desigualdade seriam plenamente vigentes (AUGUSTO, 2014, p. 423).

A radicalidade das contrarreformas e a novidade da capacidade de mobilização desses grupos de extrema direita são o que possibilitaram, de fato, o apoio das classes dominantes brasileiras. Estas, apesar de sempre os terem mantido como aliados e assegurado seu financiamento, nunca havia os alçado a espaços de maior destaque na política até a atual conjuntura. Atualmente, o MBL já tem vereadores e deputados em vários Estados e tem um projeto de alcançar voos políticos maiores, a exemplo de vagas no âmbito do Legislativo Federal e, se constituírem base de apoio, de uma candidatura à presidência.

Em matéria publicada no sítio da internet da Revista Piauí (2017), a qual mostrava o conteúdo de conversas de um grupo em um aplicativo de celular - formado pelas lideranças do MBL e representantes, segundo a revista, do médio e alto escalão do mercado financeiro de São Paulo –, as lideranças do MBL expressavam, na informalidade, as suas pretensões políticas para as próximas eleições:

No fim da tarde do último domingo de agosto, Renan Santos mandou uma mensagem em tom definitivo para o grupo que ansiava por uma decisão do prefeito paulistano: “Jd será candidato”, teclou, referindo-se a João Doria, sem, no entanto, citar a fonte da informação. Alguém respondeu: “Dória e ACM Neto é o gabarito.” Em outras três mensagens, Santos continuou: “Com ou sem PSDB. A aliança q pode lhe eleger está no PMDB, DEM evangélicos agro e MBL. Nosso trabalho será o de unir essa turma num projeto comum”. E completou, menos de meia hora mais tarde: “Espero, de coração, q a tese q a gente defende (aliança entre setores modernos da economia + agro + evangélicos) seja aplicada. É a melhor forma de termos um pacto político de centro-direita, q dialoga com o campo e com a classe C.” (ABUDD, 2017)

Em resumo, pode-se observar, a partir do estudo das características gerais do pensamento de Von Mises e de como atuam esses grupos neoliberais na atualidade, uma retomada dos fundamentos de seu pensamento como arma para empreender mudanças na forma de

organização do Estado e da sociedade. Os argumentos, inclusive, são praticamente os mesmos usados por Mises há praticamente um século atrás, naturalizando e eternizando o modo de produção capitalista. Abaixo vemos o que Hélio Beltrão, presidente do IMB, diz a respeito:

[...] hoje, um indiano médio vive muito melhor que um inglês há 200 anos. O habitante de um dos países mais pobres de hoje vive melhor que o cidadão do melhor país do início do século XIX. Isso atesta a favor do mercado. Nós nascemos na natureza, temos de construir formas de viver melhor e de conseguir sobreviver. Não é direito adquirido que todos nascerão com direito a tudo. Existem pessoas desassistidas no mundo inteiro e temos que lidar diretamente com esses desassistidos, pode ser ajudando diretamente, via governo ou não. Mas sempre temos de ter a confiança, pelo menos como liberais, que quanto mais liberdade para empreender e agir você tiver, maior a prosperidade. Isso tem lógica, funcionou no passado e melhorou o padrão de vida do indiano, por exemplo, que hoje vive muito melhor que um cidadão há 200 anos na Inglaterra (BELTRÃO, 2013)²⁷.

Serão analisadas a seguir as propostas que sintetizam o ideário de “estado mínimo” e de ataque à democracia na atuação desses grupos, em uma aliança de setores de extrema-direita, a partir dos seguintes eixos: educação, saúde, economia, reforma política e justiça.

4.2 A regressão de direitos como carro-chefe das pautas de extrema-direita

Essa unificação da extrema-direita, tendo como núcleo aglutinador o setor neoliberal militante, ganhou espaço na sociedade brasileira apresentando respostas à crise política inaugurada pela crise do PT como gestor do Estado. Como tratado anteriormente, essa militância neoliberal não nasceu da atual crise, mas foi nela que encontrou o caminho necessário para crescer e aparecer. O neoliberalismo brasileiro não teve, como em outros países, uma atuação militante aberta desde o início, apresentou-se de forma tímida, mesmo que contundente em suas contrarreformas e sua atuação ideológica. O presidente do IMB diz:

Creio que o Brasil vem tendo algum sucesso desde 94/95, quando os políticos foram forçados a fazer um ajuste nas contas públicas, na inflação, no câmbio etc., porque ninguém aguentava mais aquela inflação desenfreada, aquele completo descontrole do governo que causava enormes incertezas e prejuízos ao setor privado. Finalmente, então, eles foram obrigados a fazer esse ajuste em três variáveis. Em primeiro lugar na inflação, ou seja, não mais ter uma inflação alta. Em segundo, nas contas públicas, ou seja, o governo não gastar mais do que arrecada descontroladamente — eles continuam gastando mais do que arrecadam, mas não descontroladamente. E finalmente, no balanço de pagamentos, no qual tínhamos perdas de reservas que obrigavam o governo a fazer sucessivas maxidesvalorizações cambiais para evitar

²⁷ Nenhuma das citações que se seguirão nesse capítulo dos artigos retirados do sítio do IMB na internet possui paginação, como consta nas suas referências.

novas perdas de reservas. Com o câmbio flutuante, isso foi minimizado (BELTRÃO, 2013).

Em resumo, o neoliberalismo não se mostrou desde o início como grupo político, e disputou hegemonia sem “dizer” a que veio, sobretudo nas campanhas eleitorais. Foi com a crise do “neodesenvolvimentismo” petista que alcançam notoriedade organizações e entidades que há décadas desenvolviam esse pensamento.

Contudo, quando necessário, esses grupos neoliberais flexibilizam suas propostas para conseguir alianças com os setores mais conservadores da sociedade. Nessa linha, pode-se observar que desaparecem das propostas neoliberais pautas anteriormente assimiladas pelo ideário liberal de defesa das liberdades individuais como discriminação e legalização do aborto e das drogas, liberdade religiosa, liberdade de expressão, dentre outras.

Os autores e militantes neoliberais sempre tiveram preocupações práticas e imediatas em suas atuações. No Brasil atual, a observação atenta dos seus movimentos e do uso da obra de Von Mises evidencia que seu objetivo mais urgente é a conquista de contrarreformas potencializadoras das características neoliberais, assumidas pelo Estado desde os anos 1990. Pode-se qualificá-los como uma militância que busca a neoliberalização total do Estado brasileiro.

É com essa flexibilidade de princípios e focando nas pautas que agradam às elites econômicas que a extrema-direita cresceu em apoio e foi possível tornar-se um dos sujeitos centrais para a inauguração do novo ciclo da direita brasileira. Como exemplo, pode-se citar a sua atuação conjunta com políticos profissionais veteranos e ligados a casos públicos de corrupção, como Eduardo Cunha. Não à toa seu apoio velado ao governo de Michel Temer:

Diante desse verdadeiro descalabro das finanças do estado brasileiro, do quadro de retração da produção, de desemprego e de inflação acima da meta, só analfabetos em Economia podem negar que o múnus do novo governo é simplesmente gigantesco e que a árdua tarefa deve começar pela arrumação das contas públicas. Isso explica o cariz de austeridade que Meirelles, acertadamente, vem ostentando desde que assumiu a Fazenda e a Previdência, o que nos impõe a obrigação de chamar a atenção para a qualidade do inadiável ajuste que precisa urgentemente ser feito (IORIO, 2016c).

A luta desses setores contra o que chamam de “intervencionismo estatal” é antiga e foi um dos temas principais dos autores fundadores do neoliberalismo. Na sua atuação contemporânea no Brasil isso se repete, seu carro-chefe de atuação é pelas contrarreformas do Estado:

Nossa economia precisa, como condição necessária — embora não suficiente — de uma forte e vigorosa — e posso até afirmar categoricamente: radical — mudança no regime fiscal, porém conduzida nos seguintes termos: reforma tributária para valer, com eliminação de nosso manicômio tributário, extinção da maioria dos tributos e expressiva redução de alíquotas; e cortes profundíssimos nos gastos do setor público, especialmente nos destinados ao custeio. É evidente que tais condições pressupõem reformas pesadas no estado, como a administrativa, a previdenciária, uma desregulamentação severa, privatizações abrangentes e conduzidas sem espalhafato e sem leilões, mas com a simples venda em bolsa de ações das empresas estatais ao setor privado, e outras reformas que apontem no mesmo sentido (IORIO, 2016a)

Vejamos, inicialmente, algumas das propostas do MBL (2015, p. 2) para a educação no Brasil:

Quadro 1: Propostas do MBL para a educação
Implementação do sistema de vouchers para ensino básico, fundamental, médio e superior, com valor igual para todos os alunos de cada nível. Complemento separado para alunos com deficiência.
Legalização do homeschooling.
Benefícios fiscais para pessoas físicas e jurídicas que custeiem educação de crianças e jovens de famílias que não podem pagar. Os municípios e/ou estados fariam o cadastramento das crianças.
Expansão do Prouni para o ensino médio, fundamental e infantil.
Incentivo tributário para empresas que façam pesquisa tecnológica em áreas de ciências exatas e biológicas.
Redução de impostos das escolas privadas.
Militarização das escolas em áreas de risco, ou seja, em locais onde a iniciativa privada não tenha a possibilidade de atuar.
Gestão privada de escolas públicas através de Organizações Sociais e Parcerias Público-Privadas.
Promover a competição entre escolas públicas usando métricas como o exame PISA, fazendo parcerias com a iniciativa privada para premiações.
Desburocratização do processo de abertura de escolas, cursos e do número de vagas em instituições de ensino privadas.
Incentivo ao ensino técnico profissionalizante e desburocratização na contratação de estagiários.
Facilitar o financiamento de empresas privadas em instituições educacionais de todos os níveis para fins de produção científica.

Fonte: Elaboração própria

Vale destacar que esse movimento foi criado em 2014 e aglutina na atuação política vários jovens formados pelos *Think Tanks* neoliberais. Seus militantes são, em maioria, jovens, assim, a educação aparece como primeiro ponto das propostas do MBL não aleatoriamente, mas como uma demanda da sua base, capturada em boa parte dos inconformados jovens de classe média que participaram das jornadas de junho de 2013.

Para propor a privatização maciça da educação, parte-se de um pressuposto básico usado na neoliberalização do Estado em todo o mundo, o de que o Estado é ineficiente, pois segundo os autores neoliberais apenas o mercado, através dos lucros, pode medir a eficiência de qualquer ação humana! Portanto, deve-se operar uma privatização generalizada nos diversos níveis de ensino. Cabe lembrar, aqui, que as “reformas” apresentadas pelos neoliberais do MBL e pelos autores do IMB andam todas de mãos dadas com a privatização do que hoje é público.

A proposta de subsídios – individuais – deixa de lado qualquer preocupação com a imensa desigualdade social que assola o país; os tais “vouchers”, ao invés de ajudar na qualidade da educação brasileira, aumentariam o fosso já existente – e imenso – entre os que podem pagar por educação e os que não podem.

Além disso, a transformação do que hoje é um direito em um serviço privado abriria espaço para que, em um novo momento de crise, fossem cortados os subsídios e a parte da população que não pode pagar – a maioria da população, na verdade – fosse privada desses serviços. A meritocracia do mercado provavelmente seria a justificativa dada, aqueles que não estivessem estudando nesse sistema seriam acusados de não valorizar o suficiente a Educação, ou as famílias não teriam sido capazes de assegurar os meios para custeá-la por falta de esforço.

Em relação à iniciativa privada, há uma flagrante flexibilização do princípio de que o Estado não deve ter ações que impeçam o livre mercado. Neste sentido, são abundantes as propostas de subsídios e de facilitação para o investimento privado. No entanto, o MBL não descarta a necessidade da continuidade da existência de escolas públicas, nas quais a iniciativa privada não possa (ou não queira) investir. Nessas circunstâncias, recomenda-se para os casos de áreas de riscos a militarização e, no geral, a gestão privada de escolas públicas, por meio de parcerias público-privadas. Outra flexibilização de princípios que vem bem a calhar para o mercado.

Sobre a formação desses estudantes, identifica-se um direcionamento para ser também flexibilizada (legalização do *homeschooling*) e voltada exclusivamente para o mercado de

trabalho. Não há qualquer menção da educação como formadora de crianças e adolescentes como indivíduos, entendidos de forma mais ampla e com múltiplas necessidades. A educação fica submissa à lógica do mercado de trabalho. Destaca-se, nesse sentido, a proposta de competição entre escolas que, se não é algo novo e facilmente verificável nos mecanismos de testes existentes, querem e forçam essa lógica. Propõe, ainda, o estímulo dessa competição por empresas, ou seja, transfere-se de vez o poder de decisão dos parâmetros educacionais para o “mercado”.

Ademais, vemos as proposições sobre pesquisa e estágio. No primeiro caso, abre-se a possibilidade que as instituições educacionais “decidam” sobre as áreas de pesquisa unicamente a partir da demanda do mercado. Sobre o estágio e sua “desburocratização” trata-se, na verdade, de facilitar às empresas o uso de estudantes como mão-de-obra barata e desvincular-se das regras de estágio que incorporam demandas de estudantes, movimento estudantil e instituições de ensino comprometidas com uma formação profissional de qualidade mais ampla e crítica.

No âmbito da saúde, o MBL (2015, p. 3) propõe:

Quadro 2: Propostas do MBL para a saúde
Desburocratização de operadoras de planos de saúde.
Extinção de tributos que incidam sobre o sistema de saúde, incluindo medicamentos, aparelhos e materiais médicos, inclusive os importados.
Desburocratização da importação e extinção de todos os tributos que incidam sobre medicamentos, aparelhos e materiais médicos.
Desburocratização do processo de legalização de produtos médicos junto ao Governo.
Adoção de um sistema de saúde similar ao alemão em substituição ao SUS: obrigatoriedade da contratação de um plano de saúde e fornecimento de plano gratuito para aqueles que não puderem pagar por um.
Incentivo tributário a empresas que ofereçam planos de saúde a seus funcionários.
Concessão de benefício tributário a empresas e indivíduos que auxiliem no custeio de hospitais, clínicas e laboratórios de análise.
Abertura de mercado hospitalar a empresas estrangeiras.
Privatizar ou transformar em PPPs os serviços de saneamento básico dos municípios.

Fonte: Elaboração Própria

Repete-se, nas propostas sobre saúde, a defesa de privatização total, transformando o direito à saúde em um serviço a ser coberto pelas empresas privadas, dessa vez tendo como intermediário as empresas de planos de saúde, que já incidem fortemente no mercado brasileiro.

Nesse caso também aparecem propostas de extinção de tributos, dessa vez sobre medicamentos. Mas nada é dito sobre a relação desse corte de tributos e os preços dos medicamentos. Há uma tentativa de estabelecer paralelo entre os cortes de tributação e a diminuição do valor de medicamentos, o que é uma relação que na realidade não existe. O corte de tributação pode muito bem – e na verdade é o que sempre ocorre – incidir apenas no aumento de lucro por parte das empresas e não alterar em nada o valor dos medicamentos. Pelo contrário, a extinção do SUS e de sua fiscalização pode significar campo aberto para que os “preços de mercado” subam.

A “desburocratização” da legalização de produtos médicos significa, na verdade, a não fiscalização por parte do SUS e do Estado. Assim, essa medida significa abertura para uma maior comercialização de produtos sem qualquer controle de qualidade. Essa falta de controle se estenderia também, nas propostas do MBL, para a Vigilância Sanitária, por exemplo.

O atendimento no âmbito da saúde não só deixa de ser uma obrigação do Estado e passa a ser um serviço privado, como também se torna obrigatório o contrato de um plano de saúde. Para os que não tiverem condições financeiras, o Estado deve garantir um plano. Aqui novamente um princípio neoliberal é “esquecido”, pois o Estado estará investindo em empresas privadas. Não explicam, porém, como serão esses planos de saúde garantidos pelo Estado. Hoje, o mercado de plano de saúde já diferencia seus serviços de acordo com o valor que o consumidor pode pagar.

A relação entre empresas privadas e serviços de saúde também será base para corte de tributos e auxílios, por meio de empresas que investirem nesse setor ou contratarem planos de saúde para seus empregados. Estado mínimo no que concerne aos direitos sociais, já as empresas podem continuar contando com “auxílios” do Estado. Por fim, abre-se o mercado para empresas estrangeiras. Não se pode esquecer que essas empresas financiam generosamente os *Think Tanks* neoliberais e não poderiam deixar de ter suas demandas atendidas em propostas de movimentos como o MBL.

Para a economia, o MBL (2015, p. 5-6) tem como algumas de suas propostas:

Quadro 3: Propostas do MBL para a economia (parte 1)
Respeito e aplicação da LRF em todos os âmbitos da federação.

Todos os programas sociais, programas de governo, FGTS, bolsa família, empréstimos agrícolas, subsídios de taxa de juros e programas de depósito judicial passam a ser oferecidos em plataforma aberta, ou seja, devem ser disponibilizados para todos os bancos.
Idealmente, no longo prazo, todos os bancos devem ser privatizados, porém o mais urgente é privatizar a Caixa Econômica Federal.
Permitir o investimento estrangeiro para concorrer com empresas de telecomunicação.
Refinanciamento para o prazo de débito tributário estadual e federal de empresas, com o objetivo de acelerar a recuperação econômica.
Simplificar o sistema tributário para que toda população entenda o que e quanto está pagando.
Realizar a inserção plena da economia brasileira no comércio internacional, com maior abertura comercial e busca de acordos regionais de comércio em todas as áreas econômicas relevantes – Estados Unidos, União Europeia e Ásia.
Revisão do capítulo econômico da Constituição (adotar a economia de mercado).
Qualquer interferência do Estado deverá ser justificada e seus resultados, posteriormente avaliados).
Acabar com o limite de 30% de participação de capital estrangeiro em veículos de imprensa.

Fonte: Elaboração própria

Esse bloco de propostas inicia-se com a manutenção de uma das leis “sagradas” do neoliberalismo, regra presente na política econômica de quase todos os países atualmente, que no Brasil virou Lei de Responsabilidade Fiscal e versa sobre a necessidade de os gastos (no caso brasileiro os gastos dos Municípios, Estados, União e Distrito Federal) não ultrapassarem a arrecadação.

Somam-se a isso os pagamentos vultuosos de juros e amortização da dívida pública, que estrategicamente é um assunto pouco ou mesmo não abordado pelos militantes neoliberais, como é o caso das propostas do I Congresso Nacional do MBL, que não versam sobre o assunto. O resultado é uma nítida falta de recursos financeiros para as áreas de políticas públicas, sobretudo as sociais, o que na verdade é um objetivo explícito desses neoliberais: a retirada do Estado dessas políticas para dar maior espaço para a privatização. O IMB sentencia:

O presidente interino Michel Temer tem afirmado recentemente que é necessário privatizar "tudo o que for possível". É o caso de dizer, como meu pai gostava de fazê-lo, *que Deus o ajude!* No entanto — vale acrescentar —, para que tal aconteça, é preciso vontade e esforço.[...] Parece que, nos últimos tempos, a demanda por maior liberdade econômica vem aumentando no Brasil, talvez como consequência de tantos escândalos de corrupção envolvendo o estado, suas empresas e seus grupos de interesses. Por isso, a hora de privatizar sem medo pode ter chegado (IORIO; ROQUE, 2016).

As outras propostas tratam justamente disso, a apropriação pelas empresas privadas, no caso as bancárias, dos serviços hoje oferecidos pelos bancos públicos. Estes, a despeito de serem mistos, com ações públicas e apropriadas pelo capital, ainda respondem legislativamente ao Governo Federal, que controla as formas de gestão e lucro sobre esses serviços. Além disso, defende-se uma abertura total ao capital monopolista internacional, deixando campo aberto à extração para outros países da totalidade dos lucros oriundo desses serviços.

A inflexibilidade tributária para os entes da Federação não é mantida quando se trata das dívidas privadas – ou seja, das grandes empresas e do setor financeiro –, pelo contrário, há proposta específica de facilitar a renegociação dessas dívidas, com a justificativa de que tal medida seria necessária para a recuperação econômica do país. Sobre essa flexibilidade quanto à intervenção estatal quando se refere às elites econômicas, Helio Beltrão defende que:

Ademais, se existe todo esse grau de estatismo e o banqueiro faz besteira e quebra, o BC vai salvá-lo; se ele faz as coisas certas, ele fica com o dinheiro — ou seja, o lucro é privado, mas o prejuízo é socializado. É claro que em um sistema com esse tipo de incentivo, os banqueiros serão mais irresponsáveis que o normal e haverá incentivo para fazer um monte de besteira. Então, em tese, parece até razoável que você controle o que esses banqueiros podem ou não fazer. Eu discordo do conceito geral de regulamentação, mas, dado que tudo está centralizado e, ainda por cima, dado que se esses banqueiros fizerem besteira, a gente é que vai pagar, então vamos determinar, pelo menos, como esses caras podem operar (BELTRÃO, 2012).

Ainda nas propostas econômicas do MBL (2015, p. 6), tem-se:

Quadro 4: Propostas do MBL para a economia (parte 2)
Substituição do FGTS atual que penaliza o trabalhador por um sistema facultativo de seguro privado para a demissão. Nesse caso o trabalhador poderia escolher entre várias alternativas oferecidas pelo sistema bancário privado.
A lei trabalhista deve ser modificada para que os acordos bilaterais se sobreponham aos direitos atuais. Ou seja, trabalhador passa a ter o direito de renunciar aos

benefícios desde que aceite a negociação e que os direitos humanos constitucionais sejam respeitados.
Fim da insegurança jurídica durante processo de execução fiscal e trabalhista. Aumentar a previsibilidade jurídica para facilitar o investimento nacional e internacional da atividade econômica do país.
Adoção de um modelo alternativo de previdência social para um que seja sustentável e ofereça o benefício de aumentar o capital dos trabalhadores. Adotar um sistema em que as contribuições de cada trabalhador são controladas por ele, em uma conta de investimentos na qual diversas opções seriam oferecidas, de maneira similar ao modelo chileno.
O teto de benefícios para os funcionários públicos passa a ser IDÊNTICO ao dos funcionários privados. Aprovação da idade mínima de 65 anos para a aposentadoria de homens e mulheres (para gerações futuras) e reaprovação do fator previdenciário.

Fonte: Elaboração própria

Tem-se a proposta de acabar com o FGTS, que, segundo o MBL, se trata de uma lei que atrapalha os trabalhadores. A proposta é que os trabalhadores que quiserem – seria mais oportuno dizer aqueles que tiverem condições, ou seja, a minoria dos trabalhadores do País – podem recorrer a seguros privados para caso de desemprego.

Os ataques previdenciários das propostas do MBL, nos seus aspectos gerais, foram contemplados pela contrarreforma da previdência operada pelo Governo de Michel Temer. Em 2017, houve a meta de possibilitar que os acordos individuais se sobrepusessem aos coletivos nas negociações com o empregador. Na prática, se trata de um duro ataque às possibilidades de organização coletiva dos trabalhadores, tendo em vista a discrepância das relações de força entre os trabalhadores individuais e seus empregadores.

O fim da insegurança jurídica para processos de execução fiscal e trabalhista é, na verdade, o estreitamento dos direitos trabalhistas e leis que sejam de forma ainda mais incisiva favoráveis ao capital privado nas suas relações jurídicas. Questiona-se, inclusive, a existência do salário mínimo, que numa inversão do movimento da realidade não mais é a conquista do trabalho organizado, mas sim uma medida para garantir direitos para uma minoria da população. Em um artigo que comenta a questão dos imigrantes e suas possibilidades de se inserir no mercado de trabalho é dito que:

Estes imigrantes poderiam encontrar empregos ou abrir seus próprios negócios, mas isto é simplesmente inviável dadas as leis de salário mínimo e as regulações estatais que atravancam o mercado. Dado que muitos não falam a língua local e de maneira geral possuem baixos níveis de escolaridade quando comparados aos europeus, é essencialmente impossível contrata-los até pelo salário mínimo corrente na Alemanha, Bélgica ou França. Não é surpreendente, afinal a origem histórica da lei de salário mínimo não é "garantir os direitos dos trabalhadores" e sim eugenia descarada. A ideia original era que se fosse proibido que "pobres e indesejáveis" trabalhassem via um salário mínimo que eles nunca iriam conseguir, estas pessoas simplesmente morreriam (LIMA; MARTINS; BELTRÃO; MARINHO, 2017).

Maior segurança jurídica, nesses casos, seria menor possibilidade de embates pela justiça para os trabalhadores, seja individualmente, coletivamente ou em processos que tenham interesse popular contra interesses privados das grandes empresas.

A proposta de flexibilização das contribuições previdenciárias, com possibilidade de tê-las em qualquer banco e com um controle mais direto do contribuinte – não há maior desenvolvimento sobre como isso se daria – deixa antever que seria um sistema mais parecido com uma poupança, já que a negociação individual com o patrão prevalece e a tendência é diminuir ou mesmo acabar com a contribuição patronal para a aposentadoria dos trabalhadores.

Por fim, propõe-se que o setor público se equipare com o privado na questão previdenciária, uma vez que a contrarreforma da previdência no setor privado já foi totalmente feita sob o Governo do PT, em 2003.

A existência de dois regimes revela uma realidade execrável: a existência de duas classes de brasileiros, com direitos diferentes. O cidadão ligado ao setor privado é tratado como um cidadão de segunda classe. Ele tem o 'direito' de ser demitido caso não seja competente, e o dever de dar parte do seu salário para sustentar a aposentadoria do cidadão ligado ao setor público. Este, por sua vez, tem o 'direito' a usufruir da renda do trabalho do cidadão de segunda classe, na forma de uma aposentadoria em média quatro vezes maior, e outros privilégios como aposentadoria com salário integral (BELTRÃO, 2017).

Seria, na proposta do MBL, a continuidade da contrarreforma iniciada, mas que não abarcou o setor público pela maior organização de seus sindicatos e entidades representativas, o que traria um amplo desgaste para o início de um governo eleito sob forte apoio dos movimentos sindicais e sociais no geral.

Iorio (2016a), sobre as contrarreformas que diz serem essenciais para a economia brasileira, alega:

Não gosto da expressão "ajuste fiscal" porque ela dá a impressão de que bastam alguns esforços de curto prazo — tarefa para cerca de um ano — nas áreas da despesa e da receita (especialmente na última) para que as coisas sejam recolocadas em ordem. Prefiro a expressão *mudança de regime fiscal*, pois esta indica a real profundidade do

problema e, assim, aponta para o caminho correto a ser tomado. Para esclarecer melhor, assinalo que uma alteração de regime é um conjunto de medidas de longo alcance, que não se restringem ao curto prazo, mas representam mudanças estruturais nas contas ditas "públicas".

É, em suma, um ataque privatizante em todas as áreas das políticas sociais do Estado, ao passo que há flexibilização do princípio de não intervenção quando o tema chega ao pagamento de dívidas privadas. A questão tributária, ou seja, dos impostos, sempre é tratada de forma genérica, diz-se que é contra o aumento de impostos e que o controle da crise econômica deve ser feito sempre com as contrarreformas. Afirma-se que a tributação brasileira é muito pesada:

Se você contratar um empregado com um salário de mil reais por mês, esse empregado pode chegar a lhe custar, aproximadamente, dois mil e oitocentos e trinta reais por mês — ou seja, mais do que o dobro do salário. (O corriqueiro é que ele custe, no mínimo, dois mil reais). Isso acontece porque existem os chamados encargos sociais e trabalhistas, como INSS, FGTS, PIS/PASEP, salário-educação, Sistema S, 13º salário, adicional de remuneração, adicional de férias, ausência remunerada, férias, licenças, repouso remunerado, rescisão contratual, vale-transporte, indenização por tempo de serviço e outros benefícios. Tais encargos fazem com que, além do salário, o empregador tenha de pagar o equivalente a outro salário só com estes custos (IORIO; ROQUE, 2018a).

Mas não se costuma tocar no ponto de que a tributação brasileira é regressiva, de que os impostos brasileiros são pagos pelos consumidores e não pelas empresas e menos ainda pelas grandes fortunas, que são demasiadamente isentas. Quando se trata disso é de forma demagógica, para atrair a indignação dos leitores e ouvintes, já que quando se vai para as propostas, seja do MBL ou nos artigos do IMB, não se vê qualquer pauta de mudar a forma de tributação, apenas uma vaga contraposição a novos impostos.

Se o objetivo é viver em um país dinâmico, não fagocitado pela burocracia e pelos impostos, com níveis toleráveis de endividamento e onde os cidadãos não padeçam dos excessos e esbanjamentos de sua classe política, então é necessário fazer intensa pressão pelo corte de gastos, e jamais tolerar aumento ou criação de impostos. Todo e qualquer déficit orçamentário do governo tem de ser combatido com cortes de gastos, e não com aumentos de impostos (IORIO; ROQUE, 2017).

Várias dessas propostas estão sendo executadas, como a contrarreforma trabalhista aprovada e a previdenciária, que parou no Congresso, mas há muita pressão para que retorne. O conjunto de ideias desses grupos neoliberais, que há alguns anos atrás, no auge da democracia de cooptação petista, poderiam parecer fantasiosas, no quadro do novo ciclo da dominação burguesa no Brasil se encaixam muito bem.

Por outro lado, a base social do MBL, por exemplo, apesar de conseguir fazer algum barulho, anda longe de representar as massas populares e após o *impeachment* de Dilma Rousseff não tem conseguido mobilizações efetivas com essas pautas tão reacionárias. Mesmo com medidas amplamente reprovadas pela população brasileira, a forma de conciliar essa contradição de propostas impopulares e necessidade de resolver a crise política leva a segunda característica miseana que aparece bastante nos neoliberais atuais, o antidemocratismo.

4.3 O ataque aberto à democracia e à participação popular na política e o eterno retorno ao anticomunismo

Além das propostas de “Estado mínimo” abordadas até aqui, outra característica central na produção de Von Mises observada nos seus seguidores atualmente é o ataque à democracia de forma ampla, desconfiando e buscando minar todos os mecanismos de participação popular na política. Segundo Beltrão (2013) a democracia é:

[...] formalmente o regime de voto da maioria, ou seja, a maioria entre os votantes decide o que o governo deve fazer. Ou, como se costuma dizer, a tirania da maioria — que, na prática, é a tirania da minoria: a minoria de políticos que mandam em nossas vidas e em nossa propriedade.

A limitação da democracia tem sido um atributo permanente da dominação burguesa no Brasil, inclusive a democracia de cooptação implementada pelos governos do PT avançou pouco quanto a isso. Afinal, essa seria a propriedade em si dessa democracia de cooptação, uma abertura democrática bastante restrita, suficiente para gerar, por um lado, a hegemonia burguesa, e, por outro, não abrir espaço demasiado para as infiltrações de caráter igualitarista no âmbito da política e do Estado.

A crise econômica mundial e seus efeitos no Brasil fizeram com que as classes dominantes brasileiras, já incomodadas com essa democracia de cooptação, deixassem de lado sua preocupação com a manutenção do consenso e partissem para um novo ciclo, em que se fortalece a coerção como forma de resolução dos conflitos.

Essas mudanças conjunturais, aliadas com a característica antidemocrática de nossas elites, foram fatores importantes para que a crise de governabilidade do governo petista se resolvesse, com o apoio das elites econômicas, através da proposta golpista dos políticos conservadores brasileiros.

Até alguns meses antes do *impeachment* de Dilma Rousseff, várias instituições importantes dessas classes dominantes tinham receio de apoiar a aventura do Impedimento. FIESP, Organizações Globo, Folha de S. Paulo, dentre outros, até o final de 2015 davam

declarações sobre reestabelecer a “confiança política” e afirmavam que o impedimento da presidente eleita não era uma opção.

Mas, para além da escolha pelo impedimento de uma presidente eleita por razões políticas, as ideias neoliberais sempre apontam para diminuição dos espaços democráticos e a ocupação destes por tecnocratas que, alegando sua formação, saberiam os melhores rumos políticos e econômicos do país e do Estado. Comparando a crise econômica brasileira atual com uma vivenciada no início do século XX, Iorio (2017) diz: “Campos Sales dispôs-se a atacar de frente o problema, sem se importar com sua popularidade, como se deveria esperar de qualquer estadista de boa estirpe”.

Tal entendimento é, de fato, necessário para implementar medidas tão antipopulares como as tratadas no item anterior, e justifica-se com a certeza de que os neoliberais são os possuidores da ciência real e, portanto, os únicos aptos a avaliar o que vale ou não a pena para o conjunto da sociedade.

O povo, por sua vez, que nada entende de economia, geralmente, em qualquer país do mundo — e sempre levantando a bandeira rota do "progressismo", sem o saber e achando que está defendendo os seus "direitos" —, sempre se manifesta contra as reformas do estado, essenciais para desmontarem o esquema Ponzi de que são as próprias vítimas, inocentes úteis — e patriotas inúteis. (IORIO, 2016a)

Ainda no tema das contrarreformas, os argumentos neoliberais retornam a um argumento indigesto de Von Mises, que é o dos sacrifícios temporários. A população deve aderir a esses sacrifícios temporários pois é o melhor para a sociedade – ou melhor para a economia.

Mudar o regime fiscal é condição necessária para a verdadeira solução. Exige, sem dúvida, sacrifícios temporários, mas que resolvem definitivamente e são sentidos de uma só vez; já os ajustes, embora exigindo também sacrifícios da população, apenas empurram para adiante os problemas, que vão se agravando cada vez mais, além de exigirem periodicamente mais apertos (IORIO, 2016a).

Um mecanismo importante da lógica neoliberal nesse antidemocratismo é igualar tudo que for contra os interesses do “mercado” a socialismo-comunismo, ou, na célebre definição de Friedrich Hayek, o “caminho para a servidão”. A supremacia absoluta e incontestável da propriedade privada para os neoliberais, além do seu princípio primeiro, serve no sentido de criminalizar qualquer forma de organização e de pressão sobre o Estado que tenha objetivos de melhorias sociais e investimento em políticas públicas.

Além disso, serve para taxar de interesses particulares toda organização e mobilização social que vise os interesses das massas trabalhadoras. Já as instituições da sociedade civil que agrupam as elites econômicas e seus defensores são naturalizadas e incentivadas. As instituições patronais e do capital financeiro são vistas como indivíduos pela filosofia neoliberal, já as organizações dos trabalhadores e consortes são uma aberração, uma ameaça à liberdade.

Isso é evidente nos trabalhos teóricos de Von Mises, como já foi demonstrado anteriormente. Nas propostas públicas dos neoliberais atuais isso se dá de forma mais velada – principalmente se considerarmos as propostas do I Congresso nacional do MBL –, vista a impopularidade que essas ideias podem alcançar. Mas, através da análise dessas propostas e textos, evidencia-se essa característica, entre as quais tem-se a “Apresentação do Projeto de Lei “Escola sem Partido” em legislativos estaduais e municipais” (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2017, p. 2).

O Projeto de Lei em questão trata da proibição de qualquer manifestação política por parte de professores no interior das unidades de ensino. Na prática – considerando-se que toda posição sobre a sociedade, o Estado e as questões referentes a eles tem um caráter político, mesmo que o assunto não seja diretamente sobre política – é a aprovação em lei contra qualquer manifestação de pensamento que faça qualquer tipo de crítica radical ao *status quo*.

Esse projeto é uma das tantas proposições que unificam os neoliberais e os conservadores tradicionais, e publicamente se coloca como enfrentamento ao que chamam de “doutrinação esquerdista, comunista ou bolivariana”, em referência ao governo de esquerda mais radical e os movimentos sociais que o apoiam na Venezuela.

Mostra-se aqui o estado mais aguçado da intolerância do pensamento neoliberal e conservador que se unem à dominação burguesa historicamente intolerante no Brasil. Iorio (2016b) orienta seus leitores a praticar uma caçada ideológica nas escolas dos seus filhos e universidades.

Se perceber a existência de professores militantes — e certamente isso vai acontecer — vá à escola e diga que seu filho não está ali para ser doutrinado por ideias de esquerda ou de direita, mas para aprender. Se a coordenação ou direção da escola não se mostrar receptiva, ameace trocar de escola. E se nem assim funcionar, troque. Aqui o mercado também funcionará. Se você é universitário e está cansado dessa xaropada doutrinadora, desse lero-lero esquerdista que domina os cursos de ciências humanas, especialmente nas universidades públicas, comece a contestar respeitosamente seus professores. Use argumentos e não se impressione nem com a idade, nem com a barba e a sandália do seu professor petista ou psolista ou com aquele vestido sempre comprido e os cabelos desalinhados da professora marxista, pois a maioria deles não tem argumentos. Os que eventualmente apresentarem alguns argumentos muito

provavelmente irão respeitar também os seus. Se eles não respeitarem você, ficarão mal perante a turma.

Entre as propostas intituladas Reforma Política do MBL (2015, p. 4), verifica-se:

Quadro 5: Propostas do MBL para Reforma Política
Revogação da Lei Rouanet.
Fim do fundo partidário.
Candidaturas independentes para Executivo e Legislativo.

Fonte: Elaboração própria

A Lei Rouanet trata de captação de recursos privados para financiamento de projetos culturais e artísticos, as empresas que investem nos projetos têm esses valores deduzidos dos seus impostos. Essa lei estimula as atividades culturais e artísticas do país e anda longe de ser uma lei que sequer assegure as necessidades das pessoas que dedicam seus trabalhos nesses setores, já que continuam reféns das demandas e exigências das empresas privadas e os artistas mais contemplados são aqueles com certa fama, popularidade e contatos com empresários.

Apesar dos imensos limites da atual Lei, a proposta do MBL é outra demonstração de intransigência desses setores, uma contraposição implícita as atividades artísticas e culturais. Mas também existe um caráter demagógico muito nítido, já que esses setores têm difundido no imaginário popular a convicção de que a Lei Rouanet se trata de usar dinheiro público para financiar atividades de esquerda, comunistas etc.

O fim do fundo partidário cumpre também uma função demagógica, já que vai ao encontro da popularidade baixíssima que a categoria dos políticos profissionais tem, devido aos abundantes casos de corrupção e mesmo por conta da atuação quase sempre contrária aos interesses populares do Congresso Nacional. Mas essa proposta tem ainda outra finalidade, que é tornar a atuação na política institucional ainda mais difícil para os partidos que não tenham relações estreitas com as classes dominantes.

A disputa da política institucional sempre foi difícil para grupos de esquerda e progressistas, com pautas independentes e vindas dos movimentos sociais, com coligações eleitorais que expressem a unidade desses movimentos e pressione o Estado a atender essas demandas. Esses partidos e militantes sempre foram bastante minoritários no Congresso Nacional, além de terem sempre o risco de se perderem no jogo da política institucional e na

busca de maior poder sem mais atentar para as lutas populares, tornando a disputa vazia, passando de vez para o campo da institucionalidade.

Mas com o fim do fundo partidário e das coligações eleitorais como conhecemos hoje essa disputa se torna muito mais penosa, ou mesmo inviável. Sem o fundo partidário a saída é buscar financiamento privado para campanhas que hoje são já milionárias. Sem as coligações, fortalece-se o individualismo e se obscurecem os projetos políticos existentes no Congresso, já que todas as ações podem se imputadas a indivíduos, deixando mais nebuloso o fato de que os partidos políticos representam projetos societários, mesmo que também sejam adeptos da praticidade para alcançar maior influência política.

No tópico das propostas do MBL sobre Economia, encontramos: “Imposto sindical: passa a ser facultativo e a criação de novos sindicatos e associações passa a ser liberada para estimular a concorrência e a diversidade de opiniões” (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2015, p.6).

O imposto sindical e os sindicatos únicos são uma herança do sindicalismo de Estado dos governos de Getúlio Vargas, que, por esse mecanismo, dentre outros, atrela o movimento sindical aos interesses estatais. Foram temas de debate e divergência no seio do movimento sindical desde a sua criação, mas junto com as demais propostas do MBL o fim dos dois significa a possibilidade de fortalecer os chamados “sindicatos amarelos”, ou seja, aqueles criados para diminuir a radicalidade do movimento e relacionar-se com os empregadores.

Entre as propostas do I Congresso Nacional do MBL (2015, p. 6-7), no tópico Justiça, tem-se:

Quadro 6: Propostas do MBL para Justiça
Fim da função social da propriedade. A propriedade privada não pode ser relativizada.
O calibre do armamento das polícias não deve ser restringido. A restrição ao calibre foi criada durante o governo de Getúlio Vargas, não com o objetivo de proteger a população, mas com o intuito de restringir o poder da polícia perante o governo federal.
Fim da redução da pena para crimes hediondos. Pouco importa o bom comportamento do preso ou outros fatores que hoje diminuem a pena para detentos que cometeram crimes hediondos. Esse tipo de crime deve ser punido com o maior rigor possível.

Permitir a contratação de agências privadas de investigação para diminuir o número de casos de homicídios não resolvidos.
Priorizar o aumento de vagas para o sistema prisional (10% ao ano) e mudanças na legislação para evitar o chamado retrabalho, o “prende solta”.

Fonte: Elaboração própria.

O fim da função social da propriedade insere-se na sacralização da propriedade privada do pensamento neoliberal. Mas ainda separa a ideia de democracia das questões econômicas e sociais. Não se aceita qualquer argumentação de que democracia tenha relação com melhores condições de vida e trabalho. Para esse pensamento, “[...] buscar a igualdade como métrica não só envolve uma política antiética de confisco de propriedade e redistribuição, mas também não é condutiva a produção de riqueza e combate à pobreza” (LIMA; MARTINS; BELTRÃO; MARINHO, 2017).

A defesa de que a propriedade privada possa ser abandonada, não tendo uso social algum, mas mesmo assim não se pode pensar em usá-la para o bem da sociedade é um exemplo do caráter sagrado que a propriedade privada ganha no pensamento neoliberal, sendo mais importante que qualquer outra demanda social.

A teoria de propriedade segundo Locke, defendida por Rothbard, no seu *Ética da Liberdade*, e Hoppe, em vários de seus trabalhos, mas fica a recomendação do *Economics and Ethics of Private Property*: a) se algo não tem um dono e você misturar seu trabalho com este algo, este algo agora é sua propriedade. b) se você é proprietário de algo, pode trocar este algo com outra pessoa, ou livremente dar esta coisa para quem bem entender, inclusive no caso de herança e c) caso alguém agrida sua pessoa ou propriedade, você tem o direito de se defender e defender sua propriedade na medida que necessário para parar a agressão (LIMA; MARTINS; BELTRÃO; MARINHO, 2017).

As demais questões no âmbito da sociedade, que não sejam a defesa da propriedade privada, ficam em segundo plano. Para nenhuma delas o Estado deve legislar, pois seria ineficiente para alcançar o sucesso almejado.

Não se pode impor valores morais de tolerância via lei, acima como não se pode impor castidade, prudência ou qualquer outro valor via força. Se um indivíduo não entende a importância de um comportamento, não vê valor nele ou acredita em valores contrários, a caneta do legislador tem pouco ou nenhum poder para mudar uma ideia. Pior, morais legisladas podem acabar por apenas criar um ressentimento contra aquele valor moral, já que está sendo imposto à força. Aqueles que buscam uma sociedade tolerante não devem buscar a lei, e sim o convencimento via argumentos. (LIMA; MARTINS; BELTRÃO; MARINHO, 2017)

Já as questões relacionadas à manutenção da propriedade privada e atendimento das necessidades do “mercado”, essas sim devem ser legisladas, e para elas o poder da lei, e não o do convencimento, é necessário.

As outras propostas do MBL sobre justiça são um diálogo nítido com o pensamento conservador, exigindo maior poder para a polícia militar, maior penalização sem qualquer debate de ressociação de infratores da lei e ainda defendendo a inserção do “mercado” nessas atividades.

Obviamente não se trata de armar toda a população, só aqueles que puderem “comprar o seguro”, já que a sociedade da ordem natural é “claramente não igualitária”. Trata-se, portanto, de formar milícias privadas, nos moldes do *Heimwehr*, dos *squadristie* da SA.³ Sendo fiel ao seu mestre Mises, a função dessas milícias privadas é obviamente defender a “ordem natural”, isto é, a propriedade privada dos meios de produção. Mas ao contrário do fascismo clássico, Hope propõe tirar o que historicamente foi um “empecilho” do meio do caminho dessas milícias, pois disputava com elas o espaço da coerção: os exércitos do Estado. Ademais, as SAs ultraliberais estariam garantidas e controladas por um capital privado, uma seguradora. Fascismo de mercado é o que propõe os adeptos de “Mais (von) Mises” como alternativa à democracia liberal (AUGUSTO, 2014, p. 424).

A função da repressão, nas propostas neoliberais, deixa de ser exclusividade do Estado e passa a ser possível para aqueles que possam pagá-la.

Nenhum liberal concorda com a anarquia [no sentido de falta de regras ou desordem]. Alguns liberais, como eu, acreditam que o mercado é a melhor forma de criar regras e regulamentações, essenciais para a sua operação. Hoje, existe uma crença muito profunda de que só o governo pode prover regulamentação e regras para o funcionamento do mercado, mas isso não é verdade. Por exemplo, todos os aparelhos elétricos e eletrônicos têm um selo ou mais de um. A maioria das empresas que fornecem esses selos, que certificam se esses aparelhos são seguros ou não, são privadas. Os varejistas contratam essas empresas e só topam vender os produtos se estes passarem por essa regulamentação. Veja a questão dos tratados internacionais entre países. Aí envolve governo, mas a resolução de conflitos é feita por tribunais privados, como se fossem as arbitragens. Quem determina as penas e os culpados são tribunais privados. Eles fornecem a segurança jurídica que todos nós liberais queremos. São exemplos de regulamentação privada que, sem dúvida, são mais eficazes que a governamental típica (BELTRÃO, 2013).

De fato, a privatização dos ordenamentos jurídicos é o que buscam os neoliberais de todas as épocas. Costumam frequentemente utilizar das características dos tribunais internacionais de julgamento entre países como exemplos. Como argumenta Helio Beltrão: “As decisões que resultam do Direito Internacional são mais robustas e eficazes do que comumente se percebe. Mesmo no âmbito legal, e talvez sobretudo nele, o mundo precisa de mais descentralização e liberdade” (Beltrão, 2016b).

Observando como os impasses entre os países têm sido resolvidos em última instância pela força, o direito internacional realmente condiz com o padrão de justiça que os neoliberais almejam para o país, e enquanto avançam apenas parcialmente nesse objetivo orientam seus adeptos a uma espécie de desobediência civil.

A tirania cessa quando deixamos de apoiar voluntariamente nossa própria servidão. Não é necessário mudar o mundo ou criar um país de soberanos individuais. O que importa — e o que se pode fazer agora — é: viver como soberano, estando próximo daqueles que o respeitam como tal, e se afastando dos manipuladores e daqueles que querem parasitar na sua energia, talento e virtudes. A liberdade pode, em grande medida, ser alcançada em nossas vidas, ainda que não consigamos extinguir a servidão estatal. Se você se mostrar soberano em seus relacionamentos pessoais, estará contribuindo para sua própria felicidade e também para a transmissão adiante do conceito de soberania individual. Essa cadeia do bem é a única que poderá abolir a cadeia do mal. (BELTRÃO, 2016a)

É bastante tentador adotar essas orientações - que mais se parecem de um autor de livros de autoajuda - quando se possui recursos para fugir das punições do Estado. Para a massa da população que já é criminalizada não tendo o mínimo para viver dignamente e muitas vezes é perseguida pela polícia só por viver em comunidades pobres, sem que nem mesmo seja acusada ou condenada de nada, não é uma proposta tão atraente. Mas, na realidade, não são propostas para esse público.

É perceptível como as duas principais características de Mises encontradas nas atuais propostas neoliberais se complementam, a regressão de direitos por si só já possui características antidemocráticas. Já as propostas diretamente políticas, de eliminação de espaços democráticos no Estado brasileiro, cumprem também a função pragmática de facilitar a implementação das contrarreformas.

Não se configura como uma mudança de orientação da ideologia dominante no Brasil nos dias atuais, pois continua tendo por base o neoliberalismo. Mas com certeza é um acirramento muito grande do extremismo dessa ideologia, gerando mudanças severas para as condições de vida das massas populares e trabalhadoras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desamarrar as vozes, dessonhar os sonhos: escrevo querendo revelar o real maravilhoso, e descubro o real maravilhoso no exato centro do real horroroso da América. Nestas terras, a cabeça do deus Elegguá leva a morte na nuca e a vida na cara. Cada promessa é uma ameaça; cada perda, um encontro. Dos medos nascem as coragens; e das dúvidas, as certezas. Os sonhos anunciam outra realidade possível e os delírios, outra razão. Somos, enfim, o que fazemos para transformar o que somos. A identidade não é uma peça de museu, quietinha na vitrine, mas a sempre assombrosa síntese das contradições nossas de cada dia. Nessa fé, fugitiva, eu creio. Para mim, é a única fé digna de confiança, porque é parecida com o bicho humano, fodido mas sagrado, e à louca aventura de viver no mundo (Celebração das contradições/2, Eduardo Galeano).

A dissertação que aqui foi apresentada como conclusão do Mestrado em Serviço Social no PPGSS da UFRN é o resultado dos estudos dos últimos anos da relação entre Von Mises e os grupos neoliberais militantes que se destacam na política brasileira contemporânea. A necessidade desse estudo se deu da observação do crescimento da influência desses grupos e da curiosidade em desvendar os seus pressupostos teóricos, suas características centrais e seu papel nos desenlaces da política brasileira.

Nesse sentido, acredita-se que o estudo cumpriu a sua função, sendo que a realidade que agora se observa não é mais caótica, como inicialmente, mas sim uma totalidade (parcial) construída idealmente, mas formada por uma unidade de múltiplos determinantes, sendo que os principais determinantes dessa totalidade (parcial) foram estudados isoladamente e analisados na sua interação com a totalidade. O método utilizado, assim como os procedimentos metodológicos e a apresentação da aproximação ao tema foram expostos na Introdução.

Posto isso, inicialmente sabia-se da necessidade de se debruçar sobre a obra de Von Mises e sobre as propostas dos grupos de extrema-direita de orientação neoliberal da atualidade. As obras de Von Mises escolhidas foram frutos, por sua vez, de pesquisa sobre a vida e a obra do autor austríaco, buscando as obras mais significativas e que fossem ao mesmo tempo úteis para extrair o cerne do seu pensamento.

Quanto aos documentos que exemplificam os grupos neoliberais contemporâneos, foram escolhidas as propostas do I Congresso Nacional do MBL, por ser esse o grupo neoliberal que alcançou maior visibilidade e poder político na atual conjuntura. Já os textos teóricos foram escolhidos do IMB, por, naquele espaço, os autores terem maior liberdade de desenvolver suas ideias, já que é um espaço de formação e debate, e não de lançar propostas políticas de um movimento, partido ou grupo econômico qualquer (apesar de ser financiado por estes).

A partir do estudo desse material coletado é que se chegou às necessidades de estudo histórico que localizassem aquelas ideias no espaço socio-histórico a que pertenciam. O percurso começou com um breve histórico do liberalismo clássico, desenvolvido textualmente no primeiro capítulo junto da exposição dos pontos centrais da obra de Von Mises.

Depois, foram explicadas a formação socioeconômica brasileira e a conjunção da história brasileira com o neoliberalismo em âmbito mundial até chegar a atual crise política mundial e seus efeitos no Brasil, com o fortalecimento dos *Think Tanks* neoliberais, temas esses analisados no segundo capítulo.

Já o último capítulo dedicou-se à análise dos documentos dos grupos neoliberais atuais, destacando a relação das ideias nas grandes (e pequenas) transformações sociopolíticas da história e o papel desempenhado na atual conjuntura pelas formulações da escola austríaca no geral e de Von Mises em particular. A partir da análise das obras de Von Mises e desses documentos, duas características principais que os unificavam foram demonstradas: Diminuição do estado no que tange as políticas públicas, sobretudo as sociais, e uma tendência antidemocrática e anticomunista, que, conjugadas, advogam por um capitalismo no qual a propriedade privada é sacralizada e deve ser termômetro para medir qualquer decisão estatal.

Outro aspecto essencial para esse estudo era entender a complexa relação entre os diferentes grupos da extrema-direita no Brasil hoje, destacando a função política cumprida pelos grupos neoliberais nesse interior e ainda como essa extrema-direita se relaciona com a direita como um todo, mais especialmente com os interesses da dominação burguesa no Brasil. Entende-se que essas diferentes esferas têm relativa autonomia umas com as outras, mas que em última instância dependem do aval e do apoio dos representantes das elites econômicas para sair de sua posição isolada e ganhar espaço nas relações políticas mais amplas.

Assim, optou-se por nomear o trabalho como “Ludwig von Mises como arma política da extrema-direita”, pois de forma concreta é nesse campo político que se alardeiam sem medo o nome e as ideias desse autor. Contudo, o intuito foi de sempre evidenciar que os grupos neoliberais são os que têm conseguido ter destaque no interior dessa extrema-direita e que suas propostas têm serventia política para a dominação burguesa brasileira.

Nesse contexto, considera-se que o objetivo geral deste trabalho, que era “compreender as propostas políticas dos representantes da burguesia para o Brasil contemporâneo e sua relação com o ideário de Mises”, foi efetivamente alcançado, já que ao final da pesquisa o entendimento das propostas burguesas para o Brasil se dá de forma mais rica, avaliada a partir dos eixos centrais tanto das propostas atuais quanto das elaborações teóricas de Von Mises.

Os objetivos específicos também foram alcançados, e foram sustentáculos para alcançar o objetivo geral, tratando-se de:

- a) entender os determinantes econômicos e sociopolíticos da conjuntura brasileira que possibilitam, por parte dos grupos neoliberais, uma retomada das ideias de Von Mises;
- b) caracterizar e analisar o Movimento Brasil Livre – MBL e o Instituto Von Mises Brasil - IMB como novas expressões da nova direita no Brasil;
- c) Analisar a influência do pensamento de Von Mises no MBL e no IMB.

Vale mencionar que não se desenvolveu nesse trabalho qualquer análise mais aprofundada da conformação de um bloco de forças progressistas, de esquerda e revolucionárias, pois tal análise fugia dos objetivos do trabalho. Procurou-se, apesar disso, demonstrar que a possibilidade de avanço conservador e neoliberal está incondicionalmente atrelada às debilidades desse bloco de forças.

Logo, o enfrentamento da ofensiva conservadora neoliberal passa obrigatoriamente pela reorganização desse bloco oposto, abandonando as ilusões conciliatórias que marcaram os governos de democracia de cooptação petistas, o apassivamento decorrente da atuação desses governos e apostando na luta coletiva, em unidade, aberta e com programa mínimo como forma de publicizar as expressões da questão social e reivindicar avanços universalizantes nas políticas sociais públicas como instrumento de pressão da democracia liberal, no sentido superá-la, rumo a uma igualdade real, material.

É essencial apontar os limites da teoria como um todo e desse trabalho em específico. Se por um lado é importante entender os mecanismos lógicos internos e as relações socio-históricas que determinam as propostas políticas, por outro lado é mais importante ainda não se iludir com os limites desse estudo.

Ao compreendermos que as propostas neoliberais extremadas ganham visibilidade e espaço por conta dos condicionantes políticos e econômicos que fazem com que a dominação burguesa veja nessas propostas utilidade prática, fica fácil perceber que o enfrentamento a essas ideias não pode se dar apenas no campo das ideias, visto que são sustentadas por forças materiais.

Então onde residiria a utilidade e importância de estudos como esse? A luta ideológica, se não é um espaço central da luta de classes, não deixa de ser um espaço bastante importante. Além do mais, partimos do entendimento de que o enfrentamento político, seja nas disputas pelas funções do estado, na busca de alargar seus espaços com caráter democrático e evidenciar seus limites participativos, seja nas lutas sem mediação do Estado, nas lutas específicas,

econômico-corporativas, só pode obter sucesso com um entendimento correto da conjuntura e desvendando o funcionamento ideológico e político das propostas adversárias. É nesses aspectos que estudos como esses podem ser e são importantes.

Por fim, parece apropriada a avaliação de Lênin acerca da teoria e dos princípios de um ponto de vista marxista:

“Cada passo avante, cada progresso real valem mais que uma dúzia de programas”. Repetir tais palavras nessa época de dissensão teórica equivale a dizer à vista de um cortejo fúnebre: “Tomara que sempre tenham algo para levar!”. Além disso, essas palavras são extraídas da carta sobre o programa de Gotha, na qual Marx condena categoricamente o ecletismo no enunciado dos princípios. Se a união é verdadeiramente necessária, escrevia Marx aos dirigentes do partido, façam acordos para realizar os objetivos práticos do movimento, mas não cheguem, ao ponto de fazer comércio dos princípios, nem façam “concessões” teóricas. Tal era o pensamento de Marx, e eis que há entre nós pessoas que, em seu nome, procuram diminuir a importância da teoria! Sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário. Não seria demasiado insistir sobre essa ideia em uma época, onde o entusiasmo pelas formas mais limitadas da ação prática aparece acompanhado pela propaganda em voga do oportunismo (LÊNIN, 1978, p.15).

REFERÊNCIAS

ABBUD, Bruno. O grupo da mão invisível. **Revista Piauí**, São Paulo, 03 out. 2017. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/o-grupo-da-mao-invisivel/>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

ANDERSON, Perry. Ideias e ação política na mudança histórica. *In: Margem Esquerda – ensaios marxistas*. São Paulo: Boitempo, 2003. v. 1.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, Guilherme Ignácio Franco de. O desafio teórico metodológico do uso do conceito de fascismo e de extrema direita. *In*: XI Semana Acadêmica de História UNIOESTE, 2014, Paraná. **Anais...** 2014. Disponível em: <http://www.academia.edu/8992290/O_desafio_te%C3%B3rico_e_metodol%C3%B3gico_do_uso_do_conceito_de_fascismo_e_de_extrema_direita>. Acesso em: 12 ago. 2014.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA. **Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa: Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil**. 2 ed. Portal Popular da Copa e das Olimpíadas, 18 jun. 2012. Disponível em: <http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=198:dossi%C3%AA-nacional-de-viola%C3%A7%C3%B5es-de-direitos-humanos>. Acesso em: 27 ago. 2012.

AUGUSTO, André Guimarães. O que está em jogo no “Mais Mises, Menos Marx”. **Revista Marx e o Marxismo**, v.2, n.3, ago/dez 2014. Não paginado. Disponível em: <<http://bit.ly/1VQdFmv>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

AUGUSTO, André Guimarães. O Neoliberalismo Religioso e Aristocrático de Von Mises. **Sociedade Brasileira de Economia**. Niterói, n. 44, p. 86-110, set. 2016.

AUGUSTO, André Guimarães. De Adam Smith a Von Mises: a decadência ideológica do liberalismo. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/39099016-Titulo-de-adam-smith-a-von-mises-a-decadencia-ideologica-do-liberalismo.html>> Acesso em: 18 out. 2017.

BELTRÃO, Helio. **Entrevista de Helio Beltrão ao Instituto Millenium**. Instituto Ludwig von Mises Brasil. [São Paulo], 05 mar. 2012. Não paginado. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1240>>. Acesso em: 27 maio. 2018.

BELTRÃO, Helio. **Só descobriremos se o estado é bom ou não se a iniciativa privada puder competir com ele**. Instituto Ludwig von Mises Brasil. [São Paulo], 22 jan. 2013. Não paginado. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1504>>. Acesso em: 25 maio. 2018.

BELTRÃO, Helio. **Não consinta com o estado; apenas seja soberano**. Instituto Ludwig von Mises Brasil. [São Paulo], 11 mar. 2016a. Não paginado. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2347>>. Acesso em: 29 maio. 2018.

BELTRÃO, Helio. **A China contra o Direito Internacional - quem arbitra, de maneira suprema, conflitos entre governos?**. Instituto Ludwig von Mises Brasil. [São Paulo], 13 jul. 2016b. Não paginado. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2465>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

BELTRÃO, Helio. **Injustiças e penitência social**. Instituto Ludwig von Mises Brasil. [São Paulo], 8 ago. 2017. Não paginado. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2739>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

BERTOCHI, Aparecido Francisco. A crítica de Bukhárin à economia política do rentista. *In*: 4º Colóquio Marx e Engels, 2005, Campinas. **Anais do 4º Colóquio Marx e Engels**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. v. 1. p. 1-13.

BIANCHI, Alvaro. **Conservadorismo-liberal: uma nova linhagem do pensamento político?** Blog Junho. [S.l.], 2 de nov. 2015. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/conservadorismo-liberal-uma-nova-linhagem-do-pensamento-politico/>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

BRAZ, Marcelo. **Notas sobre o Projeto Ético-Político da profissão**. *In*: CRESS/ 7ª Região. Assistente Social: ética e direitos. Rio de Janeiro: CRESS/ 7ª Região, 2000.

BRAZ, Marcelo. **Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 111, p. 468-492, set. 2012.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. A atual ideologia conservadora e o capitalismo contemporâneo: uma crítica à teoria pós-moderna neoliberal. *In*: XXXVI Encontro Nacional de Economia, 2008, Salvador. **Anais eletrônicos**. Salvador, 2008. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807091134410-.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2015.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, [s.l.], n. 112, p.613-636, dez. 2012. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 jul. 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico**. São Paulo: Cortez, 2011.

FABRINI, Fábio. Para Ministério Público, pedaladas do governo Dilma não são crime. Estadão. São Paulo, 14 de jul. 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,para-mp-pedaladas-do-governo-dilma-nao-sao-crime,10000062862>>. Acesso em: 07 out. de 2016.

FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Globo, 2005.

GIANNOTTI, José Arthur. Considerações sobre o método. *In*: MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política – livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social & Sociedade**, [s.l.], n. 112, p.637-671, dez. 2012. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 jul. 2018.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HOBSBAWM, Eric John. **A era das revoluções: 1789 – 1848**. 35 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

HOBSBAWM, Eric John. **A Era do Capital: 1848-1875**. 15 ed. São Paulo: Paz & Terra, 2012.

HOEVELER, Rejane. A direita transnacional em perspectiva histórica: o sentido da nova direita brasileira. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

HUNT, Emery Kay; SHERMAN, Howard J. **História do pensamento econômico**. 26 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 28. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2009.

IASI, Mauro Luis. **Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora**. In: SALVADOR, Evilásio *et al.* Financeirização, fundo público e política social. São Paulo: Cortez, 2012.

IASI, Mauro Luis. **De onde vem o conservadorismo?**. Blog da Boitempo, São Paulo, 15 abr. 2015. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/>>. Acesso em: 05 set. 2015.

IASI, Mauro Luis. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017.

INSTITUTO LIBERAL. **História**. [Rio de Janeiro]. Disponível em <<https://www.institutoliberal.org.br/historia/>>. Acesso em: 02 set. 2016.

INSTITUTO LUDWIG VON MISES BRASIL. **Grupos de estudos de Escola Austríaca**. [São Paulo]. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/BlogPost.aspx?id=1575>>. Acesso em: 04 set. 2016.

INSTITUTO LUDWIG VON MISES BRASIL. Menos Marx, Mais Mises: tudo o que você precisa saber sobre a teoria econômica do socialismo. [São Paulo], 12 de mar. 2016. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2348>>. Acesso em: 07 out. 2016.

IORIO, Ubiratan Jorge. **O estado é um esquema Ponzi compulsório - e eventuais ajustes fiscais não resolverão isso**. Instituto Ludwig von Mises Brasil. São Paulo, 13 abr. 2016a.

Não paginado. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2110>>. Acesso em: 30 maio. 2018.

IORIO, Ubiratan Jorge. **Gramsci, Paulo Freire e a batalha da linguagem: nosso declínio começou com a deturpação das palavras.** Instituto Ludwig von Mises Brasil. [São Paulo], 24 nov. 2016b. Não paginado. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2574>>. Acesso em: 29 maio. 2018.

IORIO, Ubiratan Jorge. **A questão do ajuste fiscal: somos economistas ou contadores? - e o que deve ser feito.** Instituto Ludwig von Mises Brasil. [São Paulo,] 2 jun. 2016. Não paginado. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2421>>. Acesso em: 1 jun. 2018.

IORIO, Ubiratan Jorge. **E para 2017, esperar o quê?** Instituto Ludwig von Mises Brasil. [São Paulo], 2 jan. 2017. Não paginado. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2597>>. Acesso em: 30 maio. 2018.

IORIO, Ubiratan Jorge; ROQUE, Leandro. **Por que é preciso privatizar as estatais - e por que é preciso desestatizar as empresas privadas.** Instituto Ludwig von Mises Brasil. [São Paulo], 4 jul. 2016. Não paginado. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2457>>. Acesso em: 1 jun. 2018.

IORIO, Ubiratan Jorge; ROQUE, Leandro. **Os efeitos nefastos de um ajuste fiscal baseado no aumento de impostos.** Instituto Ludwig von Mises Brasil. [São Paulo], 21 jul. 2017. Não paginado. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2728>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

IORIO, Ubiratan Jorge; ROQUE, Leandro. **A pavorosa situação fiscal do governo brasileiro - em dois gráficos.** Instituto Ludwig von Mises Brasil. [São Paulo], 12 jan. 2018a. Não paginado. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2828>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KUHNEL, Reinhard. O modelo liberal de exercício do poder. *In*: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam. (Org.). **Política e Sociedade.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1979.

LEHER, Roberto. **Manifestações massivas no Brasil têm origem na esquerda.** Correio da cidadania, São Caetano do Sul, 27 jun. 2013. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=853:submanchete27>. Acesso em: 07 out. 2016.

LÊNIN, Vladimir. **Que fazer?** As questões palpitantes do nosso movimento. São Paulo: Hucitec, 1979.

LIMA, Raphaël; MARTINS, Yago; BELTRÃO, Helio; MARINHO, Rodrigo. **Desigualdade e multiculturalismo.** Instituto Ludwig von Mises Brasil. [São Paulo], 18 dez. 2017. Não paginado. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2823>>. Acesso em 28 maio. 2018.

- LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2017.
- LOWY, Michael. **Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil**. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2015, n.124.
- LUKÁCS, Gyorgy. **Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels**. In: FREDERICO, Celso. *Lukács: um clássico do século XX*. São Paulo: Moderna, 1997.
- LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, Gyorgy. **Marx e o problema da decadência ideológica**. In: VEDDA, Miguel *et al.* *Anuário Lukács 2015*. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.
- MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARTÍN, María. Não é uma banda de indie-rock, é a vanguarda anti-Dilma. **El País**. São Paulo, São Paulo, 12 dez. 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/12/politica/1418403638_389650.html>. Acesso em: 07 out. 2016.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.
- MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. In: MARX, K. *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.
- MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política – livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATTOS, Marcelo Badaró. De junho de 2013 a junho de 2015: elementos para uma análise da (crítica) conjuntura brasileira. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- MELO, Demian Bezerra de. A direita ganha as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. In: *Colóquio Marx e Marxismo: Insurreições, passado e presente*, 2015, Niterói. **Anais**. 2015. p. 1-15. Disponível em: <http://www.academia.edu/15025664/A_DIREITA_GANHA_AS_RUAS_ELEMENTOS_PARA_UM_ESTUDO_DAS_RA%3%8DZES_IDEOL%3%93GICAS_DA_DIREITA_BRASILEIRA>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. **Outubro**, [s.l.], n. 3, p. 7-15, jul/dez. 2002. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/04/out4_02.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2015.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n.esp., p. 61-73, 2013.

MISES, Ludwig von. **As 6 lições**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.

MISES, Ludwig von. **Liberalismo: segundo a tradição clássica**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do; PERUZZO, Juliane Feix. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. *In*: MOTA, Ana Elizabete. (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**. São Paulo: Cortez, 2012.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. Propostas Aprovadas. **I Congresso Nacional do MBL**, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>>. Acesso em: 14 de out. de 2017.

NETTO, José Paulo. Repensando o balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético Político do Serviço Social. *In*: MOTA, Ana Elizabete *et al.* (Org.). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. Brasília: [s.n.], 2001.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. O déficit da esquerda é organizacional. Rio de Janeiro: **Socialismo e Liberdade**, ano 1, n. 2, 2009.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011a.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

PINASSI, Maria Orlanda. Sinais de fumaça no ar do Brasil. **Marxismo 21**, [s.l.], 14 mai. 2015. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/05/Conjuntura-Maria-Orlanda.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2015.

REDAÇÃO CARTA CAPITAL. Temer: Impeachment ocorreu porque Dilma recusou "Ponte para o Futuro". **Carta Capital**. [s.l.], 23 set. 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/temer-impeachment-ocorreu-porque-dilma-recusou-ponte-para-o-futuro>>. Acesso em: 07 out. 2016.

SADER, Emir. A hegemonia neoliberal na América Latina. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social & Sociedade**, [s.l.], n. 112, p.672-688, dez. 2012. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/04.pdf>> Acesso em: 6 jul. 2012.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. No meio do redemoinho. **Marxismo 21**, [s.l.], 14 mai. 2015. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/05/Conjuntura-Plinio-Sampaio-Jr.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2015.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. (Org.). **Jornadas de junho: a revolta popular em debate**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2014.

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica**. 2 ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.